

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**O Governo representativo e as condicionantes à organização do
conflito político no Brasil: as trajetórias do PT e PFL/DEM**

Pedro Paulo de Assis

**Brasília
2017**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**O Governo representativo e as condicionantes à organização do
conflito político no Brasil: as trajetórias do PT e PFL/DEM**

Pedro Paulo de Assis

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

**Orientador: Prof. Dr. Carlos Mello
Machado**

**Brasília
2017**

Resumo:

O estudo, desenvolvido em duas partes, buscou observar as características da competição política nos governos representativos. A primeira focou nas condições competitivas viabilizadas pelo arranjo representativo em sociedades desiguais e no papel desempenhado pelos partidos políticos na operacionalização do conflito. Já a segunda parte teve ênfase na construção histórica da organização da competição política durante o desenvolvimento do governo representativo no Brasil até sua fase mais recente. Para explorar as condicionantes à organização do conflito político contemporâneo, uma análise comparada das trajetórias eleitorais e organizacionais do PT e do PFL/DEM foi desenvolvida e mostrou diferentes estratégias empregadas pelas organizações partidárias na competição política, dados os moldes do regime representativo brasileiro. Dois caminhos foram traçados: uma trajetória de sobrevivência do lado do PFL/DEM – pautada em uma centralização dos esforços eleitorais em distritos com projeções na cúpula do partido – e uma trajetória de estabilidade dinâmica por parte do PT – baseada em uma forte centralização organizacional e complexo jogo eleitoral de soma zero.

Palavras chave: governo representativo; partidos políticos; organizações; representação

Abstract:

The study, developed in two parts, sought to observe the characteristics of political competition in representative governments. The first section of this article focus on the competitive conditions feasible by the representative arrangement in unequal societies and the role played by political parties in the operationalization of the conflict. The second section assesses the historical construction of the organization of political competition during the development of representative government in Brazil until its most recent phase. To explore the determinants to the organization of contemporary political conflict, a comparative analysis of the electoral and organizational trajectories of PT and PFL/DEM was developed and stressed the different strategies employed by parties organizations in political competition, given the molds of the Brazilian representative regime. Two paths were drawn: a survival trajectory on the side of PFL / DEM – based on a centralization of electoral efforts in districts with projections at the top of the party – and, on the other side, a dynamic stability trajectory of PT – based on strong organizational and complex zero-sum election game.

Keywords: representative government; political parties; organizations; representation

Lista de Figuras

Figura 1: Organograma do PT: estrutura decisória entre 1980 e 2011.....	83
Figura 2: Sistema Eleitoral do PT – I (1980-2001).....	85
Figura 3: Participação de São Paulo no total de filiados do PT (1981-2006).....	86
Figura 4: Evolução da correlação de forças na direção nacional do PT (1984-2005).....	87

Lista de Tabelas

Tabela 0: Dirigentes da CEN - PFL (1986-1993).....	93
Tabela 1: PFL - Composições das Elites Estaduais nas Comissões Executivas Nacionais, por cargo e ano	96
Tabela 2: DEM - Composições das Elites Estaduais nas Comissões Executivas Nacionais, por cargo e ano	96
Tabela 3: PT - Composições das Elites Estaduais nas Comissões Executivas Nacionais, por cargo e ano	97
Tabela 4: Participação na Executiva Nacional do PFL por UF (1996-2003)	98
Tabela 5: Participação dos estados na Executiva Nacional do DEM por UF (2008-2014)	99
Tabela 6: Participação na Executiva Nacional do PT por UF (1995-2014).....	100
Tabela 7: Eleitores Filiados - PFL/DEM	103-104
Tabela 8: Eleitores Filiados – PT	105-106
Tabela 9: PFL/DEM - Peso das fontes de captação de recursos do DN 1995-2014.....	108
Tabela 10: PT- Peso das fontes de captação de recursos do DN 1995-2014.....	108
Tabela 11: PFL/DEM - Distribuição interna dos recursos do fundo partidário	110
Tabela 12: PT - Distribuição interna dos recursos do fundo partidário	110
Tabela 13: PFL/DEM - Repasses Diretórios Estaduais	113-116

Tabela 14: PT - Repasses Diretórios Estaduais	117-120
Tabela 15: Percentual das candidaturas dos Vereadores – PFL/DEM	124
Tabela 16: Percentual das candidaturas dos Vereadores – PT	124
Tabela 17: Percentual das candidaturas dos Deputados Estaduais – PFL/DEM	125
Tabela 18: Percentual das candidaturas dos Deputados Estaduais – PT	125
Tabela 19: Percentual das candidaturas dos Deputados Federais – PFL/DEM	126
Tabela 20: Percentual das candidaturas dos Deputados Federais – PT	126
Tabela 21: Candidaturas dos Senadores – PFL/DEM	128
Tabela 22: Candidaturas dos Senadores – PT	128
Tabela 23: Percentual das candidaturas dos Prefeitos – PFL/DEM	129
Tabela 24: Percentual das candidaturas dos Prefeitos – PT	129
Tabela 25: Candidaturas dos Governadores – PFL/DEM	130
Tabela 26: Candidaturas dos Governadores – PT	130
Tabela 27: Percentual de Votos Totais e de Legenda do PFL/DEM para Vereadores, por estado e ano	133
Tabela 28: Percentual de Votos Totais e de Legenda do PT para Vereadores, por estado e ano	134
Tabela 29: Percentual de Votos Totais e de Legenda do PFL/DEM para Deputados Estaduais, por estado e ano	135
Tabela 30: Percentual de Votos Totais e de Legenda do PT para Deputados Estaduais, por estado e ano	136
Tabela 31: Percentual de Votos Totais e de Legenda do PFL/DEM para Deputados Federais, por estado e ano	137
Tabela 32: Percentual de Votos Totais e de Legenda do PT para Deputados Federais, por estado e ano	138

Tabela 33: Percentual de Votos Totais do PFL/DEM para Senadores, por estado e ano.....	141
Tabela 34: Percentual de Votos Totais do PT para Senadores, por estado e ano.....	141
Tabela 35: Percentual de Votos Totais do PFL/DEM para Prefeitos, por estado e ano.....	142
Tabela 36: Percentual de Votos Totais do PT para Prefeitos, por estado e ano.....	142
Tabela 37: Percentual de Votos Totais do PFL/DEM para Governadores, por estado e ano.....	143
Tabela 38: Percentual de Votos Totais do PT para Governadores, por estado e ano.....	144
Tabela 39: PFL/DEM - Gini dos votos nominais e candidaturas dos Deputados Estaduais, por ano e UF.....	146
Tabela 40: PT - Gini dos votos nominais e candidaturas dos Deputados Estaduais, por ano e UF.....	147
Tabela 41: PFL/DEM - Gini dos votos nominais e candidaturas dos Deputados Federais, por ano e UF.....	148
Tabela 42: PT - Gini dos votos nominais e candidaturas dos Deputados Federais, por ano e UF.....	149
Tabela 43: Percentual de Vereadores Eleitos – PFL/DEM.....	153
Tabela 44: Percentual de Vereadores Eleitos – PT.....	154
Tabela 45: Percentual de Deputados Estaduais Eleitos – PFL/DEM.....	155
Tabela 46: Percentual de Deputados Estaduais Eleitos – PT.....	155
Tabela 47: Percentual de Deputados Federais Eleitos – PFL/DEM.....	156

Tabela 48: Percentual de Deputados Federais Eleitos – PT.....	156
Tabela 49: Senadores Eleitos – PFL/DEM.....	159
Tabela 50: Senadores Eleitos – PT.....	159
Tabela 51: Percentual de Prefeitos Eleitos – PFL/DEM.....	160
Tabela 52: Percentual de Prefeitos Eleitos – PT.....	161
Tabela 53: Governadores Eleitos – PFL/DEM.....	162
Tabela 54: Governadores Eleitos – PT.....	162

Lista de Siglas e Abreviaturas

AC	Acre
AE	Articulação de Esquerda
AL	Alagoas
AM	Amazonas
AP	Amapá
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BA	Bahia
CE	Ceará
CEN	Comissão Executiva Nacional
CF	Constituição Federal
CO	Causa Operária
CS	Convergência Socialista
DEM	Democratas
DF	Distrito Federal
DN	Diretório Nacional
DR	Diretório Regional
DR	Democracia Radical
DS	Democracia Socialista
EM	Encontro Municipal
EN	Executiva Nacional
ES	Espírito Santo
GO	Goiás
LOPP	Lei Orgânica dos Partidos Políticos
MA	Maranhão
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MG	Minas Gerais
MS	Mato Grosso do Sul
MT	Mato Grosso
PA	Pará
PB	Paraíba
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PE	Pernambuco
PFL	Partido da Frente Liberal
PI	Piauí
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressista
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPR	Partido Progressista Reformador
PR	Paraná
PRC/NE	Partido Revolucionário Comunista/Nova Esquerda
PRM	Partido Republicano Mineiro
PRP	Partido Republicano Paulista
PSD	Partido Social-Democrata alemão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RJ	Rio de Janeiro
RN	Rio Grande do Norte
RO	Rondônia
RR	Roraima
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SE	Sergipe
SP	São Paulo
TO	Tocantins
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UDN	União Democrática Nacional
UF	Unidade Federativa

Sumário

INTRODUÇÃO	12
<u>PARTE I - O conflito político em governos representativos e a organização das relações representativas</u>	13
Cap. 1 – As bases do conflito no governo representativo	15
a. A apologia	15
b. O mecanismo	17
c. O paradoxo	20
d. As socializações participativas	22
e. A dualidade competitiva	26
Cap. 2 – Partidos políticos e a operação sistema representativo	28
a. A seletividade, as intermediações representativas e os partidos políticos	28
b. A funcionalização	33
c. O partido por dentro	35
d. Lastro organizacional do conflito representativo: condicionantes organizacionais, custos competitivos e modelos de partidos	42
e. Considerações Preliminares	55
<u>PARTE 2 - Governo representativo no Brasil e o conflito contemporâneo</u>	59
a. Tentando entender o caso brasileiro: trajetórias intermitentes, lastros organizacionais e o conflito representativo contemporâneo	59
Cap. 3 – As fases do sistema representativo e as trajetórias partidárias na organização do conflito no Brasil	62
a. Partidos e o Império: a dependência organizacional do Estado	63
b. Partidos e a República Velha: a institucionalização do Federalismo	65
c. Estado Novo, partidos e a Segunda República: a capilarização do Estado e os sistemas partidários subnacionais	68

d.	Partidos e a Ditadura Militar: a reorganização das forças partidárias.....	71
e.	O lastro organizacional e o sistema representativo brasileiro: condicionantes organizacionais e custos competitivos no conflito vigente.....	72
Cap. 4 – As trajetórias eleitorais e organizacionais do PT e do PFL/DEM		75
a.	Limitações: a seleção dos casos, dimensões de análise e o recorte do objeto.....	76
b.	PT: gênese e institucionalizações.....	80
i.	Um novo início: a formação do Partido dos Trabalhadores	80
ii.	A estrutura de decisão (1980-1995).....	82
iii.	A primeira fase do sistema eleitoral interno	84
iv.	Tendências dominantes: da Articulação ao Campo Majoritário (1980-1995).....	85
c.	PFL: gênese e institucionalização.....	89
i.	Um velho início: a formação do Partido da Frente Liberal	89
ii.	A estrutura de decisão e sistema eleitoral.....	90
iii.	Tendências estaduais dominantes: estabilidade e centralização (1986-1993).....	92
d.	As trajetórias organizacionais.....	93
i.	Dirigências das executivas nacionais.....	94
ii.	Evolução do eleitorado.....	101
iii.	Fontes de captação e Distribuição do Fundo Partidário	107
iv.	Repasses do Fundo Partidário aos Diretórios Estaduais.....	111
v.	Estratégias organizacionais	121
e.	As trajetórias eleitorais	122
i.	Candidaturas	123
ii.	Apoio Eleitoral.....	131
iii.	Concentração de Votos Nominais	145
iv.	Eleitos	151
v.	Estratégias Eleitorais	164
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		165
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		168

Introdução

Objeto comum a diversas áreas da ciência política, o estudo do conflito marca importantes pilares na construção e desenvolvimento do pensamento político, principalmente no que se refere às sucessivas formas, no decorrer da história, em que este foi organizado e institucionalizado. Desde estudos clássicos de engenharia institucional, análises políticas tiveram atenção especial para investigar as formas históricas de capturar e manejar o conflito nas sociedades. Contemporaneamente não é diferente. Teoria da democracia, teoria da justiça, política brasileira, estudos legislativos, partidos políticos, estudos eleitorais, relações entre o Executivo e o Legislativo, movimentos sociais, etc – muitas das áreas da ciência política, com seus respectivos focos, têm por objeto a forma com a qual o conflito é traduzido nos atuais arranjos políticos.

Seguindo essa linha, o trabalho em questão também visa observar o conflito, entretanto, a ênfase será na competição política: como as disputas por poder são manejadas no governo representativo. Isto é, foca nas condições de competição que os governos representativos suscitam entre diferentes e desiguais grupos sociais no atual arranjo institucional.

Neste sentido a dissertação é dividida em duas partes, cada uma com dois capítulos. A primeira parte diz respeito às características tomadas pelo conflito político nas competições em governos representativos. O primeiro capítulo trata sobre elementos centrais da ordem representativa e seus efeitos na competição política em sociedades diversas e desiguais. Já o segundo capítulo enfatiza as funções das intermediações representativas na operacionalização do arranjo representativo – em especial os papéis históricos desempenhados pelos partidos políticos na organização do conflito.

A segunda parte do trabalho destaca a construção histórica do governo representativo no Brasil e explora a atual forma competitiva do conflito. O terceiro capítulo investiga a construção da forma competitiva do regime representativo brasileiro – por meio da investigação das trajetórias intermitentes das fases do sistema político e das suas respectivas heranças, lastros institucionais e sociais que marcaram as sucessivas fases da organização do conflito político. E o quarto capítulo explora, a partir de uma análise comparada entre PT e PFL/DEM desde suas respectivas fundações até 2014, as trajetórias eleitorais e organizacionais dos partidos políticos brasileiros. O

exame dos caminhos percorridos e das estratégias empregadas por dois partidos centrais nas competições do regime representativo brasileiro contemporâneo, dadas as condicionantes da organização do conflito político.

Parte I – O conflito político no governo representativo e a organização das relações representativas

Na sua face mais recente, o conflito toma contornos concretos na representação democrática: formas de delegações periódicas do poder político entre representantes e representados com pretensões democráticas – envolvendo, em potência, a manutenção indireta, soberana e igual do poder político nas mãos do *demos* (DAHL, 2012). Baseado em fundamentos como o da soberania do povo e da igualdade política, o regime representativo, na configuração atual, tem inspiração normativa na clássica ordem democrática ateniense, centrada no princípio do autogoverno – capacidade potencial de todos os cidadãos de produzirem as leis sob as quais estarão submetidos; faculdade igualmente difundida entre os grupos sociais para governar e serem governados (MANIN, 1997).

Mas, tendo em vista os notórios contrastes entre o cenário de autogoverno ateniense e o atual quadro de centralidade da delegação do poder político, o que implicaria, ao menos em termos de princípios, o impacto dessa perspectiva clássica (democracia participativa) quando nos referimos às formas representativas recentes? De acordo com Manin (1997), a tradução da concepção autogoverno ateniense para os regimes representativos resultaria na promoção condições de igualdade nas competições pela representação política. Equalizações competitivas entre os grupos sociais nas disputas pela ação política formal direta, no acesso e nos direcionamentos da esfera formal de decisão, e indireta, nas margens sociais de controle e julgamento dos mandatos. Ou seja, a democracia representativa deve fomentar, em sua ordem, iguais meios e capacidades de legitimar, produzir e ocupar espaços e projetos de representação entre os grupos sociais em conflito pelo poder político. O caráter democrático dos regimes representativos residiria, nessa medida, nas condições de equalizações competitivas no conflito político entre as dimensões social e política formal de representação.

Entretanto, quando este princípio de equalizações competitivas é contrastado com graves contextos de desigualdades sociais¹ e acirramento das disputas em torno das arenas representativas, as condições de existência e desenvolvimento de governos representativos democráticos caminhariam em um limiar estreito, sob o contínuo perigo de sucumbir em dinâmicas de exclusão política e de repressão da pluralidade². As diferenças entre os grupos sociais (de classe, renda, sexo, gênero, raça, deficiência, e/ou nível educacional), que em potência deveriam projetar-se em equivalência competitiva nas disputas representativas democráticas, mostram-se como condições de desequilíbrio no jogo político.

Nas disputas pelo poder político entre as esferas sociais e políticas formais – nas buscas de cadeiras parlamentares ou de espaço na opinião pública, por exemplo – o pertencimento a determinado grupo e a posse de determinados recursos colocam em vantagem competitiva determinados segmentos sociais em detrimento de outros, dando maior capacidade de sensibilização política a esses grupos. A variação da permeabilidade do campo político à pluralidade social liga-se a um conjunto de recursos sociais assimetricamente distribuídos (BOURDIEU, 2011)³ e com dinâmicas reprodutivas de desigualdades de acesso e de reconhecimento social (YOUNG, 1990)⁴. Esse panorama de heranças materiais e sociais desiguais acaba por impossibilitar, progressivamente, a difusão simetricamente plural dos recursos necessários à inclusão e participação nas arenas representativas entre os grupos sociais e, portanto, inviabiliza a promoção de condições de equalização competitiva nos regimes representativos.

Críticas aos *déficits* democráticos do governo representativo foram e são feitas amplamente pela teoria política contemporânea da democracia e da justiça em suas

¹ Realidades presentes em sociedades ocidentais marcadas pelo sufrágio universal e pela divisão social (BOURDIEU, 2011) e sexual (OIKIN, 2008) do trabalho.

² Apesar da imprescindível importância dos estudos da origem e implicações das desigualdades sociais às relações representativas democráticas – como desenvolvidos pela teoria feminista e de raça, por exemplo –, a presente parte do texto tem por finalidade alcançar uma margem paralela a essa discussão – pensar as dinâmicas e os mecanismos de projeção dessas desigualdades nos governos representativos.

³ Tendo em vista, na perspectiva do teórico francês, que a possibilidade de sensibilizar a esfera representativa é subordinada a condições sociais desiguais – na concepção das regras e capacitação para do jogo; no acesso a arenas políticas formais; e na captação e mobilização de recursos centrais no controle entre a sociedade civil e atores políticos, por exemplo –, é compreensível entender porque determinados grupos, que prolongadamente ocupam e concentram os recursos de percepção e expressão nas arenas sociais e política, tendem a manter-se e a dominar as arenas representativas (BOURDIEU, 2011).

⁴ Considerando, a nível de ilustração, o homogêneo perfil histórico das carreiras políticas e a quase estagnação da mobilidade social da classe política (RODRIGUES, 2009; MARENCO e SERNA, 2007), o principal fator de desequilíbrio do jogo político nos regimes absolutistas modernos – o nascimento – manteve-se como ponderação decisiva, porém amortizado, nos regimes representativos. A posição sociopolítica de nascimento possui impacto decisivo nas potencialidades políticas de um indivíduo de disputar e/ou controlar o jogo representativo.

múltiplas vertentes (MIGUEL, 2005). Por outro lado, pouco se desenvolveu no intuito de investigar os mecanismos pelos quais esse delineamento institucional operacionalizou e operacionaliza a transposição e a atualização contínua desses desequilíbrios competitivos sociais em hegemonias políticas. Isto é, como desigualdades sociais se projetam em desigualdades políticas em regimes representativos?

É entorno desta pergunta que a primeira parte do trabalho se desenvolve. No intuito de verificar como o conflito social é operacionalizado dentro dos arranjos representativos. Neste sentido, a primeira parte do texto divide-se em dois capítulos. O primeiro foca nas configurações competitivas viabilizadas pelos governos representativos contemporâneos. Isto é, quais são as bases (normativas e institucionais) sobre a qual o conflito político representativo se perpetua e que tipo de competição entre diferentes grupos sociais tal arranjo promove. E o segundo esmiúça as mecânicas de funcionamento do governo representativo, como operam as dinâmicas das disputas pelo protagonismo político em regimes representativos. A ênfase do capítulo II é no papel central desempenhado pelos partidos políticos na organização dos conflitos pelo poder político.

Capítulo I – As bases do conflito no governo representativo

Para que seja possível observar tanto os contemporâneos arranjos institucionais de tradução das dinâmicas sociais em políticas formais como suas implicações nas formas vigentes do conflito pelo poder político entre os grupos sociais, é necessário dar um passo atrás. Primeiramente, é preciso entender que princípio normativo é mobilizado pelo que entendemos como governo representativo – o fundamento por trás da formação de governos pela via eleitoral em sociedades plurais e desiguais. Isto é, que tipo de lógica competitiva foi e é estimulada pelo arranjo representativo?

a) A apologia

Ponto de partida historicamente central na difusão dos regimes representativos contemporâneos, a luta pelos direitos liberais no final do século XVIII e durante o século XIX, como ideologia e movimento sociopolítico, surge como forte contraponto ao poder centralista do absolutismo. Ainda que exponha um viés progressista em

relação ao decadente domínio das nobrezas, esse movimento demonstra os limites de sua abertura política ao se opor a ideia de democracia – como governo das massas (VITULLO, 2009). Impulsionado por essa iniciativa liberal, o então nascente arranjo institucional – o sistema representativo via eleitoral – foi defendido de forma a apresentar uma permeabilidade seletiva às esferas formais de representação, uma restrição mecânica de acesso à arena política formal pautada por critérios que privilegiassem determinados segmentos sociais.

O embate entre federalista e anti-federalistas, na Convenção da Filadélfia 1787, ilustra essa nítida diferença entre a apologia do moderno e moderado governo representativo frente à caricaturada democracia turbulenta. A ideia de um regime político desenhado a partir de condições equalizadas de competição política entre todos os cidadãos se configuraria, de acordo com os legisladores, como instância frágil aos processos de tomada de decisões, ordenados e racionais. E, em última medida, formaria um cenário propício para o surgimento da tirania da maioria⁵, ameaça permanente à privação dos direitos liberais – comprometendo a meta do regime proposto pelos federalistas (HAMILTON; MADISON e JAY, 1985). Existiria a necessidade, nesse sentido, do desenho de filtros sociais para conter o acesso das massas às esferas de decisão política.

A formulação das instituições representativas, nessa medida, visaria frear a tendência da democracia de gerar governos de grandes facções e garantir a predominância política dos considerados “mais aptos” no domínio da arena formal de representação, que não por acaso possuíam características muito específicas: homens, ricos, brancos e proprietários, preferencialmente. A concretização das principais instituições do governo representativo – o sistema de governo presidencialista, o bicameralismo, o federalismo, a consolidação de um poder judiciário e o sistema eleitoral –, apesar de serem hoje sinônimos de democracia, foram desenhadas no intuito de fomentar o constrangimento a princípios normativos da democracia, como

⁵ Artificio argumentativo presente nos Artigos Federalistas, visava justificar a defesa de mecanismos institucionais que garantissem a seletividade de acesso as esferas de poder. Imbuídos desse constante perigo ilusório do governo da maioria, os escritores da carta constitucional norte-americana, por meio de sofisticado arcabouço institucional, delinearão barreiras a disputa equitativa pela ocupação das esferas representativas. O viés de classe dessas instituições construídas é evidente – nas palavras de Vitullo: “eles expressam os interesses do grande latifúndio, dos comerciantes e dos banqueiros” (VITULLO, 2009, p.275).

autogoverno das massas, e, dessa forma, institucionalizar vantagens competitivas seletivas nas disputas representativas⁶.

As releituras da doutrina da separação de poderes, sistema de freios e contrapesos, nos nascentes desenhos representativos reforça o argumento. Na Constituição dos Estados Unidos, por exemplo, a teoria moderna do Estado de Montesquieu e a doutrina liberal-monárquica de limitação do *demos* convergiram de forma que, em vez de mitigar o poder absoluto, os mecanismos institucionais contra majoritários do governo representativo teriam por objetivo limitar o impacto da ação dos cidadãos no sistema político (VITULLO, 2009) – neutralizar a força do poder popular e inibir as massas de chegarem as esferas de tomada de decisões.

Em suma, a instituição da representação política na contemporaneidade, em grande medida herança da experiência norte-americana do séc. XVIII amplamente difundida nos regimes atuais, foi pensada no intuito de formular diretrizes para amortizar os avanços das grandes massas no acesso as esferas de decisão do sistema representativo de governo. Implicando no precoce esvaziamento de um princípio de democracia mais robusto nos regimes nascentes – as equalizações competitivas pelo poder político entre os diferentes grupos sociais que compõem o conflito representativo. A desigualdade política, portanto, emerge como princípio na gênese nos regimes representativos⁷.

b) O mecanismo

Em termos causais, refletindo sobre a lógica do funcionamento da representação contemporânea, existe um vácuo explicativo entre a apologia moderna do império da representação política e a concretização de fato desse sistema nas ditas democracias representativas vigentes⁸. Nessa perspectiva, que traços processuais/mecanismos comuns – nos diversos e complexos governos representativos modernos e

⁶ Como discorre Wood (2003), a incorporação do mecanismo eleitoral, como processo de formação e legitimação de governos, foi a forma encontrada para reduzir o impacto da participação popular nos conflitos políticos contemporâneos, privilegiando determinadas classes pertencentes à elite.

⁷ Como Manin (1997) aponta, o embate entre Federalista e Anti-Federalistas remetia, em última instância, não à qualificação dos representantes ou mesmo ao método “mais” adequado para a formação de um governo, mas sim ao grau de desigualdade política aceito pelo arranjo representativo.

⁸ Como afirma Elster, relatar a ocorrência de um fenômeno – a institucionalização dos governos representativos – simplesmente pela existência de uma causa necessária anterior – a apologia dos movimentos no século XVIII e XIX –, não gera ganhos de compreensão: “(...) para propósitos explicativos, o que importa é o mecanismo”. (ELSTER, 1994, p.24).

contemporâneos – permitiram e permitem a amortização das massas nos governos representativos, a operação da desigualdade política?

O primeiro passo para a difusão da institucionalização da desigualdade política foi o triunfo das eleições (MANIN, 1997) como, praticamente, único método para a formação de governos nos regimes representativos contemporâneos.

Tal processo se deu entre os séculos XVII e XVIII na virada do absolutismo para os governos representativos e, portanto, foi fruto de um amalgama de novas e velhas crenças. Destacam-se duas: o princípio da autoridade legítima conferida pelo consenso dos governados surgido a partir das revoluções burguesas modernas e a herança de valores aristocráticos da idade média. As supostas vantagens do método eleitoral frente a outros mecanismos, como o sorteio, na geração de uma autoridade legítima viria de suas capacidades de gerar laços de dependência mútuos entre representantes e representados, de forma a constituírem um governo que fomente a obrigação política⁹ por parte população. Por outro lado, para os fundadores do governo representativo o principal ponto para a escolha do método eleitoral estava em outra característica – na sua eficácia em preservar da distância sociopolítica entre representantes e representados:

“By the time representative government arose, the kind of political equality that was at the center stage was the equal right to consent to power, and not – or much less so – a equal chance to hold office. This means that a new conception of citizenship had emerged: citizens were now viewed primarily as the source of political legitimacy, rather than as persons who might desire to hold office themselves.”
(MANIN, p. 92, 1997).

Manin (1997) desenvolveu um conceito chave capaz de desvendar as implicações das mais variadas formas tomadas por essas difusões dos processos eleitorais nos regimes representativos, o princípio da distinção. A institucionalização da desigualdade política pelo alinhamento conjunto entre o sufrágio universal e a seleção de aristocracias – de forma a conciliar uma mecânica democrática às saliências sociais, gerando desequilíbrios competitivos pelo poder político na formação dos governos representativos em sociedades plurais e desiguais.

Como depreendido da apologia apresentada, os fundadores do governo representativo visaram estabelecer obstáculos institucionais para garantir a

⁹ “Once the delegates had given their consent to a particular measure or tax, the king, pope, or emperor could then turn to the people and say: ‘You consented to have representatives speak on your behalf; you must now obey what they have approved’. There was in election something like promise of obedience.”
(MANIN, p. 88, 1997).

exclusividade de acesso de determinadas classes às esferas representativas. Tendo em mente o fato de que o funcionamento das eleições converge no *demos*, ao mesmo tempo, a igual capacidade de legitimar governos por meio do voto popular e a desigual capacidade de competir por esses votos, dada estrutura social de desigualdade, os legisladores desenharam os respectivos sistemas eleitorais no intuito de garantir, majoritariamente, a construção da ideia que existiria uma *superioridade/saliência* dos representantes frente aos representados (MANIN, 1997).

Em um primeiro momento, a exemplo da França e Inglaterra modernas (MANIN, 1997), a distinção entre representante e representado era proveniente de medidas explícitas nos sistemas eleitorais que associavam uma mescla de provisões legais censitárias e normas culturais tradicionais. Guardadas as idiossincrasias respectivas – as hierarquias sociais de títulos e as exigências de propriedade, no caso inglês, e as eleições indiretas e os requisitos materiais às candidaturas, no caso francês –, o expresso e visível mecanismo de distinção marcou os então regimes representativos nascentes.

Por outro lado, quando observamos realidades mais recentes, o efeito socialmente seletivo dos arranjos representativos não é tão explícito. Voltando ao caso do arranjo norte-americano (MANIN, 1997), talvez a procedência institucional mais marcante dos desenhos representativos atuais, é possível esclarecer a operação velada do princípio da distinção. Em decorrência do sufrágio amplo constitucionalizado na Convenção de Filadélfia 1787 e do extenso território dotado de ampla diversidade socioeconômica, não houve condições acordáveis para o estabelecimento de regras explícitas de distinção¹⁰ para o acesso das arenas de representação. O mecanismo de desequilíbrio competitivo, nesse contexto particular de pluralidade de elites, necessitou tomar forma camuflada no cerne da suposta expressão da democracia nos governos representativos: as competições eleitorais em grandes distritos.

Os efeitos da seleção aristocrática pela via eleitoral correspondem à ação conjunta do processo de votação e das saliências sociais geradas pelas estruturas de desigualdade. Na medida em que eleições envolvem situações de escolhas¹¹ dentro de contextos sociais de desigualdade, aqueles que mais se destacarem e concentrarem

¹⁰ “(...) o caráter excepcionalmente igualitário da representação dos Estados Unidos deve-se mais a geografia do que à filosofia.” (MANIN, 2010, p.200).

¹¹ “To elect is to choose... In a situation of choice, voters need at least one motive for preferring one candidate over another. To be chosen, therefore, a candidate must display at least one characteristic that is positively valued by his fellow-citizens and that the other candidates do not possess, or not to the same extent.” (MANIN, 1997, p. 139).

características socialmente relevantes¹² para os grupos de votantes terão maior chance de compor a arena formal de representação. Portanto, os mais salientes ao ordinário social, que consigam se expor aos holofotes eleitorais, teriam forte vantagem de largada na seleção eleitoral, como afirma Manin:

“In governments based solely on election, not all citizens would have an equal chance of holding public office... And the position of representative would be reserved for persons regarded as superior or for members of higher social classes” (MANIN, 1997.p 134).

Ao aliar um mecanismo de voto, altamente inclusivo, às dinâmicas sociais de desigualdade, com disposições de valorizados recursos materiais e não materiais concentrados, é possível jogar luz sobre a operação da distinção nos regimes contemporâneos: a capacidade sofisticada do sistema eleitoral de mascarar a competição assimétrica no processo de seleção dos representantes, sem a necessidade de exigências legais explícitas de exclusão. Isto é, por baixo do manto democrático, restrito à mecânica do igual consentimento, a operação do método eleitoral implica, sorrateiramente, na reprodução da desigualdade política e na legitimação de um quadro aristocrático¹³ – mascarando as capacidades desniveladas de competição política entre grupos sociais em conflito pelo acesso às esferas de decisão representativas. Custos competitivos superáveis, majoritariamente, apenas por aqueles que ocupam na estrutura social posições de privilégio passíveis de conversão em saliência social em eleições.

c) O paradoxo

Mesmo tendo em perspectiva o efeito aristocrático do método eleitoral, poderíamos pensar em uma suposta promoção indireta do princípio de autogoverno nos regimes representativos pelo mandato responsivo¹⁴, em decorrência da força dos instrumentos de controle representativos. Entretanto, como aponta Miguel (2005), o sistema representativo – apesar de apresentar potenciais capacidades em lidar com o

¹² Características socialmente relevantes não se referem a uma virtude ou competência para o exercício representativo, mas a qualquer tipo de reconhecimento social positivo que leva a saliência da média social (MANIN, 1997).

¹³ Como já discutido, um sistema de governo baseado em relações representativas que se pretendem democráticas, pressupõe dinâmicas de equivalências competitivas – iguais meios e capacidades entre os grupos sociais de legitimar, produzir e ocupar espaços e projetos representativos. Por sua vez, esse princípio democrático é brutalmente desequilibrado pela forma representativa operada por meio de eleições em grandes distritos.

¹⁴ Relações representativas nas quais os representantes fossem igualmente sensíveis às predileções de todos os representados.

ajustamento de preferências entre representantes e representados – apresenta uma contradição intrínseca: “trata-se de um governo do povo no qual o povo não estará presente no processo de tomada de decisões” (MIGUEL, 2005, p. 26).

Tendo em mente o paradoxo da representação política na arena parlamentar, três problemas, conectados entre si, se desenvolvem no que tange ao estreitamento e o sentido as linhas de autoridade nas relações representativas: o distanciamento entre representantes e representados; a especialização funcional dos governantes e sua tendência cristalizadora no poder; e a fragilização do vínculo entre vontade dos governantes e dos governados (MIGUEL, 2005). Isto é, o insulamento dos governantes na esfera de tomada de decisões – promovido pela separação entre governantes e governados – contribui para uma tendência de formação de uma elite política dotada de *expertise* voltada a permanência no poder; o que acaba por fomentar a ruptura entre os laços das predileções dos representantes e representados, em consequência das socializações distintas e da diferenciação funcional apresentadas pelos representantes na esfera formal (MICHELS, 1982) – portanto, existiria uma tensão constante no alinhamento de predileções entre representante e representado nos processos de reprodução e sobrevivência da classe política.

A resposta dada por parte da literatura a esses problemas do paradoxo da representação política é a *accountability* – faz referência a capacidade dos representados de impor sanções verticais¹⁵ aos representantes pela recondução ou não ao cargo. Esse controle vertical possui duas dimensões: a prestação de contas, comunicação contínua durante mandato entre os entes das relações representativas; e o veredicto, sanção ou premiação por vias eleitoras (MIGUEL, 2005). A *accountability* forneceria, nessa visão, condições de conciliação favoráveis entre governo representativo e democracia, ao acomodar, ao mesmo tempo, a margem de ação responsiva dos representantes e o controle vertical exercido pelos representados (PITIKIN, 1967).

Apesar das promessas e esperanças depositadas nesse mecanismo de controle vertical, existe uma superestima de suas potencialidades efetivação ao lidar com os fortes obstáculos da realidade política. As complexidades específicas das questões públicas, os incentivos assimétricos a participação/qualificação política dos diferentes setores sociais e o fraco controle sobre a agenda – fruto da baixa influência da sanção eleitoral frente a outros estímulos – são fatores altamente custosos às ações de exame,

¹⁵ Para fins do estudo proposto, trabalho com a perspectiva de *accountability* na dimensão eleitoral.

avaliação e execução das representações no voto retrospectivo. A aposta no controle vertical, nessa medida, apresenta pálidos resultados. O sistema eleitoral, aponta Miguel (2014), deixa os representantes mais sensíveis aos grandes eleitores (veículos midiáticos de massa, financiadores de campanha e os controladores de máquinas políticas locais), que possuem recursos políticos de maior impacto no cenário eleitoral do que o próprio voto. Nessa perspectiva, a recondução ou não ao cargo público via método eleitoral perde força de pressão sobre os candidatos quando atores centrais no processo democrático, como os partidos políticos e os grandes veículos de comunicação, por exemplo, desempenham papéis determinantes para a sobrevivência política dos representantes. A insuficiência da *accountability* no quadro institucional do governo representativo, ao lidar com as barreiras políticas impostas pelo paradoxo da representação, torna a esfera de tomada de decisão assimetricamente responsiva – com sensibilidade relativa aos graus desiguais de influência/controlado dos diferentes grupos sociais sobre as esferas representativas.

d) As socializações participativas

A eleição, como método de acesso e controle das esferas de decisão, apresenta fortes empecilhos à organização democrática da competição política. As supostas equivalências competitivas pelo poder político, em governos representativos com pretensões democráticas, são suprimidas no funcionamento das dinâmicas eleitorais. O acesso via eleitoral à arena política formal, viabilizado pela mecânica democrática de seleção de aristocracias, e o controle pelo voto da responsividade das relações representativas, frágil sanção frente a outros recursos, desequilibra a competição política entre os desiguais grupos sociais que compõem o *demos*.

Uma questão que se levanta a partir desta reflexão é: o caráter antidemocrático da competição representativa se resume ao seu desenho institucional? Isto é, um possível rearranjo da formação de governos via eleitoral resolveria o problema das equalizações competitivas? A resposta, que segue no desenvolvimento da seção presente, caminha na negativa do questionamento – a desigualdade política nas instituições dos regimes representativos encontra reforços nas desigualdades sociais por meio das divergentes socializações participativas.

As condições de base sobre as quais os componentes do *demos* desenvolvem suas capacidades/repertórios para o jogo político – aqui entendido como socialização participativa – compõem o status da cidadania¹⁶, conjunto de direitos civis, políticos e sociais. Ao aliar a concepção de Marshall (1967) do *status* de cidadania com o princípio de equivalência competitiva abordado, é possível entender a cidadania nos regimes representativos como o *alicerce social* do conflito – as condições sociais de base garantidas aos integrantes do *demos* para a competição política, o lugar de partida comum nas disputas representativas. As condições para o exercício da cidadania plena por todos os componentes do *demos*, portanto, exigiria processos de socializações participativas equivalentes, que capacitassem igualmente todos os grupos sociais para a competição política.

Entretanto, as estruturas sociais desiguais nas sociedades contemporâneas afastam os embates políticos desse cenário. Na medida em que o grau de socialização participativa depende do acesso de um conjunto de recursos sociais distribuídos desigualmente na sociedade (educação, informação, saúde, transporte, renda, tempo e etc), o nível de capacitação política de um grupo social está muito mais relacionado à sua herança social¹⁷ do que ao *status* da cidadania. Ou seja, as reproduções das desigualdades sociais desnivelam as condições de base sobre as quais diferentes grupos sociais desenvolvem seus processos de socializações participativas¹⁸, dando vantagens de partida desiguais na competição política de acordo com a herança social de cada grupo.

¹⁶ “A cidadania é um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o status são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao status. Não há nenhum princípio universal que determine o que estes direitos e obrigações serão, mas as sociedades nas quais a cidadania é uma instituição em desenvolvimento criam uma imagem de uma cidadania ideal em relação à qual a aspiração pode ser dirigida. A insistência em seguir o caminho assim determinado equivale a uma insistência por uma medida efetiva de igualdade, um enriquecimento da matéria-prima do status e um aumento no número daqueles a quem é conferido o status” (MARSHALL, 1967, p.76).

¹⁷ A hereditariedade recursos materiais e não materiais disponíveis ao aperfeiçoamento da capacitação política de um grupo social (MARSHALL, 1967).

¹⁸ Marshall (1967), na investigação do desenvolvimento da cidadania no contexto inglês entre os séculos XVIII, XIX e XX, retrata, por exemplo, a insuficiência da consolidação dos direitos civis e políticos no status da cidadania na promoção de uma sociedade mais igualitária. As acentuadas desigualdades nas condições sociais entre as classes inglesas se projetam para o exercício de fato dos direitos criando subtipos de cidadania, por exemplo: os homens proprietários, que exerciam plenamente seus direitos; trabalhadores, que possuíam uma pequena margem de usufruto de direitos civis e políticos; e mulheres, que dispunham de margem de direitos mais marginais.

Para além da dimensão institucional, a desigualdade competitiva em regimes representativos também é reforçada pelos desiguais processos de socialização política, na conversão de desigualdades sociais em políticas. Mas como essa dinâmica operaria? Como desiguais processos de socialização participativa afetariam as capacidades competitivas de determinados grupos sociais no governo representativo?

As desiguais socializações participativas não impossibilitam, em termos estritos, a sanção e a capacitação política dos grupos sociais na arena representativa, mas interfere nos graus assimétricos pelos quais os diferentes grupos sociais operam sobre o acesso e controle das esferas de decisão. Entre os setores privilegiados, a alocação de recursos simbólicos pondera as disputas de forma compensatória, permitindo uma concorrência por espaços e plataformas representativas mais niveladas. Ou seja, os grupos privilegiados, em um sistema de desigualdades dispersas¹⁹, ao concentrarem e converterem seus diferentes capitais simbólicos²⁰ acabam por se equivaler, em certa medida, nas disputas eleitorais pela arena representativa²¹. Já em relação aos desprivilegiados, as bases de socializações participativas conferem-nos papel marginal no controle e acesso das esferas de decisão quando contrastado com os setores privilegiados. Em suma, os múltiplos graus de sensibilidades das esferas representativas formais – os seus níveis competitivos – estão ligados as desiguais processos de socialização participativa – relativos aos graus de concentração/dispersão de recursos simbólicos centrais a capacitação política entre os grupos sociais.

As desigualdades políticas derivam, para além do fluxo do arranjo institucional, dos diferentes processos de socializações participativas, da desigual distribuição dos capitais no meio social. A oportunidade dos diferentes grupos de agirem politicamente variam de acordo com os capitais simbólicos, suas heranças sociais, conforme sua renda, classe, gênero, educação, deficiência, etnia e sexualidade, por exemplo. A possibilidade remota de ingresso à esfera pública e as limitadas forças de pressão de setores desprivilegiados comprometem as condições competitivas destes grupos no jogo político – o acesso à informações e à práticas centrais na socialização política: “Em

¹⁹ Regime dotado de diferentes recursos políticos, competitivamente compensatórios, disseminados entre múltiplas esferas de poder (DAHL, 2012). Segundo o teórico norte americano, essa configuração de sociedade difundida na contemporaneidade é derivada dos processos modernização e especialização pela divisão do trabalho, com destaque aos eventos históricos da urbanização e industrialização.

²⁰ Elementos notoriedade subjetiva proveniente do reconhecimento dos integrantes do campo; crédito/poder dado pelos componentes dos grupos a atores individuais/coletivos ou instituições/objetos passível de acumulação (BOURDIEU, 2011).

²¹ Por exemplo, enquanto veículos midiáticos pressionam a esfera de decisão por meio da construção da opinião pública, grupos de pressão podem influenciar por meio de financiamento.

grande parte, as pessoas participam do jogo do poder porque foram ensinadas, doutrinadas ou socializadas nesse sentido (...) O debate político, e a adoção de estratégias destinadas a conquistar influência pessoal no jogo do poder estão inescapavelmente fora do alcance dos que não conseguiram educar-se (...)” (LINDBLUM, 1980, p.89).

As desigualdades sociais, de cunhos variados, convergem diferentemente de forma a estabelecerem barreiras, portanto, a dois eixos centrais na socialização política em regimes representativos – nas esferas de capacitação e nos alcances dos mecanismos de pressão/controle. Ambos os pilares são necessários para sustentar as estruturas do alicerce da equivalência competitiva em relações representativas democráticas.

Uma socialização participativa robusta, por meio do acesso e atividade concreta na esfera pública (PHILLIPS, 2001), viabiliza o reconhecimento do conflito político – a disposição dos atores, as múltiplas posições divergentes que o compõem, e as suas normas, as regras do jogo que norteiam suas dinâmicas (LINDBLUM, 1980) – e permite condições mínimas para a formação de perspectivas sociais compartilhadas – formulação de posições sociais de um grupo, a partir das quais podem ser produzidas suas preferências e interesses autônomos (YOUNG, 2006). Os mecanismos de controle/pressão, oriundos dos fluxos de poder responsivos estabelecidos pela interação entre atores e instituições, constroem as condições necessárias a externalização dessas preferências, assim como as capacidades mecânicas necessárias para controlar desvios e promover alinhamentos entre representante e representados. As socializações participativas desiguais permitem a saliência política competitiva de determinados setores sociais em detrimento aos outros.

A cidadania, como o alicerce social do conflito, marca as bases formais de socialização participativa do *demos* no regime representativo – as condições gerais/comuns de capacitação política dos grupos sociais. Entretanto, as desiguais heranças sociais rearranjam as posições de partida no jogo político. Somadas as condições mínimas, garantidas pela cidadania, estão as desiguais heranças sociais que delimitam, em última medida, as reais capacidades competitivas de partida entre os grupos sociais – suas diferentes possibilidades de capacitação para o jogo representativo. A construção de um *status* de cidadania acaba por delimitar,

diretamente, os níveis de desigualdades aceitos na competição política²². A fonte da desigualdade política no conflito dos regimes representativos encontra suas marcas no reforço mútuo entre o arranjo institucional centrado na via eleitoral e nos diferentes processos de socialização participativa provenientes da estrutura de desigualdades sociais.

e) A dualidade competitiva

Ao considerar, portanto, **a)** a apologia das diretrizes que guiariam a institucionalização da representação, **b)** a operação do mecanismo da distinção eleitoral pela legitimação democraticamente inclusiva de aristocracias, **c)** as assimétricas sensibilidades dos instrumentos de alinhamento institucional responsivo entre representantes e representados e **d)** os diferentes processos de socializações participativas que capacitam desigualmente os grupos sociais em conflito, é possível retornar ao questionamento inicial – que tipo de lógica competitiva é estimulada pelo governo representativo?

Como descrito, o estabelecimento de um arranjo amortizador ao impacto das massas na ocupação e sensibilização das esferas de decisões política representativa foi a diretriz normativa sobre a qual se pautou a emergência das instituições representativas. A operação desse efeito socialmente seletivo almejado, nas mais diversas variações que os desenhos representativos tomariam na contemporaneidade, se deu principalmente pelo exercício da distinção eleitoral – ao convergir uma mecânica democraticamente inclusiva de consentimento e contextos sócio históricos desiguais com capacidades desniveladas de competição pelos projetos e legendas representativas. Nessa linha, a dinâmica da construção do mandato dos representantes – em decorrência desses filtros de seleção e das fragilidades do controle vertical frente a outras prestações centrais a competição política – acaba por conservar o insulamento dessas disputas entre aristocracias. Junto a essas limitações postas pelo arranjo institucional nas competições democráticas pelo acesso e controle da esfera de decisão somam-se os diferentes processos de socializações participativas que capacitam desigualmente os diferentes

²² Níveis de consolidação ascendentes dos direitos sociais, políticos e civis na população, na perspectiva de Marshall (1967), diminuiriam gradativamente as distâncias entre as posições de partidas dos grupos sociais no conflito político.

grupos sociais em conflito – reforçando a desigualdade política nos governos representativos. Retomando a substância do pressuposto normativo de democracia que os regimes representativos contemporâneos se propõem a satisfazer – as equivalências competitivas – e de fato o que experimentado empiricamente, fica em evidência a insuficiência da inclusão formal pelo voto e do status de cidadania no desenvolvimento de uma competição democrática – tendo em vista as implicações que uma estrutura social com socializações participativas diferenciadas e com recursos de sensibilização política desigualmente distribuídos gera.

A competição representativa contemporânea desvia, fortemente, do princípio democrático de equivalência competitiva entre os grupos sociais. Desse modo, em linhas gerais, que tipo de interação competitiva o conflito representativo? Entendo que o conflito no governo representativo se apresenta em uma dualidade competitiva. Constituída em dois eixos complementares: desnivelados competitivamente no acesso e controle das esferas de decisões e paralelos na produção/reprodução do domínio político.

A primeira margem da dualidade competitiva tem caráter hegemônico e a segunda equitativo. Em grande medida, apenas aqueles que se capacitarem e concentrarem recursos vitais ao ingresso e exercício da representação teriam possibilidade de pressionar e controlar as esferas de decisão política. A maioria dos constituintes, em termos gerais, estariam fadados a uma margem de influência mínima pelo consentimento do voto. A conjuntura institucional e social, fruto da conciliação da mecânica inclusiva do voto e das estruturas de desigualdades sociais e políticas, expõem o dual padrão competitivo viabilizado pelo sistema representativo. Hegemônico entre grupos sociais politicamente assimétricos com condições desiguais de capacitação participativa e de acesso e controle das esferas de decisões e equitativo entre uma minoria capacitada a participação e favorecida pelo arranjo institucional e pelos diferentes recursos de controle/sanção políticos.

As fronteiras entre as margens da dualidade competitiva equitativa e hegemônica são desenhadas pelas instituições do governo representativo e sustentada pelas desigualdades sociais. O reforço mútuo entre os impedimentos institucionais e socialmente estruturais se dão, justamente, na sua interconexão. Isto é, o mecanismo democrático na seleção de aristocracias encontra um cenário de projeção propício nas estruturas de desigualdades sociais, em arenas competitivas marcadas por competências de percepção e expressão diferenciadas no acesso e controle dos governos

representativos. A soma das instituições e da estrutura de desigualdade social nos regimes representativos delimitam fronteiras competitivas no conflito sociopolítico, hegemônicas e equitativas.

Nessa linha, o governo representativo, ao considerar seu caráter dual de competição, se aproxima, apesar de omitirem formalmente, da concepção minimalista shumpeteriana de democracia: substitui “a ideia de governo do povo pela ideia de governo aprovado pelo povo” (SCHUMPETER, 1961, p.301). A potência de uma representação substancialmente democrática se esvai²³ dando lugar a barreiras de vidro que circunscrevem setores desfavorecidos entre a arena social e a política – transparecendo supostas condições de equalizações competitivas, apesar de impor obstáculos de distinção aos grupos sociais desfavorecidos.

Capítulo II – Partidos políticos e a operação sistema representativo

A questão que emerge do dual padrão competitivo, equitativo e hegemônico, viabilizado pelo governo representativo é a forma pela qual esse se justifica e se sustenta em realidades políticas marcadas normativamente por noções amplamente difundidas como a igualdade e soberania do povo. Ou seja, em última instância, o que permite a contínua e paradoxal estabilidade das dimensões hegemônicas e equitativas de competição representativa em sociedades com pretensões democráticas?

a) A seletividade, as intermediações representativas e os partidos políticos

Sustentando o argumento em OFFE²⁴ (1984), a resposta passa pela seletividade operada pelas intermediações representativas nos ditos governos democráticos:

“Formalmente, o conceito de seletividade se refere a uma configuração de regras de seleção que operam a) pela atualização de apenas um setor num conjunto de possíveis resultados e b) pela produção de uma homogeneidade ou consistência nos acontecimentos atualizados. Poderíamos

²³ “O princípio da democracia, então, significa apenas que as rédeas do governo devem ser entregues àqueles que contam com maior apoio do que outros indivíduos ou grupos concorrentes” (SHUMPETER, 1961, p.333).

²⁴ Apesar do autor marxista se referir a seletividade do Estado capitalista, creio que seu argumento pode ser exportado para tratar sobre a justificação e sustentação da “configuração de regras de exclusão institucionalizadas” (OFFE, 1984, p.147) dos governos representativos.

dizer, de forma simplificada, que a seletividade é a restrição não-aleatória (isto é, sistêmica) de um espaço de possibilidades” (OFFE, 1984, p.151).

Os processos de legitimação, construção, ocupação e controle de quadros e projetos em concorrência nos governos representativos são arranjos de forma a operar uma mecânica assimetricamente competitiva, apesar de expô-la como supostamente procedentes do exercício indireto da soberania popular em dinâmicas de igualdade de disputas. Tais processos seletivos agem, portanto, de forma a reproduzir a dualidade competitiva equitativa e hegemônica e a produzir uma percepção artificial, democrática, de equilíbrios competitivos nas disputas representativas.

O evento eleitoral se configura como arquétipo dessa restrição não aleatória de possibilidades nas relações representativas ao instrumentalizar a atualização da competição política aristocrática em sua roupagem democrática. Ao aliar um método altamente inclusivo e estruturas sociais desiguais, o processo eleitoral produz, com forte êxito, resultados legitimados e consistentes à reprodução das dimensões equitativas e hegemônicas de competição política em dois movimentos. Primeiro, ao traduzir no embate eleitoral recursos materiais e não materiais concentrados por determinados segmentos sociais em vantagens competitivas nas disputas pelo acesso nas arenas de representação. E, segundo, ao projetar tal quadro assimetria competitiva eleitoral em um respectivo cenário de responsividade ponderada no exercício da representação – restringindo a competitividade real na arena de tomada de decisões aos mesmos grupos privilegiados. A forma como os processos seletivos operam nos governos representativos definem e salientam os parâmetros e os níveis competitivos nas relações representativas – as condições restritivas e assimétricas à apresentação e efetivação de candidaturas e programas eleitorais competitivos²⁵.

Exposta, em termos gerais, a forma da mecânica seletiva, surge a questão: quem/o que, em termos concretos, opera tal dinâmica nas relações representativas? Penso que a resposta está no caminho: as intermediações representativas. Instituições desempenham papel central na funcionalização²⁶ dessa seletividade.

²⁵ A nível de ilustração, Kirchheimer (1966) aborda a tendência homogeneizante das plataformas e candidaturas partidárias na segunda metade do século XX com a emergência dos partidos catch-all.

²⁶ “Pois o poder soberano concretizado nas instituições políticas, se vê forçado – diferentemente da violência cega, embutida nas relações de exploração econômica que se realizam na troca de equivalentes – a declarar-se e justificar-se como poder. O exercício do poder estatal está ligado a interesses e processos societários desde que a auto-fundamentação absolutista da violência estatal encontrou seu fim com as revoluções burguesas. A soberania está funcionalizada” (OFFE, 1984, p.162-163). Assim como Offe pensa as formas institucionais que operam a seletividade capitalista do Estado, creio que é possível

Os elos entre a sociedade civil e as esferas formais de representação são estruturados por essas instituições – a comunicação entre as arenas sociais e políticas, a inserção de agendas ao debate, a pulverização de tendências dominantes, a formação de preferência dos indivíduos e até as possibilidades de capacitação política e pressão sobre as esferas de decisão são submetidas às dinâmicas de intermediação – e, desse modo, as operações de seletividade dos governos representativos também são intermediadas. O conjunto Estado, sociedade e as intermediações representativas constituem arenas interdependentes em suas lógicas interativas. Nas disputas pelo protagonismo político no governo representativo, como colocado, as esferas de intermediação têm peso decisivo na determinação dos parâmetros competitivos e na mobilização seletiva da máquina de distinção eleitoral, ou seja, na própria atualização da dualidade competitiva equitativa e hegemônica nas relações representativas.

Como o teórico marxista discorre, o exercício do sufrágio universal, como mecanismo legitimador de frágil impacto no controle representativo, é central na funcionalização da seletividade das relações representativas – omite, democraticamente, a operação da distinção eleitoral e da representação política (OFFE, 1984). Os partidos políticos, ao monopolizarem as prerrogativas de composição da arena formal e de construções dos projetos representativos em concorrência, assumem protagonismo de intermediação na organização dos conflitos entre as dimensões social e política. E, como elo chave na operação da seletividade dos governos representativos, são peças fundamentais no motor que impulsiona, portanto, a máquina da distinção, ao permitir e invisibilizar a exclusão institucionalizada e a resiliência das competições aristocráticas pelo poder político.

Apesar da centralidade das intermediações ser reconhecida pela literatura na dinâmica da representação, há uma redução predominante dos estudos da área em lidar com as relações representativas de forma bilateral²⁷ – exclusivamente entre representante e representado – acabando por mitigar o papel dessas instituições intermediadoras nessa relação. As formas de intermediação representativas – veículos de comunicação de massa, sindicatos, grupos de interesse e os próprios partidos políticos –, apesar de serem levadas em conta quando se pensa as relações

transpor o raciocínio para a investigação da seletividade do governo representativo – a institucionalização da dualidade competitiva pelas intermediações representativas.

²⁷ Destaque, por exemplo, a importante obra da Pitikin “The Concept of Representation” de 1967, uma das principais bases dos estudos representativos do século XX.

representativas, têm suas ponderações ingenuamente minimizadas na relação entre representação e democracia. A literatura sobre a temática foca no aprimoramento democrático da interação representante e representado, ignorando, em grande medida, o potencial de nivelamento/desnivelamento das relações representativas produzido por essas intermediações – instituições centrais na configuração das relações entre sociedade civil e Estado.

As ações e reações entre representantes e representados são estruturadas, em grande medida, por essas instituições intermediadoras – dando ênfase ao peso dos partidos políticos (DUVERGER, 1980)²⁸. Como Duverger salienta, o sistema partidário, principalmente, e as regras do jogo eleitoral e parlamentar formam/deformam, em proporções variáveis, as interações entre representante e representado. Os partidos, mesmo em graus distintos, são instituições centrais na formulação, desenvolvimento, sintetização, estabilização e canalização de demandas coletivas no sistema político representativo: “cada sistema de partidos, que constitui uma moldura diferente que a opinião se exprime, engendra, pois, um tipo diferente de representação política” (DUVERGER, 1980, p.414). Os representantes, as intermediações partidárias e os representados constituem, de forma interdependente, peças centrais no funcionamento da dinâmica da representação política.

A emergência e consolidação dos regimes representativos desde o final do século XVIII até as formas mais atuais estiveram e estão fortemente associadas à emergência e consolidação dos sistemas partidários. Com a derrocada das monarquias absolutistas, o aumento das faculdades parlamentares e a ampliação do sufrágio, há uma concentração contínua de prerrogativas de organização da ordem social e política nos partidos políticos.

As próprias observações e classificação de Duverger (1980) sobre as origens das organizações partidárias destacam os papéis que essas passariam a desempenhar a partir do final do século XIX. As primeiras experiências surgidas no interior dos parlamentos da Europa Ocidental, os partidos de quadros, ilustram a primeira função que os partidos políticos passariam a exercer nos regimes contemporâneos: a organização do conflito político formal – o arranjo das disputas eleitorais, a gerência das concorrências

²⁸ Como explicitado, as instituições intermediadoras desempenham papéis centrais na dinâmica representativa e não se limitam aos partidos políticos – os meios de comunicação apresentam funções de destaque na construção dos discursos públicos, os movimentos sociais são centrais nas mobilizações de agendas, por exemplo. Entretanto, a seção proposta foca nesse elo específico em um esforço de contribuir com a pouca literatura explorada nesse sentido – na investigação do papel das instâncias partidárias como intermediárias dos conflitos sociopolíticos em governos representativos.

intraparlamentares, a conformação das alianças intrapartidárias e, portanto, a organização da esfera formal decisão. Entretanto, com o aumento das faculdades parlamentares, a ampliação gradual do sufrágio universal e, conseqüentemente, os crescentes custos de legitimação dos governos representativos no oeste europeu na virada do século XX, surgem os partidos de origem externa aos parlamentos. Com destaque aos partidos de massas, que salientariam sua vantagem competitiva frente aos partidos de quadros, na primeira metade do século XX, por sua atuação na segunda dimensão de protagonismo partidário nos sistemas representativos: a organização do conflito social – a construção de projetos e plataformas de representação; a inclusão e projeção de setores sociais às bases partidárias e ao jogo político; e a estruturação refinada do novo mercado eleitoral²⁹. Os partidos surgem como formas de organizar as dimensões do conflito político formal e do conflito social na operação do governo representativo³⁰ – em sua legitimação, acesso e controle, isto é sua organização.

Como intermediador entre as arenas do conflito social e política, os partidos desempenham função de canalização mecânica e enquadramento ideológico dos segmentos sociais na formação e controle dos governos representativos (SARTORI, 1982). Viabilizam as formas de comunicações e projeções entre as dimensões de conflito sociopolíticas ao monopolizarem a coordenação do evento eleitoral e do jogo parlamentar³¹ – as prerrogativas das seleções de candidaturas competitivas e das construções das plataformas representativas, “quem” e “o que” vai ser representado, assim como as coalizões e alianças de forças na constituição dos governos e oposições, “como” será organizado a dinâmica de decisões.

Essa função de intermediação entre as zonas de conflito sociopolíticas cumpre, segundo Kirchheimer (2012), função central nos regimes contemporâneos – a transmissão de cargas [*load*] entre o setor social e parlamentar, as principais vias de canalização das pressões do ambiente social para o político e vice-versa. A interrupção

²⁹ A referência ao mercado político, nesse contexto, se refere a organização das ofertas dos produtos políticos oferecidos pelos partidos e ao papel reduzido de consumidor político desempenhado pelo eleitor nas disputas eleitorais (BOURDIEU, 2011).

³¹ Diversas abordagens da ciência política ilustram a centralidade das organizações partidárias nos arranjos representativos: os estudos de carreira, nas projeções de inserções horizontais e/ou verticais dos candidatos pelos partidos (RODRIGUES, 2009; MARENCO e SERNA, 2007); as abordagens das organizações partidárias, nas construções das plataformas na distribuição de incentivos coletivos a base partidária e o processo de adequação de fins na institucionalização da organização (PANEBIANCO, 2005); e as percepções do próprio sistema político brasileiro, em episódios recentes como a formação de amplas coalizões de governo após a Constituição Federal de 1988 (LIMONGI e FIGUEREDO, 1998) e eventos mais antigos como a paralisia decisória na República de 1945-64 (SANTOS, 1986), por exemplo.

desse fluxo de transmissões ou uma nova ponderação de carga nas arenas sociais e/ou políticas geram mudanças nas possibilidades de acesso à esfera formal de representação e no próprio sistema de intermediação partidária³².

A dinâmica competitiva pelo poder político nos governos representativos se consolidou de forma paralela e conjunta aos estabelecimentos dos sistemas partidários. A institucionalização dos arranjos de comunicações, projeções e pressões entre as dimensões sociais e políticas formais se firmaram pela operação da intermediação representativa em diversos arranjos – movimentos sociais, associações civis e sindicatos, por exemplo. Entretanto, o monopólio da via eleitoral e o protagonismo no jogo parlamentar desempenhado pelas organizações partidárias conferem-lhes papel central no ordenamento dos conflitos social e político formal nas relações representativas – na operação da seletividade do conflito representativo, na organização de sua dualidade competitiva.

b) A funcionalização

Apesar da emergência histórica e paralela entre os governos representativos e os sistemas partidários coincidirem, é necessário buscar explicações mais refinadas dos processos e dinâmicas que demonstrariam a centralidade das intermediações partidárias como produtoras da dualidade competitiva equitativa e hegemônica. Isto é, o papel dos partidos políticos na funcionalização das relações representativas. Dessa forma, como ocorreriam os/as encadeamentos/conexões necessários à operação das relações representativas? Enfrentar o questionamento passa pelas potencialidades das instituições intermediadoras como balizadoras dos conflitos sociais e políticos nas relações representativas – em termos de incentivos a socialização participativa, qualificação a ação política, e no acesso e controle das esferas de decisões, as diferentes sensibilidade às desigualdades sociais ao ordenar as relações representativas.

Ao organizarem e centralizarem os eixos pelos quais a comunicação e o conflito entre os campos social e político se dispõem, as intermediações condicionam os parâmetros de qualificação para as disputas, as características necessárias à percepção e

³² Por exemplo, a inclusão gradual das camadas populares pela abertura do sufrágio no oeste europeu na primeira metade do século XX, alteração no fluxo de carga social, fomentou a emergência de um novo tipo de intermediação que reequilibrou as balanças do sistema representativo com os partidos de massas – com destaque ao Partido Social Democrata alemão e a Secção Francesa da Internacional Operária. A presença de cargas, sociais ou políticas formais, não intermediadas podem vir a causar cenários de crise nos governos representativos. Segundo Sartori (1982), por exemplo, foi exatamente a falta de vaso institucional de alguns sistemas partidários europeus a novas cargas sociais e políticas formais durante o século XX que fomentou a emergência de sistemas partidários de Estado, unipartidarismos radicais.

expressão exitosa no campo político³³ (BOURDIEU, 2011). A participação política e o controle representativo – movimentos importantes nesse alinhamento político das relações de poder entre representante e representados – têm como meio operacionalizador, em grande medida, essas instituições. É também por meio desses elementos intermediários, para além da produção dos parâmetros de qualificação política, que as desigualdades sociais – pelos diferentes níveis de recursos, materiais e não materiais, e de capitais simbólicos alocados entre os grupos sociais – são projetadas para a arena pública e passam a agregar dimensões de assimetrias competitivas nas relações de conflito que envolvem a representação. No que tange a operação dos mecanismos da distinção no governo representativo, o monopólio da organização eleitoral exercido pelos partidos políticos – na exposição das plataformas representativas, no acesso à arena pública/formal e no controle de desvios representativos – conferem-nas função central na alocação dos recursos capazes de sensibilizar a esfera formal de representação³⁴ e, portanto, construindo-a e tornando-a responsiva as próprias organizações partidárias.

Os acúmulos de capitais materiais e simbólicos dão margem de saliência a determinados grupos sociais, entretanto as leituras de conversões desses recursos dependem das regras que regem as instituições do sistema político e da forma pela qual esses elementos são intermediados para as dimensões representativas. O peso específico de cada ator, em sua projeção partidária, ganha importância no campo político – os capitais de *notoriedade* e *popularidade* são importantes pesos na consolidação de carreiras políticas e, portanto, no reconhecimento gradual da centralidade tomada no campo. Por outro lado, destaca Bourdieu (2011), a espécie principal de capital político na alocação do poder simbólico³⁵ nas relações representativas é o capital *delegado*. Elemento detido e controlado pelas intermediações partidárias, concentra a autoridade política, reconhecida e legítima, capaz de mobilizar a máquina dos quadros partidários –

³³ No reconhecimento das posições sociais compartilhadas, na externalização pública das preferências, e na sensibilização das instâncias de decisões formais às demandas sociais (BOURDIEU, 2011).

³⁴ Essas intermediações acabam por serem capazes de funcionalizar a conversão de capitais sociais simbólicos em capitais políticos, impondo seletivamente barreiras a essas projeções ao: estabelecer os parâmetros de qualificação política, salientar os capitais simbólicos valorizados na arena representativa; cultivar/sustentar a progressão/estabilização das carreiras políticas de grupos privilegiados, ao atualizar a seletividade das disputas; e ao projetar a conversão desses capitais simbólicos em capitais políticos na tradução do reconhecimento social em reconhecimento político, impulsionando tais segmentos as arenas de decisão.

³⁵ “O poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito dá aquele que exerce, um crédito com que ele o credita, uma *fides*, uma *auctoritas*, que ele lhe confia pondo nele sua confiança” (BOURDIEU, 2011, p.188)

a organização burocrática que concentra os recursos materiais e não materiais capazes de gerar candidaturas competitivas – e o seu aparelho ideológico – estrutura organizacional que detém a capacidade monopolizada de gerar projetos representativos orientadores da dinâmica da oferta do mercado eleitoral (BOURDIEU, 2011).

Os partidos políticos, como elos legitimados por via eleitoral entre os campos social e político, dominam, em grande parte, os instrumentos de mobilização fundamentais nas intermediações das concorrências representativas – o processo de tradução da dinâmica social em política, as projeções dos conflitos sociais em disputas políticas pelo poder simbólico e a própria oferta dos programas representativos do mercado político (BOURDIEU, 2011). Ao ponderar o peso dessas organizações na funcionalização da seletividade das disputas pelo governo representativo fica evidente sua centralidade. Nessa medida, a dinâmica competitiva pelas dentro dos partidos, focos de suas dimensões organizacionais, tornam-se tão relevantes quanto às disputas eleitorais. Quando se reflete sobre os processos de institucionalização dos capitais simbólicos sociais em capitais políticos nas relações representativas, é notória a força do partido como organização na projeção de conflitos sociais em políticos.

Dessa forma, entender como opera a lógica de interação interna e externa das instituições partidos políticos não é só relevante para descrever o funcionamento do governo representativo, mas é central para pensar a dinâmica do processo de sua funcionalização. A investigação da operação da dualidade competitiva equitativa e hegemônica, sua seletividade e suas formas de funcionalização no ordenamento do conflito sociopolítico, passa pela análise do funcionamento das intermediações partidárias. É por meio da dinâmica interpartidária e intrapartidária que as relações representativas são intermediadas e o governo representativo é operacionalizado.

c) O partido por dentro

Ao entender a disposição das arenas em disputa em regimes representativos e ao dar o peso adequado ao papel das intermediações representativas, ganham destaque na dinâmica da representação democrática as instâncias que mediam os conflitos sociais e políticos. Se nos referimos à canalização do conflito em governos representativos, no que tange as disputas entre projetos de representação e formação de governos, a

perspectiva partidária é central³⁶. Assim, tendo em mente as margens do conflito representativo, hegemônico e equitativo, e a relação de origem e consolidação mútua entre os sistemas representativos e os sistemas partidários, podemos nos remeter com mais propriedade aos processos e mecanismos que revestem a operação dos governos representativos por meio da perspectiva dos próprios partidos, por dentro destas organizações³⁷.

A leitura das relações representativas ganha contornos mais concretos quando se associa as instituições e atores sociais e políticos às dinâmicas de disputas nas organizações partidárias. Nessa perspectiva, as relações entre representantes, representados e intermediadores tomam forma nas buscas pelo o que o partido oferece – o poder de organizar a intermediação representativa – por meio das disputas pelo o que o partido necessita – as demandas de recursos das arenas sociais e políticas que a organização depende para sobreviver, competir e atuar. Isto é, a leitura do conflito pelo poder político nos governos representativos passa pela disputa do controle organizacional dos partidos.

A interdependência entre os conflitos social político e partidário pode ser observado em dois caminhos: a) grupos sociais e políticos competem pelo controle/influência da máquina partidária com fins de ganhar/sustentar espaço na esfera de decisão; ou b) o partido político, com vistas à manutenção da organização e realização de seus objetivos, mobiliza a participação dos entes das esferas social e política sanando suas demandas organizacionais de forma a se adaptar ou predominar sobre as arenas sociopolíticas. Ambos os caminhos, a partir de perspectivas diferentes, ilustram os mesmos atores nos mesmos processos: a operação do conflito pelo poder político em regimes representativos organizados por partidos. As duas perspectivas apresentam as mesmas dinâmicas: as disputas contínuas pelas posições de controle das máquinas partidárias; os acordos de prestações, trocas e barganhas na construção de projetos/plataformas de representação; a projeção de grupos às arenas de decisórias; e as alianças entre forças na formação de governos ou oposições.

³⁶ Salienta as formas institucionalizadas do conflito na organização partidária e suas relações com o ambiente social e parlamentar como processos e mecanismos que permitem a produção e atualização dos parâmetros competitivos nivelados/desnivelados entre os grupos sociais na disputa pelo poder político representativo, ou seja, na conversão de disputas sociais em dinâmicas políticas formais.

³⁷ A investigação da dinâmica intrapartidária é imprescindível as questões que cercam a intermediação representativa – os mesmos pilares que sustentam os partidos como organizações são as mesmas vias que mantém os fluxos de poder nas relações entre representante e representado. Se, como discorrido, o regime representativo permite níveis concorrências desnivelados por seus quadros é porque a dinâmica partidária viabiliza tais relações em seus processos internos e dinâmicas externas

As formas pelas quais os partidos agem e reagem aos incentivos dos ambientes sociais e políticos formais, dadas as regras do jogo, mantém as engrenagens do arranjo representativo em funcionamento e, em última instância, produzem/reproduzem as relações representativas no conflito pelo poder político. Ou seja, compreender as formas de operação da lógica interna partidária é buscar entender a dinâmica da intermediação entre a sociedade e o Estado, é tentar evidenciar os mecanismos interativos de seleção dentro dessas organizações assim como suas diferentes sensibilidades na conversão dinâmicas sociais em políticas. Nessa medida, observar o partido político não como uma instância sólida e isolada no jogo político, mas como uma terceira arena de conflito estruturante e permeável às relações entre as arenas sociais e políticas. Observar as relações representativas por dentro dos partidos nos auxilia a compreender melhor e de forma mais completa como de fato a dinâmica do jogo representativo opera, considerando sua indispensável ponderação nos regimes contemporâneos.

Investigar a estrutura partidária diz respeito aos diversos atores e organizações de base disseminados, em diferentes níveis federais – municipal, estadual e nacional – e em diferentes arenas – social, política formal e intrapartidária. Por outro lado, faz referência também ao exame das formas de articulação geral desses entes (DUVERGER, 1980) – as negociações de suas ligações, a configuração de suas relações hierárquicas/horizontais, suas estruturas de inserção carreirista, os seus formatos de filiação, etc. Ou seja, abordar a estrutura partidária, seu funcionamento e atividades, é tratar sua dinâmica interna em termos organizativos: conjunto de alianças e conflitos entre diversos atores pelo controle da organização e uso de sua máquina em diferentes níveis e arenas (PANEBIANCO, 2005).

O exame da ordem partidária exige um olhar minucioso sobre a sua estrutura poder interna – como é alocada e se reproduz na organização, como modifica as relações intrapartidárias e com quais consequências no fluxo de poder (PANEBIANCO, 2005). As relações organizativas consistem em um sistema de acordos e trocas desiguais. No qual as lideranças partidárias estabelecem relações com entes do ambiente sociopolítico sanando suas demandas. E quanto maior for a dependência da organização a cada um dos entes externos ao partido, menor a autonomia da organização frente ao ambiente e vice-versa³⁸.

³⁸ Uma relação necessariamente, segundo Panebianco (2005), de poder desigual, que impõe posições de poder hierárquicas entre os envolvidos.

Mas quais seriam os espaços, recursos de poder organizativo, que desequilibrariam o controle dos jogos dentro dos partidos? Panebianco aponta para as zonas de incerteza – espaços de imprevisibilidade organizativa, áreas vitais a sua sobrevivência e funcionamento. Como qualquer organização, os partidos políticos possuem internamente um conjunto demandas essenciais para sua atuação/existência e aqueles controlam/sanam tais prestações geram dependência organizativa da instituição em seu favor, obtendo forte poder decisório nos rumos do partido. Esses fatores que determinariam as condições de incerteza do partido seriam seis: “a competência, a gestão das relações com o ambiente, as comunicações internas, as regras formais, o financiamento da organização e o recrutamento” (PANEBIANCO, 2005, p.66).

A primeira zona, definida pela divisão do trabalho organizativo dentro da organização, expõe o *poder do especialista* – entendido como conhecimento adquirido, e reconhecido, das relações político-organizativas externas e internas as intermediações. O segundo ponto de fluxo, principal foco de incerteza organizacional, detêm o protagonismo de ação frente ao ambiente, faz referência às relações de articulação, comunicação e controle/pressão, entre as intermediações e o ambiente externo a essas – a sociedade civil organizada, outros partidos, eleitores, o Estado, por exemplo. O terceiro espaço, a comunicação, é o sistema de canais pelos quais as informações circulam no partido. Os atores que controlam os canais comunicativos internos influenciam as relações de poder dentro da organização na medida em que detêm os meios pelos quais se distribui, retarda, suprime, ou manipula as informações. O quarto recurso organizacional diz respeito à definição e manipulação do quadro de regras formais – estabelece as regras que moldam o jogo político intrapartidário, montam o cenário dos confrontos e negociações entre as tendências pelo controle da máquina partidária. A quinta área de atuação na organização partidária consiste na provisão de recursos materiais para a vida e funcionamento das intermediações – o financiamento. Essa zona de incerteza é ocupada pelos financiadores externos e pelos intermediadores e receptores desses recursos, ambos ocupam evidente posição de destaque nas relações internas ao partido em suas demandas materiais. O sexto, por fim, núcleo de poder interno no partido remete aos filtros de ingresso e progressão das carreiras dentro do partido político. A zona de recrutamento, ao definir os critérios de admissão e os requisitos de promoção dentro dos partidos, concentra recursos críticos na determinação das estruturas de oportunidades das filiações, das carreiras políticas e na distribuição de

reconhecimento interno das lideranças partidárias, ocupando posição central na estrutura de comando da organização (PANEBIANCO, 2005).

As zonas de incerteza intrapartidária apresentam fronteiras e intersecções fluídas com tendências concêntricas/cumulativas. A tomada de centralidade na zona de competência, possivelmente, pode implicar no protagonismo de ação no núcleo das regras formais; o domínio sobre o espaço das relações com o ambiente externo pode envolver, muitas vezes, papel de gerencia na área do financiamento. Nesta linha, é possível compreender a tendência cumulativa dessas zonas de poder, a possibilidade de concentração de posições de poder organizacional em pequenos grupos. Por outro lado, como também aponta o teórico italiano, se torna clara a impossibilidade de monopolização dessas zonas de poder ao considerar a condição de dependência organizativa continua e contingente às prestações, negociações e barganhas do ambiente sociopolítico. Isto é, a organização partidária depende necessariamente dos recursos advindos das arenas sociais e políticas, o que demanda uma prestação contrária e impede a autonomia plena da instituição. Portanto, mesmo que desequilibrada pela tendência cumulativa, as competições pelo poder nas organizações partidárias são dispostas dentro de uma tensão contínua de pluralidade limitada – paulatinamente mais aberta ou fechada de acordo com o equilíbrio de forças nas zonas incertezas (PANEBIANCO, 2005).

Essa dinâmica de poder desigual na organização do conflito intrapartidário ilustra, com mais clareza, os apontados parâmetros competitivos viabilizados pelo governo representativo. A margem equitativamente competitiva entre elites partidárias e sociopolíticas – por seus fortes pesos na ocupação e mobilização das zonas de incerteza nos partidos – coexistindo com a margem hegemonicamente competitiva entre tendências mais frágeis, filiados e/ou eleitores – entes dotados de pesos relativos menores nas demandas organizacionais do partido e, portanto, também nos direcionamentos da máquina partidária.

Estabelecendo-se nesse paradoxo organizacional – tendência e impossibilidade da monopolização das zonas de incerteza –, o conflito intrapartidário institucionaliza seu equilíbrio competitivo dinâmico, equitativo e hegemônico, por meio da formação de coalizões dominantes (PANEBIANCO, 2005). Grupo composto por atores internos (nacionais e subnacionais) e externos (financiadores, grupos de pressão, sociedade civil, etc.) que ocupam e dominam/ zonas de incerteza vitais e, portanto, controlam núcleos de

alocação de incentivos organizativos³⁹ dentro da intermediação representativa. São as tendências que detém/conservam continuamente a autoridade organizacional do partido, mantendo as demandas organizacionais da máquina partidária e articulando o conflito intrapartidário em seu favor – nas dimensões verticais, entre quadros e base, e horizontais, entre carreiristas e lideranças⁴⁰.

Nesse processo de tensão contínua na manutenção, contração e flexibilização do poder organizacional, as coalizões dominantes mantêm os seus protagonismos no domínio dos conflitos intrapartidários por meio dos mecanismos de distribuição de incentivos. A legitimidade do domínio das lideranças partidárias está ligada à capacidade das mesmas de alocarem incentivos *seletivos* e *coletivos* aos seus integrantes proporcionais ao peso dos mesmos nas demandas organizacionais do partido, mantendo o ordenamento contínuo das múltiplas prestações vitais a sobrevivência e ação partidária por esses fluxos de alocação de benefícios. A concessão dos benefícios seletivos segue a lógica clientelista de distribuição de incentivos, principalmente de ordem vertical (em recrutamentos ou alavancagens de carreiras políticas e de lideranças partidárias), na manutenção/formatação de estruturas hierárquicas estáveis e coesas. Por sua vez, o fluxo de bens coletivos requer incentivos diversos, formação de alianças políticas e sociais, no sentido de estreitar/consolidar as diretrizes políticas do partido – centros simbólicos dos objetivos gerais que fomentam a identificação e lealdade partidárias. Nesse sentido, a conexão entre legitimidade das lideranças e identificação partidária se dá pelo reconhecimento/credibilidade dos seus adeptos, simpatizantes e eleitores do partido às atuações das dirigências em alinhamento as diretrizes partidárias e sua forma de organização interna (PANEBIANCO, 2005).

As legitimações das lideranças partidárias, consolidadas pela distribuição de incentivos seletivos e coletivos, viabilizam a sustentação da estabilidade organizativa – “a conservação das linhas de autoridade internas ao partido, da configuração do poder

³⁹ Incentivos ligados a delegação de recursos a competição representativa pelo uso da máquina partidária – por exemplo, na seleção de candidaturas, construção de projetos representativos e direcionamento do financiamento.

⁴⁰ O domínio dinâmico da coalizão dominante no interior do partido ganha contornos complexos em sua estrutura de poder. Por mais que concentre relações de lideranças entre as zonas de incerteza, as dirigências partidárias estabelecem compensações relativas a outros grupos, de acordo com o grau de dependência nas prestações vitais a organização, o que pode acirrar disputas internas e ameaçar o seu domínio. A demonstração de controle, por parte das lideranças, implica, possivelmente, na flexibilização aos interesses diversos dos núcleos de poder (PANEBIANCO, 2005). Além disso, os níveis de atuação dos partidos variam em estâncias nacionais e subnacionais interdependentes, ampliando a noção de coalizão dominante as dimensões subnacionais. Em contextos federativos, ganha relevância as divisões sistêmicas de caráter regionais e estaduais – o arranjo federalista e os múltiplos contextos políticos regionais – nas formas de estruturação de subsistemas partidários (LIMA Jr., 1983).

legítimo” (PANEBIANCO, 2005, p.83). A tese do teórico italiano avança para além da percepção de Michels (1982) da conservação da organização como principal objetivo dos partidos – o repertório de estratégias e alianças partidárias visaria à estruturação organizativa de um conjunto perene de linhas de autoridade internas para o alcance também de seus objetivos específicos nas esferas de decisões formais, partidos não atuam apenas para subsistir.

As formas variadas pelas quais se dispõe e são ocupadas às zonas de incerteza, associadas aos diferentes agentes internos e externos que compõe essas organizações, formam a conformação/fisionomia partidária: repertório de ações das coalizões dominantes dado os desafios internos e, principalmente, externos ao controle do conflito intrapartidário – como a organização partidária é manejada e age/reage aos conflitos do ambiente sócio políticos. Por meio da alocação de incentivos seletivos e coletivos, a legitimidade de ação desses grupos dominantes é mantida internamente e as estratégias de domínio ou adaptação as esferas sócio políticas são traçadas na mobilização da máquina partidária, o que permite o estabelecimento de redes estáveis de autoridade interna – a forma com a qual os partidos se especializam na competição representativa.

A estabilidade e controle do partido por elites sociais e políticas é, em grande medida, proveniente do acúmulo de poder organizacional, reconhecimento da autoridade interna das coalizões dominantes na dinâmica intrapartidária: alimentada pelos fluxos/prestações vitais das zonas de incerteza; mantida pela alocação de incentivos coletivos e seletivos; e consolidada pelas especializações competitivas estratégias de ação partidária que, ao dominarem e/ou se adaptarem ao ambiente sociopolítico, garantem a sustentação/ampliação das relações de subordinação e cooperação internas ao partido. O conflito intrapartidário pelo protagonismo na organização do partido depende, como apontado, de um conjunto de fatores e dinâmicas nas arenas social e política formal de desigualdade. A funcionalização da dinâmica competitiva equitativa e hegemônica nos governos representativos se concretiza, em parte, na luta pelo poder na organização partidária, controle e mobilização das máquinas partidárias, sensível/permeável diferentemente aos grupos sociais.

A estruturação da estabilidade organizativa interna dos partidos depende do domínio organizacional por parte de uma coalizão dominante. A manutenção desse domínio decorre de sucessivos reforços das linhas de autoridade internas ao partido legitimadas e impulsionadas por prestações vitais de focos de poder partidário – as zonas de incerteza. O controle desses espaços de poder se sujeita ao ambiente externo

ao partido, às dinâmicas sociais desiguais e assimetricamente competitivas, que exigirá em contrapartida projeção representativa dessas elites. Por exemplo, os partidos políticos tendem a privilegiar grupos sociais que concentrem os meios materiais para satisfazer as demandas de sua zona de financiamento; o espaço de recrutamento privilegiará a projeção de grupos com maior peso de notoriedade e popularidade, na medida em que esses podem ampliar suas chances partidárias de sucesso eleitoral e ocupação da esfera formal de representação.

Nessa media, é possível afirmar que é na relação de interdependência entre as arenas de conflito partidário, social e política que assimetrias sociais encontram assimetrias políticas⁴¹. Isto é, desigualdades sociais encontram espaço de projeção na arena formal de representação na dinâmica de dependência organizativa dos partidos a essas realidades sociais fortemente desiguais, dando forma à dualidade competitiva nos governos representativos. O evento eleitoral ilustra bem o raciocínio, a necessidade de gerar saliência social para acessar a arena formal de representação está intrinsicamente ligada as dinâmicas de organização e projeção partidária nas eleições. Como tanto o controle, sobrevivência e a mobilização das máquinas partidárias são dependentes das estruturas de desigualdades sociais seria, no mínimo, surpreendente, não observar a reverberação de tais dinâmicas de desigualdades na esfera de tomada de decisão.

Nos regimes representativos, o ordenamento das dimensões do conflito político, equitativo e hegemônico, assim como a seletividade e a funcionalização da distinção eleitoral, é operado pelos partidos políticos. Por sua vez, os recursos e dinâmicas necessários à intermediação partidária das relações representativas são ligados a estrutura de desigualdades. Logo a operação da dinâmica competitiva dual no conflito representativo é mecanizada por partidos políticos que dependem e agem em uma estrutura social desigual, com instituições que estimulam a seletividade, dando vasão a desigualdade política.

d) Lastro organizacional do conflito representativo: condicionantes organizacionais, custos competitivos e modelos de partidos.

A partir das reflexões referentes ao caráter competitivo dual viabilizado pelo governo representativo e ao desempenho central das organizações partidárias em sua

⁴¹ Nas provisões de prestações vitais das zonas de incerteza partidárias e nas projeções representativas de dinâmicas sociais dotadas de recursos desigualmente distribuídos.

funcionalização, é possível dar contornos mais tangíveis ao questionamento que permeou o desenvolvimento do capítulo: como desigualdades sociais se projetam em desigualdades políticas nos regimes representativos?

Este próximo passo em direção ao problema é relativo à perspectiva adotada para observar o conflito – o exame das relações representativas por dentro dos partidos. Parto de duas premissas analíticas: a primeira se refere ao comportamento sistêmico que o governo representativo apresenta e a segunda diz respeito à possibilidade de que as relações representativas possam ser analisadas a partir de uma perspectiva organizativa e em termos de condicionantes organizacionais e custos competitivos.

Entender o funcionamento de um regime representativo como um sistema (SOUZA, 1976; SARTORI, 1982) implica em duas constatações: I) o conjunto instituições representativas e seus atores funcionam autonomamente; e II) sua dinâmica interna, entre as partes que o compõe, é interdependente:

“(…)as ‘partes’ ou ‘subsistemas’ de que ele [o sistema] se compõe são interdependentes. Isto não quer dizer simplesmente que eles ‘interagem’ em sentido vago, mas que a existência ou não de certo tipo de subsistema, sua organização interna, e sua força relativa, são imensamente condicionantes das possibilidades de surgimento e consolidação de novos subsistemas” (SOUZA, 1976, p. 46).

Em outras palavras, o sistema representativo pode ser explicado por suas características e partes intrínsecas, que interagem entre si condicionando-se mutuamente seus comportamentos. Novas ponderações nas arenas sociais, partidárias ou políticas formais geram novos rearranjos nos demais campos⁴².

A investigação das relações representativas a partir da perspectiva organizativa tem longa data na literatura⁴³. Possui como principal vantagem, a meu ver, a perspectiva privilegiada do objeto estudado: permite observar, por dentro dos partidos, os mecanismos que operam a leitura das dinâmicas de conflitos sociais e as formas como quais são projetadas nas esferas de decisões representativas⁴⁴.

⁴² A ampliação gradual do sufrágio e alteração das formas organização partidária de quadros para as de massas (DUVERGER, 1980) no início do século passado ou o recente crescimento da autonomia organizacional das máquinas partidárias frente as suas bases sociais devido, entre outros fatores, ao gradual aumento relativo das prestações de recursos organizacionais estatais frente aos sociais (KATZ e MAIR, 1995) ilustram o ponto da perspectiva sistêmica entre as arenas sociais, partidárias e políticas formais.

⁴³ Têm origem em Ostrogorski (1902), passando por Michels (1982 [1915]), Weber (2004 [1922]), Duverger (1980 [1951]), Panebianco (2005 [1982]) e Katz e Mair (1995).

⁴⁴ Estudos de financiamento de campanha (RIBEIRO, 2008) e seleção de candidaturas competitivas (RODRIGUES, 2009; MARENCO e SERNA, 2007; CAMPOS e MACHADO, 2015) utilizam, por

Os partidos políticos são atores centrais na gestão dessa competição por suas prerrogativas de organização nas relações representativas. As capacidades de projeção de setores sociais e seus interesses às esferas de decisão por suas máquinas estão ligadas ao êxito na competição eleitoral e parlamentar. E esse êxito está associado à capacidade da organização partidária de dominar ou se adaptar a competição pela concentração e mobilização de recursos sociais e políticos necessários aos embates – para manter suas capacidades competitivas, partidos necessitam sanar suas demandas por recursos organizacionais. Entender, dessa forma, as relações representativas em termos de condicionantes organizacionais e custos competitivos é observar que a competição política é moldada por determinadas instituições/regras e inserida em uma estrutura sociopolítica.

Nessa perspectiva, *as condicionantes organizacionais consistem nos fatores que incidem sobre as possibilidades de manutenção, controle e uso da máquina partidária na organização competitiva das relações representativas*. As regras/instituições e as estruturas sociopolíticas que condicionam uma configuração partidária competitiva em determinado contexto histórico⁴⁵. *Os custos competitivos seriam a quantidade/volume dos recursos, matérias e não materiais, exigidos dos partidos políticos para a organização competitiva do conflito representativo*. Para atingir seus objetivos, os partidos precisam se adequar as condicionantes organizacionais e superar determinados custos na competição representativa pelo acúmulo e alocação contínua desses recursos à sua organização e ação. O controle dessas demandas/recursos organizacionais garante força às tendências dentro da organização – uma dependência da manutenção e ação da organização partidária a determinados grupos sociais que, portanto, exercem forte influencia na organização.

exemplo, traços de tal perspectiva no intuito de compreender a organização partidária e o impacto de determinados aspectos socioeconômicos e institucionais nas esferas formais de representação.

⁴⁵ Por exemplo, no Segundo Reinado (MOTTA, 2008; FLEISCHER; 2007), as capacidades de competitivas partidárias, tanto para Luzias (Partido Liberal) como Saquaremas (Partido Conservador), estavam em uma situação de dependência ferrenha em relação às indicações Poder Moderador – os recursos para organização competitiva nas relações representativas estavam ligados ao acesso e utilização dos recursos estatais. Já na Primeira República, os então emergentes partidos republicanos estaduais (FLEISCHER; 2007) tiveram suas condicionantes organizacionais das relações representativas radicalmente modificados. Os eventos do abolicionismo e ampliação do sufrágio aos homens alfabetizados, juntamente a um processo de parlamentarização federalista e a manutenção de uma estrutura socioeconômica dependente das elites rurais, geraram o arranjo coronelista e a sustentação da política dos governadores (LEAL, 2012) – um sistema político com partidos centrados a nível estadual, de manifestações municipais/locais governistas, e dominado, hegemonicamente, pelo Partido Republicano Paulista e pelo Partido Republicano Mineiro na competição nacional. O desenvolvimento dos caminhos tomados pelo governo representativo no Brasil e suas implicações no conflito sociopolítico são focos de investigação do Capítulo 2.

Creio que entender o funcionamento do governo representativo como um sistema e por meio de uma perspectiva organizacional – em termos de condicionantes organizacionais e custos competitivos – nos aproxima empiricamente do problema levantado. Permite desenvolver uma perspectiva de análise que seja capaz de visualizar com mais clareza a *materialização* da projeção desigualdades sociais em políticas.

Para elaborar com mais propriedade essa perspectiva de análise apresentada na seção e dar uma forma histórica a questão apontada, sugiro pontuarmos de forma sucinta o desenvolvimento histórico do conflito representativo no Ocidente europeu e nos Estados Unidos por meio da progressão dos modelos partidários⁴⁶ de Duverger (1980 [1951]), Kirchheimer (2012[1966]) e Katz e Mair (1995). Com o intuito de salientarmos a investigação do lastro histórico da competição nos sistemas representativos pela perspectiva organizacional descrita, observaremos na história as trajetórias dos partidos políticos na organização dinâmica das margens equitativas e hegemônicas do conflito, as variações no tempo das condicionantes organizacionais e dos custos competitivos no sistema representativo e seus impactos na responsividade do regime.

Ponto de partida inicial na discussão, o trabalho de Duverger (1980 [1951]) em “Os Partidos Políticos” cobre, historicamente, as primeiras configurações organizacionais⁴⁷ adotadas pelos partidos políticos ocidentais entre a segunda metade do século XIX e início do século XX – os partidos de quadros e de massas.

A origem das primeiras formas de organização partidária remete ao período de declínio do absolutismo europeu e emergência dos governos representativos. Como já exposto, nesse momento a distinção eleitoral operava, em parte majoritária dos casos⁴⁸, de forma explícita por uma mescla de normas legais e sociais que garantiam um *status* de cidadão pleno restrito as elites socioeconômicas. Nesse contexto, de sufrágios restritos e progressão gradual das prerrogativas de governo nos parlamentos, surgem –

⁴⁶ Observar os modelos partidários permite entender, em linhas gerais, que tipo de configuração organizativa dos partidos políticos possuía vantagem competitiva no conflito representativo em determinado e datado contexto sociopolítico e a quem tal organização está sujeita e é responsiva. Isto é, nos ajuda a *materializar* historicamente o conflito nas relações representativas e dar forma a suas seletividades nas margens equitativas e hegemônicas da competição.

⁴⁷ Formas tomadas pelo partido na organização das dimensões de conflito intrapartidário – nas disputas pelo protagonismo na direção do partido – e interpartidário – nas estratégias eleitorais tomadas e nos embates parlamentares como governo/oposição.

⁴⁸ A particularidade do caso dos EUA chama a atenção ao já expor, desde o início sua constitucionalização, a ausência de restrições legais ou sociais explícitas na disputa eleitoral. Mas, como já abordado, este aspecto se refere mais a desigualdade interna entre as diversas elites norte-americanas do que a um suposto progressismo democrático (MANIN, 1997).

como principal configuração organizacional nos emergentes regimes representativos – os partidos de quadros (DUVERGER, 1980): entidades de origem interna aos parlamentos centrada na organização do conflito político formal, pela formação de maiorias parlamentares e pela legitimação eleitoral. Possuíam como *células-mártir* de suas organizações, nas palavras de Duverger, os comitês eleitorais: tendências de base ocupadas e controladas pelos principais quadros parlamentares dos partidos que geriam a máquina partidária em suas projeções no jogo eleitoral e parlamentar. Em linhas gerais eram fracamente articulados entre seus elementos de base, dotados de ligações predominantemente horizontais entre seus comitês relativamente autônomas e descentralizados entorno de suas tendências. Os partidos de quadros possuíam como membros proeminentes em sua gestão apenas aqueles que contribuísssem notavelmente com os recursos organização das eleições e da esfera de decisão⁴⁹.

A concentração, portanto, das prerrogativas de seleção de candidaturas nos dirigentes partidários e as prestações de recursos matérias e não matérias dos membros notáveis conferiam aos grupos parlamentares – majoritariamente ocupantes de ambas as posições estratégicas dentro dos partidos – destaque na gestão da máquina partidária. Apesar do jogo eleitoral na época fomentar a descentralidade nos grupos parlamentares em seus comitês locais, no jogo parlamentar a máquina partidária operava de forma a centralizar o domínio da organização entre as tendências que ocupam as faixas superiores da organização pelo emprego sanções/incentivos intrapartidários⁵⁰.

As condicionantes organizacionais que emergem com as gêneses dos governos representativos – com destaques ao sufrágio altamente limitado e à concentração progressiva de prerrogativas de governo nos parlamentos – geram custos de competição pelo poder político altíssimos. As possibilidades de superar tais custos e acessar e controlar a esfera formal de decisão estava ao alcance apenas das grandes elites devido, em grande medida, aos limites de inclusão política aplicada pelas mesclas de provisões legais e sociais e pelos altos requisitos socioeconômicos a participação partidária efetiva. As configurações partidárias que emergem de forma a superar esses custos

⁴⁹ “O partido de quadros atende a uma noção diferente. Trata-se de reunir pessoas ilustres, para preparar eleições, conduzi-las e manter o contato dos candidatos. Pessoas influentes, de início, cujo o nome, prestígio ou brilho servirão de caução ao candidato e lhe granjearão votos; a seguir pessoas ilustres como técnicos, que conhecem a arte de manejar os eleitores e organizar campanha; enfim, pessoas notáveis financeiramente, que contribuem com o fator essencial: o dinheiro. Aqui a qualidade importa mais que tudo; amplitude do prestígio, habilidade da técnica, importância da fortuna” (DUVERGER, 1980, p. 100).

⁵⁰ As figuras de autoridade intrapartidária do “boss” e “whip” ilustram bem essas sanções das dirigências internas impostas pelas organizações de notáveis (DUVERGER, 1980).

competitivos são os partidos de quadros – ocupados e controlados, majoritariamente, por grupos parlamentares que sustentam e utilizam a máquina partidária em suas próprias projeções eleitorais e ratificação do controle da esfera de decisão.

Entretanto, com a paulatina ampliação do sufrágio e a consolidação progressiva do *status* de cidadania conquistada pelos grupos sociais anteriormente excluídos, principalmente entre a virada dos séculos XIX e XX no contexto ocidental, a organização do conflito representativo ganha contornos mais complexos. Como Sartori (1982 [1976]) expõe, o ingresso das grandes massas como cidadãos no exercício do voto geram duas novas ponderações na legitimação eleitoral do sistema representativo: o aumento dos custos mecânicos – a maior quantidade de votos para se conseguir cadeiras – e dos custos ideológicos – demandas das massas recém ingressas por uma oferta no mercado eleitoral mais alinhada a suas perspectivas. Daí começa a se disseminar nos governos representativos, com destaque para Europa do início do século XX, uma nova configuração da organizacional de partidos políticos, mais competitiva que os partidos de quadros nos novos termos de disputa, os partidos de massas (DUVERGER, 1980). Entidades partidárias de origem externa ao parlamento organizadas e centradas nos elementos de base seções – órgãos partidários voltados ao enquadramento mecânico e ideológico das massas cidadãos nos contingentes partidários com o intuito de formar uma base popular sólida, delimitada, engajada e de grandes números para mobilizar o acesso e controle das esferas de decisões.

Comparativamente mais articulado, verticalizado e centralizado em sua estrutura interna de decisões em relação às organizações de quadros, segundo Duverger (1980), os partidos de massas apresentavam em geral tendências consideradas mais democráticas em suas dinâmicas internas⁵¹. Entre outros pontos, chamava a atenção os intensos processos de socialização participativa das massas filiadas nas atividades partidárias concentradas nas seções, tanto em seus processos de capacitações políticas como nas construções dos quadros carreiristas e programas partidários. Por outro lado, o ponto chave para o êxito dessas novas configurações partidárias que possibilitava a superação dos novos custos da competição representativa estava na inovação de um novo patamar da máquina burocrática partidária. Burocracia capaz de instrumentalizar a

⁵¹ Michels (1982) questiona tal aspecto democrático na estrutura de decisão dos partidos de massas em sua investigação do processo de crescimento e institucionalização do PSD alemão. Ao observar um processo de oligarquização das dirigências partidárias operado pela especialização do trabalho político – o protagonismo tomado pelas lideranças na organização pela manipulação da máquina burocrática partidária –, os pensamentos do teórico italiano acabam por se contrapor a exposição de Duverger.

canalização das massas nas fileiras partidárias em vantagens competitivas eleitorais – pela formação de um território eleitoral de caça próprio e pela instituição do financiamento coletivo –, superando os custos mecânicos e ideológicos para o acesso e controle da esfera de decisão. Como Weber (1985) destaca em “Parlamento e Governo na Alemanha reordenada” e Duverger (1980) salienta, é a máquina burocrática partidária das organizações de massas no início do século XX que possibilitou o êxito eleitoral e parlamentar dos partidos socialistas/socialdemocratas: seus extensos canais de filiação associados aos órgãos partidários fortemente articulados possibilitaram a mobilização e canalização dos sufrágios em seus programas e candidaturas, uma estratégia de organização altamente competitiva nos embates eleitorais da época.

A variação das condicionantes organizacionais – a ampliação do sufrágio e a progressão do *status* de cidadania as massas – alteram os custos competitivos nas relações representativas – pelo aumento do número de votos para acessar a esfera de decisão e pela necessidade de novas ofertas ideológicas no mercado eleitoral. Em consequência dessas novas ponderações no sistema representativo, novas configurações partidárias, os partidos de massas, surgiram de forma a reorganizar a intermediação do conflito social e político formal redefinindo as margens competitivas e hegemônicas da competição representativa. Se, no momento anterior, com condicionantes organizacionais demasiadamente restritivas e altíssimos custos eleitorais nas relações representativas temos o protagonismo dos partidos de quadros, promovendo o acesso e controle da esfera de decisão quase que exclusivamente pelas grandes elites/notáveis, a transição das configurações partidárias competitivas para os partidos de massas também revela alterações na responsividade do poder político representativo a novos setores. As fronteiras das margens competitivas e hegemônicas na competição representativa passam a ter novas demarcações incluindo e ponderando novos grupos sociais, com destaque aos trabalhadores da cidade e do campo⁵². O interessante processo de contágio pela esquerda⁵³ ocorrido nas organizações de notáveis descrito por Duverger (1980)

⁵² A emergência e protagonismo político do Partido Comunista Italiano, do Partido Social Democrata alemão e da Secção Francesa da Internacional Operária no início do século XX ilustram o ponto.

⁵³ Com a ampliação do sufrágio e o processo de parlamentarização (concentração de prerrogativas de governo nos entes representativos) durante o final do séc. XIX e início do séc. XX, as organizações de partido de massa ganham protagonismo nos parlamentos do oeste europeu devido suas estruturas organizativas serem altamente compatíveis com as alterações na estrutura sociopolítica da época. A ampla estrutura de filiação, a socialização participativa das massas integradas nas seções partidárias e a inovação do financiamento coletivo colocam as organizações de massas em vantagem competitiva. Essas alterações nas condicionantes organizacionais nas relações representativas aumentam os custos da competição eleitoral para os partidos de quadros, que se veem obrigados a alterar sua estrutura organizacional para sobreviverem – por meio, entre outros fatores, da instituição de convenções e encontros partidários, do

também corrobora/sustenta esses fortes laços entre a variação das condicionantes organizacionais, alteração dos custos competitivos, novas configurações organizacionais dos partidos e redefinição das margens hegemônicas e equitativas no conflito representativo.

A fase seguinte de transição das configurações partidárias, trabalhada por Kirchheimer (2012[1966]) em “As transformações dos sistemas partidários da Europa Ocidental”, aponta para um ordenamento da relação sociedade, partido e Estado mais similar aos sistemas representativos contemporâneos do ocidente europeu e norte-americano. A variação de condicionantes organizacionais ligadas à ampliação dos papéis desempenhados pelo Estado nas relações representativas e ao enfraquecimento das bases sociais dos partidos implicaria em um aumento dos custos da competição eleitoral pelo maior nivelamento das máquinas burocráticas e das estratégias partidárias para canalizar os sufrágios das massas. Surgem, deste singular contexto na virada da segunda metade do século XX, as configurações de partido *catch-all* (KIRCHHEIMER, 2012) – focadas na especialização do embate eleitoral, na maximização do número de votos. Redefinindo as fronteiras da dualidade competitiva: insulando a margem equitativa do conflito representativo e aumentando/diversificando a margem hegemônica.

Com a difusão e consolidação dos direitos sociais no status de cidadão e desenvolvimento do modelo de Estado de bem-estar social⁵⁴ nos regimes democráticos do Atlântico Norte, dois movimentos importantes pesaram sobre o sistema representativo: o processo, nas palavras de Kirchheimer (2012), denominado de *desideologização*⁵⁵ e a homogeneização-nacionalização das ofertas do mercado eleitoral. A *desideologização* foi o evento que impactou no enfraquecimento das nítidas identidades partidárias – típicas das organizações de massas do início do século – e,

aumento do número de filiados e, também, da reestruturação para o financiamento coletivo (DUVERGER, 1980). A este processo, o teórico francês denomina de “contágio pela esquerda”: a manutenção das capacidades competitivas de um partido pela mutação organizacional em vistas a adaptação às variações das condicionantes organizacionais e a superação dos custos competitivos nas relações representativas. No contexto descrito, por se tratar de uma reestruturação de partidos liberais e conservadores pela “contaminação” de estruturas organizacionais típicas de partidos socialistas/sociais democratas, o processo é denominado como “contágio de esquerda”.

⁵⁴ A ampliação dos papéis desempenhados pelo Estado na geração de bem-estar da sociedade. Os regimes em questão passam a serem responsáveis por condições mínimas em determinadas esferas da vida social de seus cidadãos – ligados, por exemplo, a economia, trabalho, segurança e saúde.

⁵⁵ “A desideologização no campo político envolve a transferência da ideologia da filiação numa estrutura de metas políticas claramente visíveis para uma das muitas, suficientes mas nem de perto necessárias, forças motivacionais que operam na escolha dos eleitores.” (KIRCHHEIMER, 2012, p.366).

consequentemente, nas forças eleitorais das bases *gardée*⁵⁶ dos partidos – abordagem chave nas vantagens competitivas dos partidos socialistas. Dessa forma, o processo acabou por estimular mudanças nas estratégias partidárias de captura dos sufrágios, no sentido de reposicionar suas ofertas no mercado eleitoral para ampliar seus potenciais eleitorados. Acompanhando a difusão e popularização do Estado de bem-estar social, os partidos políticos passaram a aproximar suas ofertas eleitorais dos possíveis bens produzidos por esse modelo de Estado, homogeneizando e nacionalizando, em certo grau, seus programas às potenciais políticas de bem-estar social.

A configuração partidária que surge para organizar este novo cenário com diferentes custos competitivos no jogo representativo são os partidos *catch-all*⁵⁷ – entidades especializadas na competição eleitoral pela na maximização dos votos. Essa mudança na configuração organizativa dos partidos europeus envolveu, principalmente, três passos: a verticalização e centralização das prerrogativas de controle da máquina partidária nas lideranças partidárias; o rebaixamento das classes *gardée* na estrutura de decisão interna dos partidos a uma relíquia histórica sobre a qual repousa a imagem do partido; e, finalmente, a flexibilização das metas ideológicas dos partidos a posicionamentos mais generalistas⁵⁸ no mercado eleitoral na busca pela maximização dos votos.

A difusão da configuração organizativa *catch-all* pela Europa nivela em termos das máquinas burocráticas partidárias e da estratégia eleitoral os grandes partidos políticos. Nessa forma parelha, como tais organizações se projetavam em vantagem competitiva frente às outras? Se, no momento anterior, a capacidade de impor uma vantagem competitiva nas eleições estava ligada a eficácia da máquina partidária em canalizar mecanicamente e ideologicamente um nicho eleitoral específico, com a virada da segunda metade do século XX e a variação das condicionantes organizacionais – de *desideologização* e de flexibilização das ofertas eleitorais – os custos eleitorais no

⁵⁶ Tradicionais bases eleitorais sobre as quais os partidos foram construídos.

⁵⁷ “A conversão par o tipo de partido *catch-all* é um fenômeno associado à competição. Um partido está sempre apto a se acomodar aos estilos bem-sucedidos de seus competidores, por esperar os mesmos benefícios ou ter medo de perdas no dia da eleição” (KIRCHHEIMER, 2012, p. 368) “Sob as condições presentes de proliferação das orientações seculares e de consumo de massas, com os mutantes e menos intrusivos alinhamentos de classe, os antigos partidos de massa classistas e os partidos de massa confessionais estão sob a pressão para se transformar em partidos populares *catch-all*” (KIRCHHEIMER, 2012, 370).

⁵⁸ “Metas societárias nacionais que transcendem os interesses de grupos são mais vantajosas a um partido que intencione estabelecer ou alargar seu discurso anteriormente limitado a nichos específicos da população”. (KIRCHHEIMER, 2012, p. 365).

embate representativo passaram a exigir novas demandas organizacionais. A resposta, segundo Kirchheimer (2012), estava relacionada mais a capacidade quantitativa de arrecadar as demandas organizacionais à disputa eleitoral do que cercar específicos nichos eleitorais. Um partido com condições reais de competição seria aquele que se associasse ao conjunto de grupos de interesse de forma a obter prestações de recursos organizacionais materiais e não materiais, diferenciados e em grandes quantidades, capazes de projetar as candidaturas e programas partidários em vantagem aos demais concorrentes⁵⁹. Seguindo Kirchheimer (2012), em um contexto de partidos políticos em forte processo de *desideologização* e ofertas eleitorais genéricas, vantagens competitivas nas eleições estão ligadas mais a capacidade relativa de se aproximar aos holofotes eleitorais do que propriamente ao conteúdo dos programas e candidaturas. Capacidade essa ligada a eficiência da instrumentalização da máquina partidária para fins eleitorais. Passa a haver nessas organizações partidárias um processo de profissionalização do aparato burocrático do partido. Como aponta Panebianco (2005[1982]), a burocracia de integração de massas do início do século XX é suprimida por uma burocracia de profissionais-eleitorais focada na maximização dos votos.

Esse cenário na competição representativa rearranja as margens equitativa e hegemônica do conflito. A sujeição da capacidade competitiva eleitoral ao acúmulo de recursos provenientes de grupos de interesse e dá implantação de uma burocracia profissional-eleitoral dá força a manifestações das desigualdades sociais dentro dos partidos. Aumenta a possibilidade de a organização partidária estar sujeita a tendências organizacionais elitizadas que sanem suas demandas organizacionais eleitorais e ocupem posições de poder no partido – por exemplo, grandes financiadores e detentores de veículos de comunicação de massa. A dependência da organização em sanar grandes custos eleitorais dá peso ímpar aos grupos sociais privilegiados/abastados na direção da máquina partidária, insulando a margem equitativa da competição nesses grandes prestadores das demandas organizacionais. Já, neste mesmo cenário, as bases sociais dos partidos, reduzidas a imagem de gênese sobre a qual se flexibilizará a oferta eleitoral, aproximam-se aos eleitores na margem de pressão residual sobre o conflito representativo, na margem hegemônica pelos grandes grupos de interesse e elites partidárias.

⁵⁹ “A televisão, ao lado dos grupos de interesse, torna-se uma correia de transmissão mais importante entre partidos e eleitores (mesmo que, por definição, precária) do que as organizações colaterais tradicionais, os funcionários e os filiados. Uma consequência é que esse processo tende a redesenhar (...) os mapas de poder organizativo de vários partidos.” (PANEBIANCO, pp. 518-519).

No quadro mais recente, Katz e Mair (1995) apontam em “Changing models of party organization and party democracy: the emergence of cartel party”, para mais um novo movimento no sistema representativo a partir da década de 1970 na Europa: a gradual autonomização organizativa dos partidos políticos pelo acesso aos recursos provenientes do Estado. Uma paulatina substituição da dependência partidária dos recursos advindos de grupos sociais em detrimento ao usufruto das regulações estatais para a organização competitiva do conflito representativo. Um novo distanciamento e estreitamento da margem equitativa do conflito em contraposição à hegemônica. Mais especificamente, um movimento de autonomização e blindagem das organizações partidárias realmente competitivas frente às forças excluídas/opositoras hegemônicas. Nas palavras dos autores, um processo de *cartelização* da competição representativa pelo acesso e controle da esfera de decisão entre as grandes organizações partidárias que compõem o governo.

O trabalho de Katz e Mair (1995) observa a radicalização que se seguiu ao contexto sociopolítico de *desideologização* apontado por Kirchheimer (2012[1966]). Na década de 70, os processos de canalização e participação política partidária da população tomam contornos cada vez menos acentuados. Os autores realçam o deslocamento da participação política da sociedade nas intermediações partidárias para novas modalidades e arenas de interesses. A associação entre o avanço do quociente eleitores/filiados, o crescimento participações políticas em entidades exteriores as tradicionais instituições do sistema representativo (em movimentos sociais, organizações não governamentais e demais associações civis, por exemplo) e o foco demasiado do interesse político localista/paroquialista frente ao nacional seriam indícios do cenário de desmobilização gradativa e insulamento da competição política formal contemporânea.

Deste modo, as capacidades competitivas dos partidos – associadas, até então, a canalização de prestações de recursos organizacionais oriundos de diversos e poderosos grupos de interesse – sofrem forte impacto com a radicalização das condicionantes de desmobilização participativa. A arrecadação das demandas organizacionais a competição representativa provenientes da arena social tiveram seus fluxos altamente reduzidos, provocando os partidos a adotar novas estratégias para a captação dos recursos. É nesse contexto que a configuração organizacional dos partidos – mais propriamente do sistema representativo – é alterada para o modelo cartel (KATZ e MAIR, 1995).

O caminho encontrado pelas organizações partidárias do final do século XX foi voltar-se ao Estado para prover suas demandas por recursos à competição representativa. Utilizando-se de suas prerrogativas na organização do conflito parlamentar, como governantes e legisladores, as entidades partidárias passaram a promover uma série de iniciativas que garantissem um fluxo de bens robusto e perene para suas organizações⁶⁰ por meio de regulações legais impostas⁶¹.

Entretanto, essa reserva estatal de recursos não se institucionalizou de forma a beneficiar igualmente todas as organizações partidárias. Ao contrário, o fluxo de benefícios estava ligado ao peso do partido na arena formal, em termos de sucesso eleitoral e performances bem sucedidas no parlamento (KATZ e MAIR, 1995). Nesta perspectiva, considerando a seletividade dos fluxos de benefícios estatais, essa modalidade organizativa dos partidos operaria como um cartel – reservando aos partidos que compõe o governo os benefícios das regulamentações. Isto é, essa nova configuração do sistema partidário no formato cartel, além de promover a autonomização da organização partidária frente aos grupos sociais, também se manifesta como um fenômeno governista – voltado a privilegiar partidos que compõem a esfera formal de decisão em sua linha hegemônica pelo favorecimento das regulações estatais, garantindo-lhes vantagem competitiva em relação aos partidos que não dispõem das mesmas posições de poder.

O agravamento da desmobilização político partidária, e suas implicações na sobrevivência organizativa dos partidos, agiram de forma a condicionar os partidos políticos a adotarem novas configurações organizacionais. O aumento dos custos a competição representativa, pela diminuição das prestações de recursos oriundos de grupos da sociedade, promove a adoção da configuração cartel por parte dos partidos políticos – a utilização do poder do Estado para regular fluxos de bens necessários e suficientes as organizações competitivas no conflito representativo. Tal caracterização possui duas implicações diretas: a primeira referente à autonomização organizativa dos partidos – que passam a poder prescindir de parte do fluxo de bens sociais e, em

⁶⁰ Por exemplo, a instituição do financiamento público, partidário e eleitoral, se impõe em relação às contribuições de filiados e grupos de interesse; a reserva de espaço aos partidos nos grandes veículos de comunicação se destaca frente às imprensas livre e intrapartidária; e as diretrizes legais que passam a regular organização estrutural dos partidos (as “Leis dos Partidos Políticos”) ganham prevalência ao conflito intrapartidário entre tendências na articulação entre órgãos de base.

⁶¹ “The growth in state subvention over the past two decades, and the promise of further growth in the coming years, has come to represent one the of the most significant changes to the environment within which parties act.” (KATZ e MAIR, 1995, p.15)

consequência, de grande parcela da sociedade, com exceção dos grandes prestadores⁶², no domínio do partido – e a segunda relativa à blindagem das elites que tradicionalmente ocupam a esfera de decisão formal pela seletividade governista dos benefícios da cartelização – conferência de vantagens competitivas, eleitorais e organizacionais, as forças que compõe tradicionalmente os governos em contraposição a marginalização das forças externas.

As consequências no conflito representativo são evidentes: a dimensão hegemônica da competição – compostas, em linhas gerais, por eleitores, bases sociais dos partidos, grupos de interesse médios e forças opositoras – torna-se gradativamente mais assimétrica por seus potenciais reduzidos nas interferências/construções das capacidades competitivas das grandes organizações partidárias; e a dimensão equitativa, cada vez mais insulada e blindada da outra margem competitiva, caminha de forma a alinhar seus embates entorno de seus protagonistas as elites partidárias – dirigências e parlamentares – e os grandes grupos de interesse – prestadores de recursos organizacionais vitais as organizações.

Investigar o conflito representativo pela perspectiva organizativa, como na sucinta análise dos tradicionais modelos de partido da literatura demonstra, ajuda a enfrentar o problema da projeção de desigualdades sociais em políticas de forma historicamente tangível. Auxilia a materializar, em termos das intermediações partidárias, o lastro e as variações das condicionantes organizacionais e dos custos competitivos nos sucessivos embates representativos.

Isto é, ao mesmo tempo em que a perspectiva organizacional contextualiza os conflitos políticos nos governos representativos em sociedades desiguais, também permite enxergar seus dinamismos histórico. Dá forma datada das regras/instituições e estruturas sociopolíticas que condicionam o jogo representativo e permite observar suas variações no decorrer na história. Estima os custos materiais e não matérias para tornar uma organização competitiva em certo momento, mas possibilita entender as oscilações futuras dos mesmos. Apresenta os atributos de uma organização partidária para se tornar competitiva em certo período, junto às inovações organizacionais que conferem

⁶² Os recursos provenientes da cartelização dos partidos confere autonomia mais ao nível organizacional intrapartidário. Ou seja, a nível eleitoral, por exemplo, os partidos, para manterem-se competitivos, demandam prestações de um grande montante de recursos concentrados em determinados setores da sociedade, os grandes prestadores (grandes veículos de comunicação de massa e financiamento de abastados grupos de interesse, por exemplo). O partido de configuração cartel chega até a altos níveis de autonomia organizacional, sobrevive como organização, mas, dificilmente, torna-se competitivo eleitoralmente sem as demandas de recursos concentradas nos grandes prestadores.

vantagens competitivas nas relações representativas. E, por último, expõe os impactos dos formatos do governo representativo nas margens equitativas e hegemônicas do conflito, os setores sociais privilegiados e desprivilegiados nas disputas pelo poder político nos datados ordenamentos representativos – a quem cada configuração do sistema representativo é de fato acessível, controlável e responsiva.

e - Considerações Preliminares

Os esforços até aqui empregados, nas reflexões das condições competitivas viabilizadas pelas relações representativas e dos papéis desempenhados pelos partidos políticos na operação dessa dinâmica, visaram abordar algumas das extensões e limites do conflito político nos governos representativos em sociedades desiguais.

A eleição foi o método empregado nas relações representativas para legitimar a autoridade política dos representantes frente aos representados. Possui como característica elementar o alinhamento entre a mecânica altamente inclusiva do voto e o efeito aristocrático da distinção social (MANIN, 1997). Ou seja, como método aplicado na formação de governos fomenta a operação velada da desigualdade política a partir das capacidades assimétricas competitivas geradas entre os diversos grupos em situação de desigualdade social, tanto nas possibilidades de participação como no acesso e controle da esfera de decisão política formal. Por de trás do igual direito de consentir legitimidade ao regime representativo, se disseminou a mecânica da reprodução dos quadros aristocráticos e a inviabilização das barreiras seletivas no desigual conflito político. A participação e a sanção eleitoral, mecanismos que possibilitariam o controle e o alinhamento entre representantes e representados, são altamente limitados frente a outras fontes de pressão e qualificação política próprias de grupos privilegiados.

O mecanismo de legitimação eleitoral junto à responsividade assimétrica nas relações representativas compõe o panorama institucional do conflito político contemporâneo: a desigualdade política. As possibilidades entre os grupos sociais de acessar e controlar as esfera de decisão são desniveladas pelos diferentes/desiguais recursos de exposição e sanção eleitoral distribuídos na sociedade, conferindo capacidades de projeção e pressão política diferentes entre os setores sociais. Esses efeitos aristocráticos do método eleitoral e da *accountability* relativa são velados pelo exercício inclusivo e legitimado do sufrágio, de forma a expor interações políticas

democraticamente procedimentais e sublimar as condições desiguais de competição dos grupos sociais pelo poder político.

Entretanto essa configuração formalmente inclusiva e competitivamente desigual do conflito contemporâneo está para além de suas instituições. O cenário de desigualdade política é proveniente de uma construção conjunta entre o panorama institucional apontado e as estruturas de desigualdades sociais. A alocação de capitais sociais necessários para atuação política – qualificação pela participação e acesso aos mecanismos de controle do sistema representativo – são desigualmente distribuídos entre grupos sociais. As desigualdades sociais – gênero, classe, renda, educação, sexualidade, etnia, por exemplo. – inviabilizam movimentos de socialização participativa igualmente difundidos entre os diversos setores da sociedade. As possibilidades dos grupos sociais de se capacitarem competitivamente para o conflito político acabam por se desnivelar por suas desiguais heranças sociais, fomentando processos de capacitação competitivos diferenciados entre diversos setores em suas potenciais ações nas esferas de decisões institucionais. Nessa linha, as assimetrias sociais e o desenho institucional estruturam conjuntamente obstáculos ao aprofundamento democrático nos regimes concorrenciais contemporâneos.

O padrão de conflito viabilizado pelo governo representativo seria, portanto, uma dualidade competitiva equitativa e hegemônica – em última medida, a institucionalização da desigualdade política. De um lado, grupos sociais privilegiados que ocupariam a margem equitativa da competição: dotados de recursos e processos de socialização participativa compensatórios que, traduzidos na competição política, seriam projetados na competição política de modo equitativo. Do outro, setores sociais desprivilegiados, ocupando a margem hegemônica do conflito: possuem recursos e processos de socialização política que possibilitam influencia tangencial na esfera de decisão e capacitação política deficitária de forma a ocuparem posições secundárias no jogo político.

Diminuindo o nível de abstração, o questionamento que se levanta a partir do padrão dual competitivo dos governos representativos em sociedades desiguais é: como, de fato, as dinâmicas de projeções de assimetrias sociais em políticas são produzidas e reproduzidas no cotidiano das relações representativas?

Os reforços mútuos das dinâmicas desiguais de interações entre o campo social e político possuem como elemento chave as mediações representativas – elementos que detêm os principais meios e os recursos de comunicação e pressão legítimos entre

as arenas sociais e políticas formais. São por meio destas instituições que ocorrem as traduções das desigualdades sociais em desigualdades políticas concorrenciais nos governos representativos. Os partidos políticos ao deterem o monopólio das candidaturas e papel central na construção de projetos representativos, organizam a dinâmica de intermediação entre sociedade e o Estado. As leituras de conversão desses desnivelamentos sociais para a competição política assimétrica são submetidas à forma com a qual os partidos organizam o conflito representativo. Como destaca Bourdieu (2011), apesar dos pesos específicos dos capitais adquiridos no campo social terem impacto na arena política, são os capitais políticos delegados, detidos e controlados pelos partidos, as principais ponderações na alocação do poder simbólico nas relações representativas. É por meio desse reconhecimento delegado que se adquire autoridade legítima na orquestração da máquina partidária – na manipulação de seus recursos materiais e ideológicos para formar quadros e programas partidários, pontos-chaves na competição pelo acesso e controle das relações representativas.

Ao exercer função central na intermediação entre representantes e representados, os partidos assumem função de protagonistas nas formas de operacionalização do governo representativo. Nessa perspectiva, entender como a dinâmica social é traduzida e projetada para o campo político nas relações representativas passa pela compreensão do funcionamento das organizações-partidos políticos.

O trabalho do Panebianco (2005) esmiúça o emaranhado espinhoso das organizações partidárias a partir da sua lógica interna. Os embates pela ocupação e domínio das zonas de incerteza, ponderando os fatores dos ambientes sociais e políticos, compõem a dinâmica que cerca a formação das coalizões dominantes. Por meio da distribuição de incentivos seletivos e coletivos, fluxo de bens orientados das zonas de incerteza, a legitimidade das ações partidárias é estabelecida. A padronização por esse fluxo de incentivos gera as redes estáveis de autoridade interna consolidando o domínio da organização e da máquina partidária por parte da coalizão.

Os conflitos pela centralidade da organização partidária, por sua vez, não são insulados, tanto as dinâmicas das arenas sociais quanto políticas formais permeiam os seus meandros. E é nas relações de interdependência do conflito partidário – nas prestações vitais de suas zonas de incerteza – e do conflito social – marcado por assimetrias de recursos materiais e não materiais – que as desigualdades sociais encontram espaço de projeção no campo político. Os partidos políticos, na organização do conflito representativo, sujeitam-se às dinâmicas assimetricamente competitivas do

meio social para alcançar posições de poder nas esferas formais de decisão. Por meio da perspectiva do conflito intrapartidário, é possível entender com mais clareza que o panorama da dualidade equitativa e hegemônica nos governos representativos, mecanizado pelo método democraticamente inclusivo da distinção eleitoral, encontra possibilidade de impulso nos partidos políticos, intermediadores sensíveis à projeção de desigualdades sociais em políticas.

A perspectiva de análise organizacional do conflito político em governos representativos, nessa medida, apresenta-se com um forte potencial para enfrentar o problema da conversão de desigualdades sociais em políticas – possibilita dar uma forma mais tangível ao tema, um enquadramento histórico a questão. Permite contextualizar o conflito nos sistemas representativos em termos de seus componentes – atores, instituições/regras e estruturas sociais – e de sua dinâmica de funcionamento – pelas observações da variação das condicionantes organizacionais do conflito; da alteração dos custos competitivos nas disputas eleitorais, partidárias e/ou parlamentares; da modificação das configurações de organização partidária nos ajustes aos novos formatos das competições; e das oscilações das margens equitativas e hegemônicas nas relações representativas entre os grupos sociais em conflito.

Desde clássicos autores como Ostrogorski (1982) e Duverger (1980) no início da era dos partidos, passando por Michels (1982), Weber (2004), Kirchheimer (2012) e Panebianco (2005), até os contemporâneos Katz e Mair (1995), a perspectiva organizacional foi utilizada para investigar as formas que tomavam a competição representativa nas disputas pelo poder político – como se dava e dá o conflito pelo acesso e controle das esferas de decisões formais e a quem essas eram e são responsáveis. O olhar por dentro dos partidos possui potencial ímpar para trabalhar o desenvolvimento do conflito em governos representativos em suas diversas facetas, como a literatura apresenta.

Tendo como base o referencial teórico debatido, a segunda parte do texto vai buscar enxergar o desenvolvimento do governo representativo no contexto brasileiro por meio da perspectiva organizacional. Como se deu a evolução histórica do conflito político no sistema representativo brasileiro? Em quais formas os partidos políticos intermediaram a competição política em nossa história? E a quem/quais grupos sociais essas relações representativas foram sensíveis?

Parte II – Governo representativo no Brasil e o conflito contemporâneo

a) Tentando entender o caso brasileiro: trajetórias intermitentes, lastros organizacionais e o conflito representativo contemporâneo.

Instituído, interrompido e refundado em diversas fases até a sua manifestação mais recente na Constituição de 1988, o governo representativo no Brasil vai tomando seus contornos conjuntamente as etapas de formação e ruptura de seus sistemas partidários. Como Duverger (1980) aponta, a emergência e consolidação dos regimes representativos desde o final do século XVIII até as formas mais atuais esteve e está fortemente associada a emergência e consolidação dos seus respectivos sistemas partidários. Com a derrocada das monarquias absolutistas, o aumento das faculdades parlamentares e a ampliação do sufrágio, há uma concentração contínua de prerrogativas de organização da ordem social e política nos partidos políticos⁶³.

Apesar de suas particularidades, o caso brasileiro segue a linha trabalhada por Duverger, apresentando, em seu desenvolvimento histórico, a ampliação das prerrogativas parlamentares – com a implementação da república federalista a partir de 1889 – anterior à inclusão lenta e gradual pelo sufrágio – passando pelo voto censitário da Constituição Outorgada de 1824 até o sufrágio dos analfabetos pela Carta Magna de 1988. Com a consolidação dos governos representativos, assim como nos regimes europeus e no norte-americano, os partidos políticos brasileiros passam gradualmente a protagonizar a organização das relações de conflitos sociais e políticos.

⁶³ Há uma grande variação, segundo Scarrow (2006), sobre a ordem dos eventos da ampliação das prerrogativas legislativas e da ampliação do sufrágio nos diversos países da Europa durante o século XIX. A autora aponta três padrões: a) a ampliação das prerrogativas parlamentares seguidas da ampliação do sufrágio; b) a ampliação do sufrágio seguida da ampliação das prerrogativas parlamentares; e c) os dois eventos ocorrendo simultaneamente. A variação da ordem desses processos, aponta Scarrow, teriam forte repercussão na forma institucional como o partido canaliza sua base, intermedia o processo de tomada de decisão e define seus objetivos.

Por outro lado, as trajetórias das organizações partidárias nos sistemas representativos brasileiros caminharam em direções diferentes aos países do atlântico-norte. A concentração de prerrogativas de ordenamento social e político dos conflitos representativos nos partidos ganharam vários tons e complexidades organizativas no decorrer de seu desenvolvimento. Os principais fatores que contribuiriam para essa peculiaridade do caso brasileiro seriam dois: as diversas trajetórias intermitentes dos sistemas representativos na progressão do conflito e os lastros organizacionais advindos de tais segmentações. O governo representativo no Brasil possui raízes no período colonial e desde então passou por uma série de rupturas/reordenamentos institucionais em suas formas de dividir e organizar pelo poder político. Essas sucessivas fases de construções e reconstruções foram acompanhadas diferentes configurações organizacionais e sistemas partidários e, portanto, por singulares formas de projeções do conflito social para o político.

As mudanças nas estruturas sociais, econômicas e políticas da sociedade são acompanhadas de mudanças nas condicionantes organizacionais e nos custos competitivos ao ordenamento das relações representativas exercida pelos partidos políticos. Essas mutações dos custos competitivos exigem novas demandas organizacionais ao exercício partidário (diferentes recursos materiais e não materiais) e, conseqüentemente, novas demandas dos grupos sociais prestadores – alterando as bases competitivas internas aos partidos (PANEBIANCO,2005), abrindo/ampliando a organização a novas tendências, conciliando as forças em conflito, reequilibrando os dominadores das máquinas partidárias e até, em casos de mutações contundentes, reestruturando os partidos/sistemas partidários e a quem são responsivos.

As alterações nos componentes institucionais e das estruturas sociopolíticas do sistema representativo tencionam as estruturas dos partidos a canalizar novas demandas e a processar novas dinâmicas (KIRCHHEIMER, 2012). As trajetórias de ascensão ou declínio partidários, diante da variação das condicionantes organizacionais, ilustram os resultados desses embates políticos nos governos representativos. Entretanto as mudanças de trajetória dos partidos – crescimento, hegemonia, declínios, dissidências, refundações e até colapsos – não evidenciam necessariamente mudanças das tradicionais elites política, podem demonstrar apenas a adaptabilidade do sistema representativo em reorganizar novas condições sociais e institucionais de disputa (MAIR, 1997).

O domínio, a adaptação ou a eclosão de uma força partidária está ligado a resiliência de sua estrutura organizativa – ajustamentos às variações das condicionantes organizacionais – e a manutenção de sua capacidade competitiva no jogo representativo – superação às alterações dos custos competitivos nas relações representativas. Em última instância a abordagem das organizações partidárias conta a história do conflito político: como as instituições do regime representativo se desenvolveram e a quem projetaram/projetam para as esferas formais de decisão.

O estudo dos governos representativos e dos partidos políticos brasileiros não é diferente. A segmentada história do conflito representativo no Brasil apresenta fases altamente contextualizadas, com respectivas e particulares formas partidárias de organização. Cada período expõe uma série de diferentes condicionantes sociais, eleitorais e parlamentares à organização partidária do conflito representativo, alterando os custos a competição pelo poder político, exigindo adaptações partidárias de suas configurações organizacionais e, por fim, reordenando as margens competitivas e hegemônicas do conflito. Apesar de breves, cada fase do conflito representativo no país marca profundamente as suas sucessoras. O peso de cada trajetória atua como um lastro/herança organizacional nos seguintes reordenamentos da luta pelo protagonismo no governo representativo.

Estudar as variações das trajetórias partidárias no desenvolvimento do sistema representativo nos ajuda a entender as formas de organização tomadas pelos partidos políticos para suas sobrevivências, manutenções e ampliações de suas capacidades competitivas em cada período. E como já mencionamos, o exame dos partidos políticos no sistema representativo brasileiro não é diferente. A investigação das variações das condicionantes organizacionais e dos diferentes custos competitivos no nosso regime representativo está intimamente associada às buscas em entender sobre quais bases, institucionais e socioeconômicas, o conflito social é traduzido para o conflito político pelo nosso sistema partidário. A abordagem organizativa, no contexto brasileiro, tem potencial para nos levar a compreensão dos mecanismos com os quais determinados grupos sociais dominam e mobilizam as máquinas partidárias para acessar e compor as esferas de decisão em detrimento da hegemonização dos demais setores sociais. Explorar as condicionantes organizacionais partidárias no Brasil é tentar decifrar as trajetórias dos formatos apresentados pelos partidos na competição representativa e os

catalizadores dessas alterações – como os conflitos políticos, na forma de relações representativas, foram/são organizados e a quem foram/são responsáveis.

Nessa linha, baseado nos conceitos desenvolvidos e nas investigações da literatura de partidos e governo representativo nacional, a Parte II do trabalho divide-se em dois capítulos: o Capítulo 3 que trata sobre as fases dos sistemas representativos no Brasil e a herança organizacional no conflito contemporâneo e o Capítulo 4 que ensaiou uma investigação da organização do conflito político mais contemporâneo a partir das trajetórias do Partido da Frente Liberal/Democratas e do Partido dos Trabalhadores.

Capítulo 3 – As fases do sistema representativo e as trajetórias partidárias na organização do conflito no Brasil

Ponto de partida central para pensar o lastro organizacional do conflito contemporâneo, a construção histórica do governo representativo brasileiro delimita as margens sobre as quais vão se pautar o desenvolvimento de suas organizações partidárias. As trajetórias históricas das variações das condicionantes organizacionais – seus desenhos institucionais, juntamente às suas dinâmicas de competições eleitorais/parlamentares e conflitos intrapartidários – deram os sucessivos tons dos custos competitivos enfrentados pelos partidos brasileiros e, assim, as formas tomadas pelas relações representativas – os recursos e formatos que uma organização partidária tinha que tomar para competir pelo acesso e domínio político nas esferas de decisões.

Neste capítulo buscamos identificar e traçar, em linhas gerais, as fronteiras históricas dos caminhos percorridos pelos partidos na organização das relações representativas brasileiras. As trajetórias das condicionantes organizacionais até o governo representativo vigente, o lastro do conflito político que marca as condições de sobrevivência e domínio das organizações partidárias até a emergência do nosso sistema partidário.

a) Partidos e o Império: a dependência organizacional do Estado.

A instituição da ordem representativa no Brasil teve seu primeiro e frágil fôlego com as Câmeras Coloniais (LEAL, 2012), que, em grande medida, refletiam as forças privadas do municipalismo brasileiro⁶⁴. A ausência da capilarização da autoridade real somada à situação de profunda dependência socioeconômica das massas rurais garantia a autonomia política extralegal⁶⁵ nas Câmeras Coloniais e o controle político por parte das elites rurais do país. Com um sistema eleitoral indireto, dotado de alta qualificação para eleitores e candidatos⁶⁶ e um precário aparelhamento estatal, o arranjo institucional do período colonial brasileiro até o final do séc. XVII reforçava o domínio dos chefes locais. A primeira fase da representação brasileira foi marcada pela concentração do ordenamento político no nível municipal e pelo intenso protagonismo extralegal das elites rurais na gestão da coisa pública.

Com a decadência do comércio luso nas índias e o início da atividade mineira no interior da colônia durante a virada entre os sécs. XVII e XVIII, a autoridade real passa a se reforçar no território brasileiro. Nas primeiras fases de embate entre a autoridade régia e o mandonismo privado, a coroa portuguesa, pela ampliação da capilarização estatal e enrijecimento dos códigos vigentes, reduz as concessões feitas ao municipalismo das Câmaras Coloniais (LEAL, 2012). A vinda da família real, o processo de independência e a constitucionalização do Império fortalecem os processos de redução do poder privado e favorecem a centralização gradual do Estado brasileiro no Poder Moderador. A Lei de Organização Municipal de 1828 chancela, institucionalmente, o movimento constitucional de redução das prerrogativas administrativas dos municípios e os coloca sobre a tutela – controle/intervenção e fiscalização – das províncias e do Governo Central⁶⁷.

O primeiro sistema partidário brasileiro surge neste impulso estatal de centralização das prerrogativas de governo e capilarização de sua presença no território.

⁶⁴ “(...) o latifúndio monocultor e escravocrata representava, a essa época, o verdadeiro centro de poder da Colônia: poder econômico, social e político”. (LEAL, 2012, p.81)

⁶⁵ Concentravam prerrogativas de ordenamento social e político além das concessões da coroa sem prejuízos coercitivos (Leal, 2012).

⁶⁶ Qualificações de ordem econômica e de status os denominados *homens bons do povo* (LEAL, 2012).

⁶⁷ Durante o período regencial houve tentativas de descentralização administrativas que, em termos práticos, não alteram os movimentos de centralização das prerrogativas administrativas e de governo nas províncias e no Governo central (LEAL, 2012).

Com os eventos da dissolução da Assembleia Constituinte de 1823 e da Constituição Outorgada de 1824, o Poder Moderador passa a controlar recursos centrais ao ordenamento político e social da época – principalmente, devido suas prerrogativas de seleção unilateral na composição ministerial e de dissolução do Congresso Nacional a sua revelia (MOTTA, 2008). O sistema eleitoral da época manteve-se indireto, apesar de acentuar os critérios censitários à participação eleitoral e as composições das candidaturas, de forma a excluir grande parte da população e restringindo o *demos* as elites urbanas e rurais. A inovação do período foi a implementação das mesas eleitorais/paroquiais (LEAL, 2012) em 1846 como órgão gestor das eleições – retirando o controle da competição eleitoral de dentro das Câmaras Municipais.

As principais forças partidárias que emergem desse processo de centralização administrativa e política no Governo Central foram os Luzias (Partido Liberal) e Saquaremas (Partido Conservador). De origem comum a elite brasileira⁶⁸, ambas as organizações eram partidos parlamentares que divergiam, em termos gerais, quanto ao grau de centralização do Governo Central, sendo que Luzias apoiavam reformas liberalizantes e maior autonomia das províncias e Saquaremas o fortalecimento do poder real.

A centralização, administrativa e política, no Governo Central e a socialização participativa altamente restrita nos pleitos eleitorais marcavam a dinâmica de sobrevivência dos esporádicos e frágeis partidos – organizados envolta da indicação ministerial e do calendário eleitoral. O favorecimento do Poder Moderador na composição dos ministérios imperiais era a principal condicionante organizacional da época: benefício que possibilitava o acúmulo de recursos para superar os custos competitivos nas relações representativas no Segundo Reinado. O controle periódico das pastas garantia acesso aos recursos públicos, que eram mobilizados de forma a beneficiar o partido nos pleitos eleitorais e no acesso as esferas de decisões: ao favorecer as chapas municipais governistas pelo emprego corrupto do aparelho estatal⁶⁹ e ao garantir acesso e controle da esfera de decisão representativa pelo exercício da

⁶⁸ “(...) liberais e os conservadores teriam a mesma origem social, seriam ambos provenientes da grande propriedade rural ou do comércio, representando, portanto, os interesses das elites econômicas” (MOTTA, 2008, p.35).

⁶⁹ Por exemplo, como aponta Leal (2012), a manipulação do Estado para fins de financiar eleitoralmente os partidos a partir de recursos públicos e a utilização da força policial para reprimir a oposição eram práticas correntes no período.

administração dos ministérios. A indicação ministerial – como recurso organizativo determinante a sobrevivência partidária nas relações representativas do Império, tanto nas competições eleitorais como parlamentares – conferiria ao Poder Moderador força balizadora no conflito político da época.

A desestruturação do Poder Moderador se dá no curso das sucessivas crises entre as décadas de 1870 e 1880 – os impulsos republicanos, principalmente após a Guerra do Paraguai, a crise religiosa e o fim lento e gradual do processo de abolicionismo – levam a perda de legitimação e o declínio da monarquia. Acompanhando a derrocada, o sistema partidário, dependente organizacionalmente do arranjo imperial, entra em colapso. E a brecha política entre o fim do Império e a instauração do governo representativo na República Velha é preenchida do pelos emergentes partidos estaduais republicanos – organizações que deram vasão institucional as condicionantes emergentes, o impulso da reorganização descentralizada das elites brasileiras estaduais na forma federativa e a sustentação do municipalismo centrado na decadente estrutura agrária brasileira.

b) Partidos e a República Velha: a institucionalização do Federalismo

Entre os principais aspectos instituídos pela Constituição de 1891 estiveram a descentralização federativa e remodelagem do *demos*. A primeira reforma constituiu na parlamentarização federalista, a substituição da centralização no Poder Moderador em relação ao municipalismo pelo fortalecimento dos estados frente aos municípios: novo regime de tutela municipal – fiscalização administrativa, organização policial e judiciária, definição da receita financeira e nomeações eleitorais dos municípios a cargo de suas respectivas unidades da federação (LEAL, 2012). A inovação na dimensão eleitoral ficou a cargo da ratificação constitucional da Lei Saraiva de 1881 que impôs o sufrágio direto com a retificação de exclusão dos analfabetos e das mulheres. Essa reestruturação do *demos* na República Velha, somado ao então recém evento do abolicionismo, têm um impacto determinante nos custos competitivos eleitorais e parlamentares. Ainda sobre o novo arranjo eleitoral, a Carta Magna de 1891 mantém a centralidade da operação das eleições municipais nas mesas eleitorais e delega aos estados a prerrogativa de suas organizações.

Ao considerar o processo de parlamentarização federativa estadual – concentração de prerrogativas de governo municipais sobre as tutelas dos estados, assim como as gestões dos seus processos eleitorais – fica evidente a relação de hierarquia legal entre os entes federados estaduais e seus respectivos municípios. Entretanto, como o período demonstrou, o fragilizado poder privado rural se mostrou resiliente mesmo contra o que indicava o arranjo federalista. Mas como? Sobre que dinâmica as forças do municipalismo brasileiro mantiveram seu protagonismo frente à hegemonia constitucional das crescentes organizações partidárias estaduais? A resposta está na variação de uma condicionante organizacional central na Primeira República: as novas condições de socialização participativa dos eleitores. A associação entre os eventos da constitucionalização do sufrágio direto (alfabetizado e masculino) e do abolicionismo amplia o eleitorado de forma a aumentar os custos de legitimação eleitorais aos então emergentes partidos republicanos. Surge deste ponto à relação de reciprocidade que marcará o período, a dinâmica coronelista (LEAL, 2012): a dependência mútua entre a força eleitoral de um poder privado decadente e capilar e parlamentarização federativa de um poder público ascendente e restrito.

A força eleitoral dos chefes locais era proveniente da relação de dependência socioeconômica da população campesina, recém ingressa no sistema eleitoral, à estrutura agrária da época. A concentração das terras nas mãos das elites locais e da população brasileira no meio rural⁷⁰, somado a situação social e econômica⁷¹ altamente precária dessa, colocava os eleitores em um forte cenário de vulnerabilidade frente às manipulações dos senhores das terras. As condições de qualificação e participação⁷² eleitoral das massas rurais estavam subordinadas aos mandos das elites locais. Daí o denominado voto de cabresto (LEAL, 2012).

⁷⁰ De acordo com o alistamento eleitoral de 1945 cerca de 73% do eleitorado vivia no interior e 27% nas capitais (TSE apud LEAL, 2012).

⁷¹ “Essa ascendência [política dos coronéis] resulta muito naturalmente da sua qualidade de proprietário rural. A massa humana que tira a subsistência de suas terras vive no mais lamentável estado de pobreza, ignorância e abandono” (LEAL, 2012, p.46).

⁷¹ No cenário mais otimista, a partir dos estudos de Costa Pinto do censo agrícola de 1940, aponta Leal (2012), 70% da população rural tinha suas atividades econômicas vinculadas as terras dos proprietários.

⁷² Os recursos e qualificações para a participação política dos eleitores rurais – alfabetização e informações para o voto; despesas referentes à documentação, transporte, alojamento, refeições e até dias de trabalho perdidos – estavam vinculados à orquestração das elites locais.

Do contraste de forças entre o domínio da organização da competição parlamentar/eleitoral nos municípios exercido pelos partidos estaduais – devido ao advento da parlamentarização federalista – e a forte influência das elites agrárias nas competições eleitorais estaduais – em decorrência subordinação das massas eleitorais rurais – emerge uma interação de reciprocidade. O acordo de sobrevivência mútua pelo arranjo coronelista: o compromisso, em linhas gerais, da concessão estadual de autonomia aos governos municipais em troca do apoio das máquinas de votos rurais controladas pelos chefes locais. As estruturas institucionais e socioeconômicas de socialização participativa das massas rurais na República Velha acabam por configurar na margem de barganha das elites rurais que passam a demandar dos governos estaduais autonomia extralegal para o exercício dos domínios nos municipais. E, do ponto de vista das forças partidárias republicanas, a sobrevivência política das organizações estaduais, ameaçada pelo crescimento dos custos competitivos eleitorais, fez com que suas hegemonias constitucionais sobre a tutela dos municípios fosse relativizada em detrimento do apoio dos votos de cabrestos. O apoio eleitoral situacionista do município e a carta branca estadual ao mandonismo local foram as marcas que equilibraram os conflitos representativos na Primeira República, o acordo coronelista sustentava a sobrevivência das forças envolvidas.

E é exatamente a variação de uma das condicionantes organizacionais fundantes dessa dinâmica representativa – a socialização participativa – e seus desdobramentos que levaram aos eventos de seu colapso entre o final da década de 1920 e início da década 1930. A lenta e gradual alteração das características e qualificação dos eleitores – com destaque aos processos de urbanização e migração para as cidades e as progressivas difusões dos meios de comunicação e de transporte público – atenua a situação de dependência dos votantes às elites rurais, de forma a enfraquecer o apoio municipal ao situacionismo estadual. O desdobramento da fragilização do arranjo coronelista acaba por incidir na variação das competitividades intrapartidárias e interpartidários do regime. Isto é, a necessidade de canalização desse emergente eleitorado leva à abertura das organizações partidárias a novas tendências ligadas aos setores comerciais, banqueiros e industriais e, conseqüentemente, a rivalizações com as tradicionais lideranças ligadas a setores das elites rurais decadentes. Na dimensão interpartidária, os efeitos da perda do protagonismo eleitoral das elites agrárias convergem no enfraquecimento das forças partidárias dominantes – o Partido

Republicano Paulista (PRP) e o Partido Republicano Mineiro (PRM) – e em impulsos descentralizadores, pela crescente insatisfação com a *política dos governadores*⁷³. As aberturas das organizações partidárias a canalização dessas novas forças e o tensionamento crescente no sistema partidário da República Velha devido ao aumento da competitividade no nível federal desencadeia na ruptura institucional em 1930.

c) Estado Novo, partidos e a Segunda República: a capilarização do Estado e os sistemas partidários subnacionais.

Em reação as práticas coronelistas e as novas condições do conflito político apresentadas, a Constituição de 1934 ratifica o Código Eleitoral de 1932 sancionando importantes reestruturações na competição eleitoral: a instituição da Justiça Eleitoral, o estabelecimento do voto secreto e o sufrágio feminino alfabetizado (MOTTA, 2008). Essas novas condicionantes de inclusão e exercício do voto ampliam e diversificam o eleitorado fazendo aflorar novas experiências pré-partidárias⁷⁴ em grandes escalas participativas – com destaque as experiências da Ação Integralista Brasileira e a Ação nacional Libertadora. Entretanto os breves fôlegos dessas experiências pré-partidárias na década de 1930 tencionam fortemente com as tradicionais forças políticas brasileiras em um sistema partidário ainda em construção⁷⁵ acarretando em radicalizações e enfim no Golpe de 1937 – o estabelecimento da ditadura de Vargas intitulada Estado Novo (SOUZA, 1976).

Apesar de ser marcado pela ausência de eleições e partidos, o Estado Novo apresentou marcas importantes nas condicionantes organizacionais do sucessivo sistema representativo brasileiro – principalmente no que tange a competição parlamentar. Os vestígios do período estão relacionados, principalmente, a instituição de um novo

⁷³ Compromisso firmado entre as forças partidárias estaduais que projetava o PRP e o PRM na instância federal em troca da garantia da diplomação dos governadores eleitos situacionista (LEAL, 2012).

⁷⁴ “Os dois movimentos lograram a atrair o apoio entusiástico de milhares de cidadãos pelo país afora, muitos dos quais chegaram a se filiar formalmente. As atividades que promoviam, comícios, passeatas, demonstrações públicas que conseguiam galvanizar a participação de multidões” (MOTTA, 2008, p.54). Apesar de não terem participados diretamente de eleições, foram as primeiras experiências de organização política com pretensões nacionais no Brasil.

⁷⁵ “Os pontos ideológicos apontados [o acirramento entre as novas e tradicionais forças políticas brasileiras], a ausência de organizações partidárias canalizadoras e sustentadoras das crises acoplaram-se na implementação do Estado Novo: regime burocrático centralizado, sem verdadeiros canais de representação sindical, sem qualquer tipo de partido político” (SOUZA, 1976, p.82). Como já vimos, Kirchheimer (2012) e Sartori (1982) podem somar-se a Souza no diagnóstico do Golpe de Vargas, a inexistência de um sistema partidário capaz de transmitir/canalizar cargas sociais/demandas ideológicas, afirmam os autores, tem fortes potenciais para gerar regimes radicais.

patamar do aparelhamento estatal⁷⁶. A montagem de uma estrutura burocrática extensa, complexa, capilar e interconectada que absorve e ordena novas demandas socioeconômicas. Uma ampliação do Estado em todos seus níveis, coordenando e acomodando as diferentes elites que compunham o cenário político brasileiro. Um novo aparelhamento estatal com fortes repercussões nas especificações competitivas futuras nos sistemas partidários (SOUZA, 1976).

A retomada do governo representativo no Brasil em 1945 concilia as condicionantes de organização federativa do território e a canalização das tradicionais e novas elites políticas de um lado às condições mais inclusivas e diversamente qualificadas de socialização participativa dos eleitores e as reestruturações do amplo aparelho estatal do Estado Novo do outro. Marcado por este lastro organizacional, os partidos que surgem na Segunda República, com a Constituição de 1946 e com os Códigos Eleitorais de 1945 e 1950, passam a organizar, ao mesmo tempo, sistemas de ordens nacional e subnacionais – complexos e múltiplos níveis de competições eleitorais/parlamentares (LIMA Jr., 1983).

As principais inovações institucionais entre 1945-1964 foram as sanções de duas fórmulas eleitorais – escrutínio majoritário para as disputas cargos executivos e senadores e o proporcional para os cargos legislativos –; a redução a idade mínima para o exercício do voto de 21 para 18 anos; e, principalmente, a Legislação Partidária – criada no intuito de restringir o mercado eleitoral⁷⁷ a organizações de porte nacional. Essas novas regras acabaram por acarretar em fortes custos organizativos⁷⁸ e, portanto, na restrição da oferta de partidos, mas não a nível nacional – partidos políticos estruturados em complexidades estaduais/regionais superaram as condições impostas.

⁷⁶ Apesar de ter sido criado, com êxito, no intuito de centralizar prerrogativas de governo dos estados e municípios no Executivo Federal, as reformas varguistas no aparelho estatal brasileiro perpetuaram uma extensa difusão da rede de órgãos burocráticos para além de seu período vigente: “(...) ‘ocupação’ do espaço organizacional e decisório por agências burocrático-estatais” (SOUZA, 1976, p.84). Novas pastas ministeriais e setores de administrações públicas nos níveis federal e estaduais, principalmente.

⁷⁷ Exigia a Legislação Partidária para a criação de uma nova organização partidária 5 mil assinaturas, no código de 45, e 10 mil assinaturas, no código de 50, em cinco ou mais estados diferentes. Os códigos eleitorais também apresentavam cláusulas restritivas ao mercado eleitoral: i) partidos que não conseguissem cadeiras no Congresso Nacional ou não alcançassem 50 mil votos nas eleições ou ii) que rompessem com os princípios democráticos poderiam ter seus registros cassados pelos Tribunal Superior Eleitoral. Esta última regulação acabou por impactar fortemente o sistema partidário pela cassação do registo do Partido Comunista Brasileiro (LIMA Jr., 1983).

⁷⁸ Das 31 organizações que pleitearam o registro entre 45 e 48, apenas 12 legendas se firmaram no sistema (LIMA Jr., 1983).

Nessa configuração de condicionantes organizacionais, surge um sistema partidário composto por 13 partidos durante o período. Com destaque para as três organizações que protagonizaram os embates nacionais e as múltiplas disputas nos subsistemas partidários regionais. O Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foram organizações de proporções capilares nas circunscrições eleitorais federadas, com ofertas eleitorais ideologicamente diversas e com propostas de canalizações de bases sociais plurais, desempenhando os primeiros embates abertos a nível nacional na história do governo representativo no Brasil⁷⁹.

Nos outros níveis de competição eleitoral e parlamentar a complexidade era maior. Os vestígios da expansão do aparelhamento estatal sem o ímpeto de centralização no poder Executivo Nacional associado à nova reeleitura da descentralização federalista estruturada por diversos partidos de ordem estadual/regional construíram particulares jogos de poder dentro do mesmo sistema. Subsistemas partidários (LIMA Jr., 1983) compostos por forças com pesos locais, configurações de coligações e coalizões próprias, rivalidades entre elites regionais e graus de socializações participativas diferentes de acordo com o eleitorado. O sistema partidário passa a ser marcado por trajetórias partidárias com condicionantes organizativas contextuais, com custos competitivos e sobrevivências partidárias ímpares. Daí o porquê da subsistência de diferentes estruturas partidárias em um mesmo sistema representativo: o caráter contingencial que uma disputa eleitoral ou parlamentar podia tomar dadas as especificações competitivas observadas à época⁸⁰.

Dentro da mesma experiência do governo representativo, dependendo da região/estado do embate e o nível de disputa (municipal, estadual ou nacional), as condições de competição de um mesmo partido podiam se alterar radicalmente, na medida em que os custos competitivos, como vimos, eram de ordens contextuais com variações das condicionantes organizacionais próprias para cada uma das configurações do conflito. O decorrer da trajetória do sistema partidário nacional aliado às múltiplas trajetórias dos subsistemas estaduais/regionais impactou em dois movimentos distintos a

⁷⁹ Apesar do Lima Jr. (1983) apontar para o impacto, gradual e crescente, que as forças partidárias consideradas médias vão tomando nas disputas nacionais com o decorrer do regime.

⁸⁰ A nível estadual, por exemplo, o Partido Libertador na região sul do país ou o Partido Republicano no Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais rivalizavam fortemente com potencias nacionais como o PSD e a UDN, tornando-se, nessa especialização competitiva, uma força de proporções tão grandes como seus antagonistas.

Segunda república, o que levou a desestabilização do sistema pelo acirramento dos níveis de disputa: o fortalecimento da difusão territorial dos partidos nacionais e a nacionalização dos partidos regionais (LIMA Jr., 1983). Tais movimentos levaram a polarização das disputas mal canalizadas e transmitidas no sistema partidário, principalmente a nível federal, dando margem ao Golpe Militar de 1964.

d) Partidos e a Ditadura Militar: a reorganização das forças partidárias

Diferente do Estado Novo a ditadura militar operou em coexistência com um sistema partidário e um eleitoral, desenhados para legitimar e ratificar o domínio dos setores golpistas e seus aliados. A instituição de um sistema eleitoral indireto para a seleção dos cargos executivos, as extensas limitações e manipulações impostas aos poderes legislativos e a repressão institucional a qualquer oposição que ofuscasse o governismo ditatorial, marcaram os primeiros anos desse engodo representativo. O Ato Institucional de número 2, em 1965, dá cabo da experiência do sistema partidário iniciado em 1945 (MOTTA, 2008) – com o objetivo de desarticular as forças partidárias oposicionistas que viam se consolidando nos cenários eleitorais nacionais e estaduais (PSD e o PTB). Nessa perspectiva, impõe institucionalmente custos organizativos altíssimos⁸¹ a novas gêneses partidárias, estimulando a migração de tradicionais elites conservadoras e oportunistas ao partido governista, o ARENA (Aliança Renovadora Nacional), e concentrando as múltiplas, diferentes e divergentes oposições na legenda oposicionista, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). O alto custo organizativo imposto pela ditadura faz com que as organizações partidárias do período já nascessem com proporções nacionais.

O protagonismo da Arena se mantém até 1974, quando o MDB começa sua escalada⁸² eleitoral agressiva. A passos largos rumo ao declínio eleitoral e observando a tendência de colapso do regime, as forças governistas adotam uma tática para tentar influenciar ao máximo as marcas de gênese do novo sistema partidário emergente, por meio de estratégia de distensão⁸³ (MOTTA, 2008). Movimento que encontra seu ápice

⁸¹ Para uma organização pleitear um registro era necessário arremeter 20 senadores e 120 deputados federais (FLEISCHER, 2007).

⁸² Entre outros fatores, devido a associação do partido oposicionista a setores da sociedade civil, o abrandamento da repressão, o fim do artificial crescimento do “milagre econômico” e as pressões dos movimentos sociais, principalmente, os sindicais (MOTTA, 2008)

⁸³ Tentativa de prolongamento e controle máximo do processo de redemocratização desenhando-o em benefício das forças governistas. Abertura política lenta, gradual e controlada com o intuito de enfraquecer ao máximo o protagonismo gradativo que o MDB vinha ganhando.

com a Lei Partidária de 1979, que visava, ao mesmo tempo, refundar os partidos existentes e minar a frágil coesão interna do MDB. A estratégia acabou acarretando na constituição de um pluralismo moderado no Congresso Nacional, a partir das eleições de 1980, composto por cinco forças. Os sucessores da ARENA e do MDB, respectivamente, o Partido Democrático Social (PDS) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). E as fragmentações do antigo MDB (FLEISCHER; 2007): o Partido Democrático Trabalhista (PDT), organizado a partir de resquícios do populismo varguista, era ligado à ala reformista do antigo PTB com fortes bases no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul; o Partido dos Trabalhadores (PT) formado, principalmente, por ex-emedebistas e movimentos sociais urbanos e rurais, com destaque ao sindicalismo paulista; e a nova sigla do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que apesar de manter a nomenclatura da sigla vanguardista no período 1945-1964 e conter diversos membros oriundos do MDB, se firma como um partido fisiologista desde sua refundação.

Durante os processos que levaram as eleições para a Assembleia Constituinte de 1986 – as repercussões do movimento “Diretas já” e da votação fracassada da emenda que possibilitaria eleições diretas ao Executivo Nacional, em 1985 – houve divergências quanto à sucessão presidencial dentro do PDS. E a rivalização, principalmente, entre as tendências nordestinas e paulistas no partido, levam o primeiro bloco, junto a uma pequena parcela de parlamentares do PMDB, a dissidência partidária e formação da Frente Liberal, futuro PFL. Outra dissenção importante na fundação do governo representativo com a Carta Magna de 1988 foi o Partido da Social Democracia Brasileira. Membros do PMDB insatisfeitos com os rumos tomados pelo próprio partido na Assembleia Constituinte acabam por fundar o PSDB, composto por elites partidárias oriundas, principalmente, de Minas Gerais, São Paulo e Ceará.

e) O lastro organizacional e o sistema representativo brasileiro: condicionantes organizacionais e custos competitivos no conflito vigente

O arranjo representativo vigente é acompanhado de lastros organizacionais das mais diversas fases de seus conflitos. Essas heranças organizacionais, somadas ao novo cenário de conflito social, foram arrançadas em um sistema representativo com

condicionantes complexas e custos competitivos sem precedentes na competição pelo poder político no Brasil.

A Constituição de 1988 incorporou as condicionantes eleitorais do regime de 1945-1964 – o arranjo federativo, as regras das eleições majoritárias – e ampliou as prerrogativas de governo do aparelho estatal em todos os níveis – concedendo altos graus de autonomia entre os entes federados, com destaque aos municípios com o Artigo 30 da Carta Magna. Outros pontos centrais constitucionalizados foram a concessão do sufrágio para os analfabetos e do voto facultativo entre 16 e 18 anos e o estabelecimento de um mercado partidário amplo com baixas restrições.

A Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995), ratifica essa abertura do sistema partidário a novas forças e regulamenta, entre outros objetos, a organização interna dos partidos. Dá forte autonomia as dirigências das organizações para regular suas dimensões de conflito interno – principalmente por via estatutária⁸⁴. Ponto central na sobrevivência organizacional e nos embates eleitorais-políticos, a LOPP de 1995 também estipula a formação de fundo partidário e reserva o uso de meios de comunicação de massa as organizações partidárias⁸⁵ – aumentando a dependência das organizações partidárias aos recursos públicos e ensaiando uma possível cartelização do sistema (KATZ e MAIR, 1995), na medida em que tais recursos passam a ser alocados de acordo com o peso das organizações na composição da arena de decisão.

A Lei das Eleições (Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997), regulamenta os níveis municipal, estadual e nacional de disputa de forma a setorizar os pleitos – possibilitando, entre outros pontos, a formação de coligações eleitorais separadamente em cada nível de disputa – e reitera como circunscrições eleitorais as fronteiras geográficas do federalismo brasileiro. Conjuntamente, tais medidas reacendem novas possibilidades de coexistência entre subsistemas partidários regionais/estaduais (LIMA Jr. 1983).

⁸⁴ Permite o próprio partido autorregular: suas estruturas de articulações/decisões internas entre os órgãos partidários, os processos de seleções de candidaturas, as eleições internas para dirigentes e comissões executivas, os formatos das filiações, a captação e gestão do financiamento partidário, a comunicação e doutrinação da organização e etc.

⁸⁵ Nestes dois últimos pontos, podemos observar a emergência de uma condicionante organizacional com referências ao primeiro sistema partidário brasileiro no Brasil Império (LEAL, 2012). A ampliação da autonomia das forças políticas do ambiente social e a crescente dependência dos partidos ao Estado – tanto em termos de sobrevivência como organização ou como gestora do conflito eleitoral.

Os partidos políticos que herdaram este lastro organizacional surgem, como já mencionado, no final do engodo representativo da ditadura militar com a Reforma Partidária de 1979. As diversas organizações partidárias que nascem a partir da década de 70, apresentam alto potencial competitivo inicial – devido, principalmente, por ocuparem posições de poder já estabelecidas/tradicionais ou canalizarem as emergentes forças dos movimentos sociais e dos recém-sufragados. Isto é, as organizações partidárias apresentadas nascem, em sua maioria, com grandes proporções e capilaridade no território nacional.

O sistema partidário que emerge do arranjo descrito passa a apresentar custos competitivos – organizacionais, eleitorais e parlamentares – sem precedentes em outras manifestações históricas do governo representativo brasileiro. As condicionantes do conflito político institucionalizadas pela Constituição de 88 – ampliação da capilaridade e das funções sociais do Estado –, pela Lei das Eleições de 97 – federalização das disputas eleitorais nas fronteiras geográficas do território – e pela LOPP de 95 – abertura do mercado político-partidário brasileiro, regulamentação da autogestão partidária e apoio estatal nas dinâmicas organizacionais de sobrevivência e disputa eleitoral –, junto aos movimentos de universalização do sufrágio e de emergência de um conjunto de organizações partidárias com grandes proporções e capilaridade, colocam o conflito pelo poder político brasileiro em patamares, no mínimo, complexos.

A nível de ilustração/por exemplo, as quantidades de votos necessários ao acesso das esferas de decisões aumentam demasiadamente com a ampliação do sufrágio aos analfabetos. As disputas eleitorais organizadas pelo emergente sistema partidário, dotado de alta fragmentação e grandes partidos, acirram os embates nos três níveis setorializados. As combinações entre a descentralização do federalismo brasileiro e os aparelhos estatais robustos criam potenciais subsistemas partidários com condições de disputa e de gestão contextuais. Os partidos políticos ganham forte autonomia frente à sociedade com a regulamentação de sua autogestão e crescente dependência organizacional dos recursos estatais, minimizando o peso das bases sócias e/ou grupos de interesse nos direcionamentos partidários.

Daí surgem as perguntas: como uma organização partidária sobrevive e domina esse novo formato do conflito? E a quem serve as relações representativas que emergem

dessa competição? Ou seja, quem ocupa a margem competitiva e hegemônica do contemporâneo governo representativo brasileiro?

Será no sentido de responder empiricamente a esses questionamentos que o Capítulo 4 se arriscará caminhar. Na tentativa de observar o desenvolvimento do conflito no governo representativo brasileiro contemporâneo sugerimos o acompanhamento das trajetórias organizacionais e eleitorais de dois partidos políticos brasileiros, PFL/DEM e PT, nas dimensões de competição intrapartidária e eleitoral.

Capítulo 4 – As trajetórias eleitorais e organizacionais do PT e do PFL/DEM

Os exames das trajetórias partidárias passam pelo reconhecimento das dimensões que os partidos políticos atuam e das estratégias desenvolvidas pelas organizações nas tentativas dominar ou sobreviver à competição política. Nesta linha, o capítulo tem por objetivo principal descrever as trajetórias dos partidos políticos na fase mais recente do conflito representativo brasileiro, de forma a observar: o impacto das condicionantes a organização do conflito nas forças partidárias – a convergência do lastro organizacional e das novas dinâmicas do conflito sociopolítico nos partidos políticos contemporâneos –; as diversas respostas dadas pelas organizações a tais incentivos – as estratégias de domínio e sobrevivência –; e as fronteiras das margens competitivas e hegemônicas desse conflito – a quem tal leitura da competição representativa privilegia e desprivilegia.

Seguindo essa perspectiva, a abordagem adotada consistirá na construção de linhas históricas que busquem retratar a competição política, a atuação dos partidos brasileiros na organização das relações representativas e os resultados das dimensões do conflito representativo. Admitindo-se as premissas do funcionamento sistêmico do governo representativo e a perspectiva organizativa, as dimensões que contariam a história das trajetórias partidárias seriam a do conflito intrapartidário – embates entorno do acesso, controle e uso da máquina partidária – e do conflito interpartidário – dividido entre as disputas eleitorais, pelo acesso as esferas de decisão, e parlamentares, pelo controle da esfera de decisão.

Tendo isso em mente, o trabalho reduz-se a descrever as trajetórias partidárias do Partido dos Trabalhadores e do Partido da Frente Liberal/Democratas a partir da construção paralela das linhas históricas dos conflitos eleitorais e intrapartidários, com ênfase no período entre 1995 e 2014.

a) Limitações: a seleção dos casos, dimensões de análise e o recorte do objeto

Baseado nas usuais formas pesquisa da literatura de partidos e sistemas partidários, os critérios para a seleção de casos para o exame das trajetórias partidárias no sistema representativo que emerge da Reforma Partidária de 1979 foram: o peso e a perenidade das organizações no sistema representativo; a possibilidade de comparação entre os partidos selecionados e a diversidade de trajetórias partidárias tomadas.

O primeiro critério é, talvez, o maior consenso difundido nas seleções de casos da literatura brasileira e mundial nos estudos que envolvem partidos políticos: a investigação das *maiores* organizações partidárias⁸⁶ – variando a conotação do termo entre presença/capilarização territorial dos partidos em determinados níveis e regiões de disputa eleitoral, peso das legendas nos parlamentos e duração das organizações no sistema. Seguindo essa perspectiva, entre 1979-2014, os partidos que se aproximariam do critério descrito⁸⁷ (FLEISCHER; 2007), juntamente as suas dissidências e refundações, são: o ARENA/PDS/PPR/PPB/PP, o PFL/DEM; o MDB/PMDB, o PSDB; o PTB; o PDT; e o PT.

Com o objetivo de identificar e descrever as variáveis que condicionaram e condicionam a sobrevivência e domínio nas trajetórias partidárias do sistema representativo atual, a utilização da perspectiva comparada – ferramenta clássica na investigação de sistemas e estruturas sociais e institucionais – ganha relevância⁸⁸. A

⁸⁶Desde referências clássicas de estudos comparados – como Ostrogorski (1902) entre os partidos que formavam o sistema partidário inglês e norte-americano no final do séc. XIX – até estudos mais recentes com Panebianco (2005) na investigação dos graus de centralização e institucionalização de grandes partidos europeus.

⁸⁷ Forças partidárias que no período apontado, predominantemente: disputaram as eleições nacionais proporcionais; alcançaram, ao menos, 5% das cadeiras na Câmara dos Deputados; e, mesmo com suas reestruturações internas, sobreviveram durante o recorte de tempo apontado.

⁸⁸ Desde a fundação dos pilares do pensamento moderno nas ciências sociais – com Smith, Tocqueville e Marx, por exemplo – até as produções científicas mais recentes, os métodos comparados, com ênfase em suas vertentes históricas ligadas aos contrastes de linhas institucionais e organizacionais de seus objetos de estudo, têm papel de destaque na investigação de grandes paradoxos acadêmicos nessa área

possibilidade de gerar situações comparáveis para a identificação de variáveis nas diferentes trajetórias partidárias leva a um segundo enquadramento dos partidos propostos⁸⁹: a seleção dos casos pelo desenho de maior diferenciação/pluralidade (PRZEWORSKI e TEUNE, 1970). Na medida em que nos referimos à organização das relações representativas – nas quais as arenas eleitorais e parlamentares são centrais – a consideração conjunta dos recortes de posicionamento ideológico no mercado eleitoral (MACHADO e MIGUEL, 2011) e de composição nas coalizões de governo (FIGUEIREDO, 2012) para agrupar os casos parece oportuna. A partir destes critérios é possível distinguir três grupos nos casos apontados⁹⁰: o primeiro grupo com a ARENA/PDS/PPR/PPB/PP, o PFL/DEM e o PTB; o segundo com o MDB/PMDB e o PSDB e o terceiro grupo com PDT e PT.

Um último ajuste na seleção dos casos se fez necessário para enfrentar a complexidade do fenômeno – as múltiplas trajetórias de sobrevivência e domínio partidário na competição representativa no Brasil. Para poder observar as diversas formas que o objeto de estudo toma, por seus vários ângulos e perspectivas diferentes, um recorte qualificado, diversificado e, principalmente, diferenciado do fenômeno estudado é desejado (KING, KEOHANE e VERBA, 1994).

Neste intuito, a seleção do segundo grupo apontado não possui graus de diferenciação tão opostos como entre o primeiro e o terceiro, no que tange as distancias

(MAHONEY e RUESCHEMEYER, 2003). Estudos referentes à divisão social do trabalho, comparações entre sistemas e formas de governos e teorias da modernização, por exemplo, foram e são construídos com referência a esse método. A chave explicativa da ferramenta, entre outras características, está na sua capacidade de gerar condições de comparação e contraste entre sistemas e níveis de análise, a partir da modelagem por homogeneização e diferenciação dos objetos de pesquisa, – isto é, métodos comparados buscam construir situações comparáveis. A literatura de partidos políticos não se distancia, Duverger (1980), Kirchheimer (2012) e Panebianco (2005) utilizaram da perspectiva comparada para identificar fatores sistêmicos no comportamento dos partidos políticos europeus.

⁸⁹ De acordo com Przeworski e Teune (1970), o mecanismo do método comparado aponta em dois sentidos – no *most similar systems design* e no *most different systems design*. No primeiro caso, o foco é na similaridade contextual dos objetos de estudo – características sociopolíticas compartilhadas comumente. Essa perspectiva garantiria a possibilidade, ao mesmo tempo, de investigar as variáveis explicativas sistêmicas e controlar variáveis omissas, pelo comportamento semelhante dos objetos dadas alterações dos fatores explicativos. No segundo caso, a situação comparativa é fomentada pela diferenciação entre os objetos – os padrões dos comportamentos investigados não teriam os fatores gerais como foco da chave explicativa, mas as variáveis/características de ordem interna aos objetos. O nível de análise desse segundo design seria intra-sistêmico, o compartilhamento/contraste na diferenciação entre os objetos. Considerando a pluralidade dos partidos políticos brasileiros e com o objetivo de investigar as diferentes estratégias das organizações no conflito representativo, optamos pela comparação por *most different systems design*.

⁹⁰ Apesar das organizações PTB, PMDB e PP terem composto governos com o PT e o PSDB-PFL/DEM, o espectro político ideológico os posiciona em grupos distintos. E apesar do PDT ter saído da composição do primeiro governo Lula (PT) em 2005, o posicionamento ideológico o aproxima do terceiro grupo.

nos posicionamentos ideológicos e na composição de governos/oposições. Apesar de PDT e PP-PTB apresentarem entre si interessantes caminhos eleitorais e parlamentares de distanciamento no desenvolvimento de seus caminhos no quadro político brasileiro, as siglas PT e PFL/DEM apresentam uma complexidade de contrastes, em suas trajetórias de sobrevivência e domínio da competição representativa, com potenciais de análise mais ricos. Apresentando posições claramente mais opostas em suas trajetórias históricas: nos cenários crescimentos/declínios eleitorais, nos alinhamentos governistas/oposicionistas e nos episódios de estabilidades e de refundação/dissenções organizacionais.

Ao visar à descrição de um fenômeno tão complexo como as trajetórias de sobrevivência e domínio partidário no governo representativo vigente, um recorte de organizações de peso, comparável e contrastante no sistema representativo brasileiro é almejado e necessário. Nessa medida, optamos pelo Partido dos Trabalhadores e o Partido da Frente Liberal/Democratas.

Quanto às dimensões de análise das trajetórias das organizações partidárias, duas das três dimensões foram selecionadas para o estudo: a do conflito intrapartidário e a do conflito eleitoral. A dimensão do conflito parlamentar – as disputas pelo controle da esfera de decisão na formação de governos/oposição – foi deixada de lado devido ao alto grau de complexidade e dificuldade que a análise exige, fugindo a competência do autor. Entretanto, creio que a construção e análise das linhas históricas eleitorais e organizacionais dos casos selecionados capitem, mesmo de forma indireta, os efeitos no tempo da dimensão parlamentar – apesar de, obviamente, não substituir os potenciais avanços que uma análise específica desse eixo traria.

Uma última limitação do estudo está relacionada à escassez das fontes de dados no período da pesquisa. As atas referentes às prestações de contas e às relações de membros de órgãos executivos dos Diretórios Nacionais do PT e PFL estavam disponíveis para a consulta no arquivo e na Seção de Gerenciamento de Dados Partidários do Tribunal Superior Eleitoral apenas a partir de 1995⁹¹ e o Repositório de Dados Eleitorais do site do TSE com dados incompletos antes do ano de 1998 – o que inviabilizou o avanço da análise para anos anteriores a segunda metade da década de 90.

⁹¹ Sendo que alguns dos arquivos de prestações de contas do PT, entre os anos de 2004 e 2006, e do PFL/DEM, no ano 2006, estavam cedidos a outros órgãos do tribunal no momento da pesquisa, inviabilizando parte da análise.

Considerando os critérios para a seleção dos casos, as dimensões de análise descritiva selecionadas e a restrição dos dados, a investigação das trajetórias partidárias brasileiras no sistema representativo atual consistirá em uma experimentação por meio do exame das dimensões eleitorais e organizativas do PT e do PFL/DEM entre os anos de 1995 e 2014.

Em contrapartida a essa limitação temporal de dados da pesquisa, a partir da literatura já desenvolvida na área, procuramos desenvolver historicamente os casos dos partidos selecionados até os anos iniciais da investigação – de suas gêneses até a metade da década de 90. Entretanto, tal postura pode criar um *problema quebra-cabeça*⁹² devido as diferentes perspectivas de análises adotadas por essas literaturas em contrastes com a desenvolvida no trabalho – suavizando a inconsistência temporal do recorte de dados e, ao mesmo tempo, podendo gerar possíveis incongruências investigativas pelos diferentes focos utilizados pelos estudos. Porém as ausências das informações das gêneses dos partidos e seus anos iniciais de institucionalizações foram consideradas mais prejudiciais ao trabalho do que assumir o risco do quebra-cabeça.

Nessa medida, é importante esclarecer ao leitor os dois momentos que o trabalho se desenvolverá a partir de agora: primeiro serão abordados, principalmente, a partir da análise de Ribeiro (2008) e Tarouco (1999) os primeiros passos do PT e PFL; e, posteriormente, entraremos com a análise descritiva do conflito representativo a partir da construção parelha das trajetórias organizacionais e eleitorais dos partidos. Ambos os autores trabalham exaustivamente seus objetos de pesquisas em profundos trabalhos: Tarouco (1999) observa a escalada do então Partido da Frente Liberal até o final da década de 90 a partir de um instrumental analítico com foco na arena eleitoral e Ribeiro (2008) destrincha detalhadamente a evolução da luta entre tendências pelo domínio da organização do Partido dos Trabalhadores, entre 1980 e 2005, a partir de uma perspectiva intrapartidária. Já o desenvolvimento do segundo momento do capítulo foi construído na tentativa de gerar instrumentos analíticos descritivos capazes de captar comparativamente as dimensões eleitoral e organizativa de ambos os partidos no desenvolvimento das relações representativas. Portanto, por se posicionar analiticamente em um ponto diferente dos trabalhos citados a perda de elementos

⁹² Um problema quebra-cabeça consiste em uma solução pontual que gera outros problemas/questões – como o processo de tentar resolver um quebra-cabeça, encaixando uma peça para resolver um segredo e expondo outros segredos/problemas a serem resolvidos/enfrentados.

investigativos e a mudança do foco de análise são inevitáveis na segunda parte do texto, contudo esperamos que os avanços compensem de alguma forma.

b) PT: gênese e institucionalizações

i. Um novo início: a formação do Partido dos Trabalhadores

Dois fatores foram decisivos na formação do Partido dos Trabalhadores: a dinâmica política-institucional proveniente da abertura democrática e a intensificação reivindicativa dos novos movimentos e associações sociais urbanos (MENEGUELLO, 1989). No início da década de 80, ambos os fatores, concomitantemente, foram centrais para o estabelecimento das novas condicionantes institucionais e políticas das relações representativas, no contexto brasileiro pós-ditadura.

A estratégia das forças decadentes do regime militar de *distensão política* no final da ditadura – forma gradual de liberalização democrática, pela minimização das condições de supressão do regime ditatorial com intenções de influenciar o arranjo institucional do regime que o sucederia – teve papel central na revitalização gradual da imprensa livre e na desarticulação dos órgãos de censura e repressão. Esse impulso democratizante do início da década de 70, segundo Lamounier, viabilizou o revigoramento do papel legitimador dos sistemas partidários e eleitorais (LAMOUNIER apud MENEGUELLO, 1989). A absorção do impacto da crescente movimentação e insatisfação social com as forças governistas se deu a partir do desenho de um novo sistema representativo, em especial nas nascentes organizações partidárias.

Movimento central nessa reconstrução guiada por forças governistas, a cisão das forças políticas bipartidárias concretizou-se com a Reforma Partidária de 1979, motivada pela intenção arenista de limitar o avanço da oposição pela fragmentação partidária. Tal medida deu margem um pouco maior para a canalização institucional dos plurais anseios e movimentações sociais no sistema partidário – tendo em vista a ampliação bastante moderada do limitado espectro político dualista, que perdurara por mais de duas décadas.

Apesar das medidas de contenção as novas forças políticas emergentes por parte dos últimos governos ditatoriais – como Lei Orgânica dos Partidos (n.^o 5682, 21-7-71),

a Lei da Reforma Partidária (n.º 6767, 20-12-79) e a Emenda Constitucional n.º 14 de 9-11-80 –; os anos 80 ofereceram condições políticas favoráveis à expressão eleitoral de setores sociais organizados em poucos partidos, mesmo que a altos custos organizacionais (MENEGUELLO, 1989).

O contraste entre a sofisticação do parque industrial brasileiro e as condições de remuneração e trabalho, principalmente no estado de São Paulo, deu margem ao surgimento de lideranças políticas ligadas aos setores industriais e, conseqüentemente, ao novo sindicalismo urbano – que apresentara autonomia relevante frente à estrutura corporativista arcaica. De outro lado, com a ampliação do setor de serviços e comércio, a nova classe média, junto a uma série de setores populares, organizou-se em torno de demandas por melhores condições de vida e democratização do Estado autoritário, afirma Meneguello (1989), ampliando as formas associativas e movimentos organizados no cenário político brasileiro.

Esses anseios pela pluralização e maior acesso a esfera política desses movimentos e associações tiveram vazão, em grande medida, com a reformulação do sistema partidário do final da década de 70. As construções das novas bases de relacionamento entre Estado e os movimentos sociais no Brasil constituíram-se na tentativa de criar organizações legítimas e sensíveis à sociedade – ou seja, com partidos fortes e responsivos. Por outro lado, as diversas reivindicações encontraram restritos canais partidários, o que estimulou o surgimento de dois movimentos principais desses grupos sociais: parte juntou-se a oposição peemedebista e outra seção dirigiu-se a formulação do PT.

O processo de abertura política – que envolveu a convergência entre o contexto político-institucional e articulação/mobilização social – favoreceu o surgimento de uma arena política permeável a setores organizados da sociedade civil e possibilitou a formulação de novas forças no sistema partidário.

Dentro da Reforma Partidária de 1979, setores organizados da sociedade civil – ligados ao operariado industrial e a movimentos populares urbanos –, se articularam, visando minar a marginalização política sofrida durante a ditadura militar, uma infiltração no sistema representativo: a criação do Partido dos Trabalhadores (PT). O limitado leque de forças partidárias vigentes ao fim da ditadura – o ARENA/PDS e o MDB/PMDB –, associado à emergência de fortes anseios sociais ligados aos

movimentos sociais, contribuíram para o estabelecimento de novas configurações partidárias capazes de dar vazão institucional a bases sociais amplas voltadas ao estabelecimento de conexões com setores sociais (MENEGUELLO,1989). Nesse complexo contexto de redemocratização, o Partido dos Trabalhadores se concretiza como força política precursora, ao lançar marcas inovadoras no relacionamento entre suas bases sociais e as lideranças partidárias.

ii. A estrutura de decisão (1980-1995)

Marca de sua gênese, essa abertura do Partido dos Trabalhadores às bases sociais moldou os primeiros formatos do partido no acesso e controle de suas instâncias organizacionais, apesar de não ter espelhado tal característica com tanta clareza na gestão de sua estrutura interna.

Os Encontros eram as instâncias deliberativas centrais no PT durante as décadas de 80 e 90 (RIBEIRO, 2008). Era por meio dessa instância que, entre outras prerrogativas: ocorriam as conduções/reconduções das tendências partidárias a todos os cargos de gestão do partido; as diretrizes ideológicas do partido eram trabalhadas e possíveis alterações nas regulações internas eram votadas. Ocorriam nos níveis municipal, estadual e nacional e tinham suas deliberações, por exigência da legislação partidária, ratificadas pelos Congressos do partido – eventos que se reduziam, em grande medida, a reiterar as decisões dos Encontros.

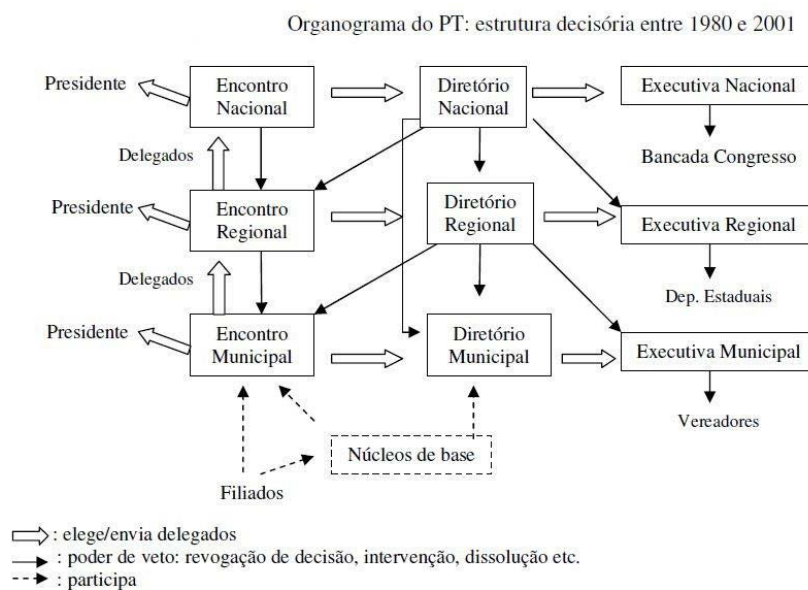
Participavam dos Encontros os filiados ou delegados (eleitos na instância inferior), representantes de órgãos associados e membros das Executivas e parlamentares do mesmo nível. Contudo, os pesos dos quadros, das dirigências e órgãos associados do partido eram minimizados frente aos filiados/delegados:

“Os critérios de composição das delegações sempre foram atrelados às quantidades de filiados. Nas regras petistas, portanto, a filiação sempre importou na distribuição do poder interno, o que significa maior poder à base para influenciar as decisões das instâncias superiores.” (RIBEIRO, 2008, pp.240-241)

Bases essas alocadas no território brasileiro de forma altamente concentrada em determinados estados – o que terá pleno efeito na composição da estrutura decisória no partido como veremos mais adiante.

Junto aos Encontros, os Diretórios partidários eram centrais na organização do PT. Órgão partidário dotado pelo estatuto de autoridade máxima na gestão cotidiana de cada nível do partido (RIBEIRO, 2008). Nos períodos inter-Encontros tinham prerrogativas centrais na organização – intervenção em órgãos hierarquicamente inferiores, imposição de quaisquer deliberações sobre as Executivas, orientação/sanção das bancadas parlamentares e convocação imediata de Encontros (se mobilizado 1/3 dos membros do órgão).

Nesse primeiro momento, a forma estatutária da composição e gestão da estrutura do Partido dos Trabalhadores passava pela condução nos Encontros – democraticamente ascendentes, nos processos de seleção de dirigências com forte peso das bases, e descendentemente centralizadores, nas prerrogativas de gestão hierárquica entre os órgãos de diferentes níveis – como poderemos ver no organograma:



Fonte: RIBEIRO, 2008, p. 243.

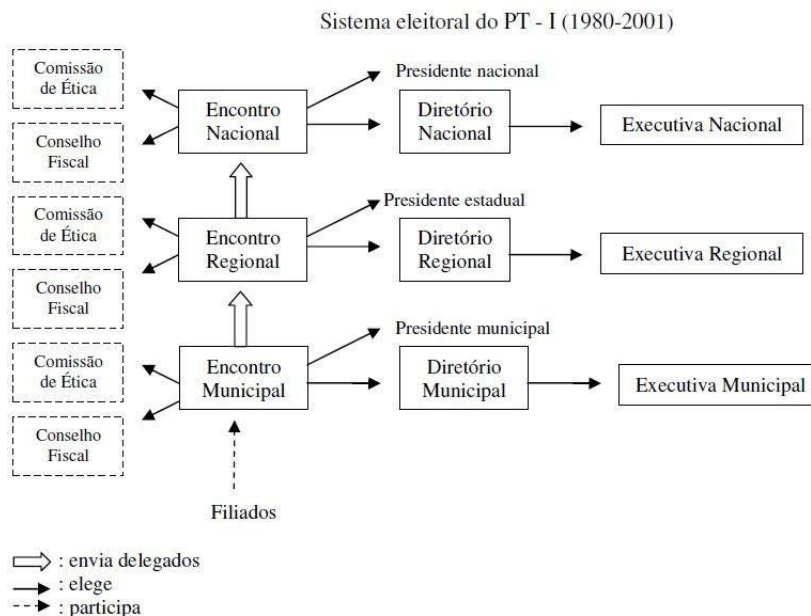
Com a LOPP de 1995 e a modificação do estatuto petista, poucas alterações de fato foram feitas, mas sucederam grandes impactos – o Diretório Nacional (DN) assumiu prerrogativa de alterar o estatuto (que volta ao poder da Executiva Nacional [EN] em 2001) e os critérios para filiação foram afrouxados – como veremos na fase pós-95. A estrutura decisória do desenho institucional petista fazia sentir a força das

bases no partido – no acesso e controle da organização – desde o nível municipal até o nacional por meio dos Encontros. Entretanto, tal arranjo não impossibilitou o surgimento de processos concentradores de poder na gestão do partido (RIBEIRO, 2008).

Apesar da centralidade da gestão do cotidiano partidário, como mencionado, estar formalmente a cargo dos Diretórios, os altos custos de coordenação e mobilização exigidos no dia-a-dia do partido faziam com que na prática as funções (administrativas e deliberativas) e os comandos dessas instâncias fossem delegados as Executivas. As dificuldades de articulação entre os membros, a falta de coesão das forças e os altos quóruns para a tomada de decisões – empecilhos crescentes de acordo com a maior complexidade do nível do partido – transportavam as prerrogativas centrais de organização do partido dos Diretórios para as Executivas. Como afirma Ribeiro (2008), o funcionamento da gestão do partido subvertia a estrutura decisória petista: projetava as Executivas como órgãos decisórios, de onde provinham os reais poderes de deliberação, direção e execução, e os Diretórios como meras chancelarias, instâncias formalizadoras e fiscalizadoras das decisões executivas.

iii. A primeira fase do sistema eleitoral interno

As eleições internas do Partido dos Trabalhadores, no primeiro formato entre 1980-2001, possuíam os Encontros como instituição central de seu sistema eleitoral indireto da base à cúpula (RIBEIRO, 2008). Os filiados/delegados elegiam os membros do Diretório, do Conselho Fiscal, do Conselho de Ética e o presidente de seu nível, assim como também os delegados do Encontro superior. Os membros eleitos do Diretório, ao assumirem seus postos, indicavam a composição da Executiva.



Fonte: Ribeiro, 2008, p.176

Apesar da aparente abertura do conflito eleitoral no partido com eleições proporcionais e amplas participações das bases nos pleitos para os Diretórios, vigorou uma cláusula de barreira de 10% para as chapas assumirem cargos na instância até o final da década de 80. Quanto às indicações das composições das Executivas, o critério era majoritário – a maior “bancada” nos diretórios indicava os membros das Executivas. Essa primeira fase do sistema eleitoral petista, como Ribeiro (2008) destaca, aproximava a organização de um tipo de parlamentarismo. No início dos anos 90 a proporcionalidade direta é adotada tanto para os Diretórios como para as Executivas, eliminando os respectivos critérios da cláusula de barreira e da majoritariedade.

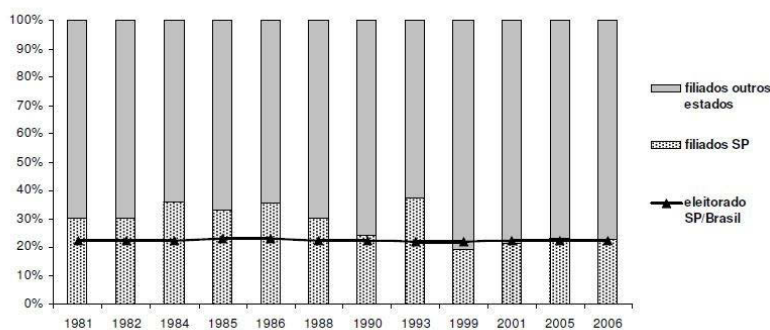
iv. Tendências dominantes: da Articulação ao Campo Majoritário (1980-1995)

A soma de um sistema eleitoral interno e de uma estrutura de decisão partidária centrados nos Encontros junto à concentração de filiados em certos setores e estados confere, na década de 80, o domínio da organização petista ao grupo denominado Articulação dos 113 (RIBEIRO, 2008). Essa tendência foi formada, principalmente, por integrantes do novo sindicalismo, elites intelectuais e políticos de expressão eleitoral da região Sudeste – com destaque de São Paulo. Surge com o objetivo de encaminhar o

Partido dos Trabalhadores em um projeto de governo, opondo-se fortemente aos ditos grupos de dupla filiação – denominadas, supostamente, como tendências trotskistas que tinham o partido como interesse de segunda ordem, subordinados a outros interesses.

A Articulação abarcava um conjunto bastante heterogêneo de grupos fundadores reunidos para manter a hegemonia no partido e afastar as tendências de esquerda. A tendência configurava uma espécie de “pacto de governabilidade do PT que atravessou toda a história da agremiação” (RIBEIRO, 2008, p.180). O domínio desse grupo na primeira década da organização – e, possivelmente, até a causa de sua formação – foi, em grande medida, reflexo do favorecimento das regras do partido a concentração de filiados em determinadas UF’s e grupos. Como Ribeiro (2008) coloca, durante a década de 80, SP continha entorno de 30% dos filiados do partido:

Participação de São Paulo no total de filiados do PT (1981-2006)



Fonte: Ribeiro, 2008, p.231.

Foco dos setores ligados movimentos sociais urbanos, boa parte dessa base paulista do PT se aliava a Articulação dos 113, liderada por Lula – liderança aglutinadora da tendência, presidiu o partido da fundação até 1995. Utilizando do forte peso de sua base nos Encontros do partido e apoiado pelo favorecimento das regras eleitorais – da cláusula da barreira nos Diretórios e da composição majoritária nas Executivas –, a Articulação impôs sua hegemonia na primeira década do partido. O quadro da evolução das forças no DN do PT entre 1984 e 2005⁹³ a seguir ilustra o domínio da Articulação no período.

⁹³ O quadro dispõe o resultado das dez primeiras eleições para o DN do PT e apresenta: as chapas e as tendências que as compunham, junto a seus campos ideológicos e os percentuais de votos obtidos; os acordos para manter a hegemonia no partido, as “coalizões de governo” em cada mandato; e os principais candidatos à presidência do partido após os mandatos de Lula.

Evolução da correlação de forças na direção nacional do PT (1984-2005)

	ESQUERDA	CENTRO	DIREITA
2º DN	3ºEN abr/84		
	<i>O PT se constrói na luta</i>		<i>Por um PT de massa (Articulação)</i>
	34,2%	-	65,8%
3º DN	4ºEN jul/86		
	<i>Alternativa operária e popular</i>		<i>Articulação por uma proposta democrática, de massas e socialista para o PT</i>
	27,8%	-	72,2%
4º DN	5ºEN dez/87		
	<i>Em defesa da democr</i>		<i>Por um PT de massa (Articulação)</i>
	3,6%		59,4%
	12,9%		
	24,1%		
5º DN	7ºEN jun/90		
	<i>PT de luta e de massas (OT-CS)</i>		<i>Articulação da luta socialista</i>
	11,0%		
	16,0%		
	27,0%		
	17,0%		
	56,0%		
6º DN	8ºEN jun/93		
	<i>Na luta PT (FS-TM-OT)</i>		<i>Articulação unidade na luta</i>
	19,1%		29,3%
	36,5%		11,6%
	55,6%		40,9%
7º DN	10ºEN ago/95		
	<i>Socialismo e Democracia (com 2 teses)</i>		<i>Articulação unidade na luta</i>
	46,2%		40,3%
	53,8%		7,6%
	53,8%		
	José Dirceu: 54,02%		
8º DN	11ºEN ago/97		
	<i>Luta socialista (com 4 teses)</i>		<i>Art. unidade na luta</i>
	37,8%		34,7%
	11,1%		11,8%
	51,1%		
	51,1%		
	José Dirceu: 52,59%		
9º DN	II CN nov/99		
	<i>Fiel ao PT das origens (OT)</i>		<i>PTLM</i>
	2,1%		2,9%
	9,9%		43,6%
	32,8%		8,0%
	54,5%		
	54,5%		
	José Dirceu: 54,8%		
10º DN	PED 2001		
	<i>Partido cumpria o mandato (OT)</i>		<i>Um outro Brasil é possível (Campo Majoritário)</i>
	2,00%		51,62%
	14,75%		
	32,49%		
	15,74%		
	15,89%		
	15,89%		
	José Dirceu: 55,55%		
11º DN	PED 2005*		
	<i>Terra, Trab. e Soberania (OT)</i>		<i>Partido que muda o Brasil</i>
	1,9%		3,1%
	35%		41,9%
	45%		
	45%		
	Ricardo Berzoini: 42%		
	48,4%		
	51,6%		
	51,6%		
	Ricardo Berzoini: 51,6%		

Fonte: Ribeiro, 2008, p. 187.

No início da década de 90, a Articulação acabou por fomentar condições para a perda de seu próprio protagonismo (RIBEIRO, 2008). Ao articular um conjunto de condicionantes ambientais e internas para expulsar setores oposicionistas⁹⁴, acabou por diminuir os custos na competição pelo domínio do partido – dando espaço a expressão da fragmentação de seu grupo tão heterogêneo. Chamo atenção para o processo de regularização das tendências partidárias orquestrado pela Articulação que implicou: no reordenamento das tendências de esquerda – expulsão da C.O e da C.S e reposicionamento/autodiluição do ex-PRC/NE e PCBR – aos moldes da tendência hegemônica, em detrimento a aplicação da proporcionalidade direta nas eleições partidárias a partir de 1991 – acabando com a cláusula de barreira dos Diretórios e o critério majoritário das Executivas. Ambos os eventos, expulsão de setores da extrema esquerda e diminuição dos custos competitivos nas disputas para dirigências, incidem fortemente sobre a coesão da heterogênea Articulação, provocando dissenções.

Dessa forma, a abertura do conflito partidário somado ao enfraquecimento da Articulação, abre espaço, no oitavo Encontro Nacional do PT em 1993, para o primeiro mandato com a hegemonia da “coalizão de esquerda” petista – que passaria a ocupar conjuntamente os principais cargos do partido, mas não todos.

A gestão de esquerda do partido não durou. A falta de coesão interna da nova direção – mais fragmentada que a própria Articulação – somada a arrasadora derrota de Lula em 1994 e a inabilidade da direção nacional lidar com o impacto do Plano Real desestruturaram as respostas das dirigências partidárias (RIBEIRO, 2008). Divididas internamente e sem credibilidade com vários setores do partido, a gestão de esquerda petista perde legitimidade e não consegue mobilizar uma reação forte, unida e eficaz as

⁹⁴ Crise ideológica com a decadência dos regimes socialistas pelo mundo; as primeiras defecções da Articulação dos 113 no quinto e sétimo Encontros e a necessidade de formação das primeiras “coalizões” no partido; a pressão para a moderação dos posicionamentos ideológicos petistas pela aproximação ao governo; e o processo de regularização das tendências no partido foram fatores influenciaram a desestabilização da então tendência dominante.

ofensivas internas (principalmente da Articulação) e externas (nas indisciplinas das bancadas) das oposições.

O décimo Encontro Nacional do PT, em 1995, ocorre nesse clima de extrema polarização intrapartidária (RIBEIRO, 2008): de um lado, os remanescentes setores da esquerda petista lideradas pela A.E. e a D.S e, do outro, o novo guarda-chuva das forças moderadas encabeçados pela aliança Articulação e D.R., denominada posteriormente Campo Majoritário. O grau de competitividade dessa eleição interna foi extremado, de forma a chapa moderada lançar mão de uma nova estratégia, que definiria o padrão de competição petista interno por longos anos: a cooptação de lideranças em troca de cargos na EN (RIBEIRO, 2008) – o futuro Campo Majoritário ganharia a eleição pelas cooptações de lideranças da A.E, totalizando 54% dos delegados do EM. Essa nova forma de resolução de conflitos e fabricação de maiorias seria conhecida como o pacto pela governabilidade petista (RIBEIRO, 2008) – a reunião das forças de centro e direita mais algumas lideranças da esquerda. Outro ponto central na formação dessa nova coalizão dominante foi a aplicação desequilibrada do princípio da proporcionalidade direta – apesar obter apenas uma pequena vantagem no número de delegados, o Campo Majoritário divide a Executiva Nacional de forma a ocupar os principais cargos do partido e forçar a oposição a assumir os secundários. Dessa forma, a nova coalizão dominante passa a concentrar poder no comando do partido pelo que Ribeiro (2008) chama de oligarquização cirúrgica – manutenção do domínio de cargos chaves no partido.

A partir do décimo EM, em 1995, o Campo Majoritário começa a desarticular a oposição e ampliar sua autoridade interna pela tática das cooptações de lideranças para a promoção do pacto pela governabilidade petista. Veremos o desenvolver deste processo juntamente as suas implicações eleitorais no partido nas seções seguintes.

c) PFL: gênese e institucionalização

i. Um velho início: a formação do Partido da Frente Liberal

O declínio da ARENA, acentuado desde 1974, promove uma série de reações das forças governistas – como já vimos, a Reforma Partidária de 1979 foi o ápice da

tática de distensão da transição democrática. A organização, a partir de então, é refundada e torna-se o Partido Democrático Social (PDS), com vista a se projetar como uma nova opção no mercado eleitoral. Aprofundando esse processo de renovação eleitoral da imagem, alguns grupos dentro do PDS começaram a traçar movimentos de distanciamento do então governo do próprio partido – autonomizando seus comportamentos frente às lideranças da organização e ao Executivo Nacional (TAROUCO, 1999).

Dois episódios foram centrais nas dissensões pedessistas: a votação dividida na emenda das “Diretas Já” e as prévias do partido na última eleição indireta para Presidente da República. A votação altamente dividida do PDS na emenda não ilustrou apenas as divergências entre os grupos do partido, mas de fato encaminhou as dissensões. Com a derrota das “Diretas já” a eleição para o Executivo Nacional manteve-se indireta pelo Colégio Eleitoral, o que promove no PDS – devido à polarização interna – a convocação de uma convenção para a realização de prévias em 1984.

Antevendo a força do candidato paulista nas prévias (Deputado Paulo Maluf), um grupo toma a frente no processo de dissenso e forma a Frente Liberal (FL) para apoiar, junto ao PMDB, a candidatura de Tancredo Neves como Aliança Democrática. Após o resultado que confirmou Maluf na candidatura a Presidente pelo PDS, um novo grupo do partido junta-se a FL. A estratégia dos dissidentes era clara – criar uma imagem eleitoral de oposição, estando ligado ao governo:

“O novo partido que estavam formando poderia assim se valer das condições criadas para o novo governo sem desperdiçar os recursos políticos trazidos do governo militar, pois já surgia alicerçado no poder dos políticos situacionistas do Nordeste.” (TAROUCO, 1999, p.30).

O grupo se constitui como partido em 1985. O Partido da Frente Liberal é fundado ocupando grande espaço nas esferas de decisão – 5 Governos estaduais, 14 cadeiras no Senador e 77 assentos na Câmara de Deputados Federais. Eventos da gênese pefelista, o processo de transição democrática e abertura política marcam um paradoxo na composição dos quadros do partido – a coexistência entre elites ligadas ao discurso liberal conservador no meio urbano e à heranças de práticas clientelistas (TAROUCO, 1999).

ii. A estrutura de decisão e sistema eleitoral

As informações sobre a estrutura de organização do PFL são escassas e vagas (TAROUCO, 1999). Tendo por base o estatuto de 1986, o partido toma a forma genérica da maioria das organizações partidárias brasileiras à época. Influenciado possivelmente pelo contexto da redemocratização, o partido adota uma estrutura descentralizada e, em certa medida, aberta as influências de seus filiados: um esquema piramidal dividido a partir dos níveis municipais, estaduais e nacional – respectivamente, da base à cúpula. Apresenta Convenções periódicas, a cada dois anos, nas quais os filiados/delegados elegem o Diretório, a Executiva e os Conselhos (Consultivo⁹⁵ e de Ética) no seu nível e apontam seus representantes na disputa de nível superior. Diretórios e Executivas compunham os órgãos de direção e ação partidária e, dessa forma, dividiam as matérias pertinentes à administração do partido (TAROUCO, 1999).

A mobilização da máquina partidária pefelista exigia, tanto para fins de organização própria como para posicionamentos eleitorais, fortes capacidades de coordenação e deliberação neste primeiro arranjo. Por exemplo, determinadas decisões das Executivas e dos próprios diretórios exigiam quórum de maioria absoluta dos membros do órgão diretivo; Comissões Provisórias eram altamente dependentes de instâncias superiores para a auto regulação; havia a exigência estatutária para a realização de prévias na seleção de candidaturas e era proibida coligações eleitorais com partidos ideologicamente antagônicos.

Entretanto, essa estrutura de decisão do partido é alterada rapidamente passando por amplas reformas de centralização do poder efetivo do partido nos órgãos executivos (TAROUCO, 1999) – com destaque a Comissão Executiva Nacional – e fortalecimento da hierarquização dos níveis do partido.

O estatuto de 1993 consolida a nova estrutura do PFL. A nova regulação redefine as funções das instâncias do partido: as Executivas passam a desempenhar sozinhas funções de órgãos de ação executiva; os Diretórios são reduzidos a órgãos de direção/auxiliares a administração; e as demais instâncias do partido são secundarizadas como órgãos de apoio e cooperação. Na prática, tais mudanças ampliaram substancialmente as forças e autonomias das Executivas frente aos Diretórios e demais

⁹⁵ Conselho consultivo até 1993 (TAROUCO, 1993) só existia a nível Nacional no PFL.

instâncias do partido (TAROUCO, 1999). As Comissões Executivas de cada nível passam a prescindir da ratificação, aprovação e deliberação de qualquer órgão administrativo para gerir o partido – apenas as diretrizes decididas nas Convenções partidárias se sobrepunham a força administrativa dos órgãos de ação executiva. Houve um claro processo de proeminência organizacional da cúpula, investida de vastos poderes, frente às outras instancias e a própria base do partido.

Em relação às Convenções, o novo estatuto redefine sua dinâmica de forma a diminuir os custos organizativos e de coordenação – os critérios de filiação são afrouxados e os quóruns deliberativos diminuídos – de forma a agilizar os processos decisivos. No mesmo sentido, Comissões Provisórias e Interventoras ganham autonomia de gestão – *status* de Diretórios e Executivas, respectivamente. Os Conselhos Consultivos – responsáveis pelos Programas de Governo e Planos de Ação do partido – são disseminados para além do nível nacional e passam a tutela dos órgãos executivos.

No que se refere aos aspectos da dimensão das eleições, as prévias no partido e as limitações programáticas às coligações são excluídas no estatuto de 1993, centralizando nas Comissões Executivas ambos os aspectos. Outro ponto de alteração decisiva na estrutura do partido foi hierarquização entre os níveis partidários pela concessão da prerrogativa de intervenção/dissolução das instancias superiores sobre as inferiores – mecanismo utilizado diversas vezes para manter a coesão/disciplina partidária ligada aos interesses da cúpula.

Todo esse processo de centralização e hierarquização da estrutura de decisão pelo qual o PFL passa, acaba por reorganizar a estrutura de poder interna no partido gerando linhas de autoridade com claros sentidos: das Executivas aos demais órgãos do partido, do nível nacional ao municipal.

iii. Tendências estaduais dominantes: estabilidade e centralização (1986-1993).

Como o exame do desenvolvimento da estrutura de decisão pefelista revela, o principal foco de poder efetivo do partido estava na Comissão Executiva do Diretório Nacional. A estabilidade na composição do órgão partidário foi à marca deste período.

Nas cinco primeiras CEN, segundo Tarouco (1999), dos 99 cargos distribuídos apenas 35 dirigentes tiveram um mandato – revelando o baixo grau de renovação do órgão.

Outro ponto que chama a atenção é a estabilidade das elites estaduais no partido, como a Tabela 0 aponta. É perceptível a estabilidade das mesmas forças estaduais no partido, com alta alternância só no cargo da Presidência. Nessa perspectiva, os dados apontam para uma precoce oligarquização do partido.

Tabela 0 - Dirigentes da CEN - PFL (1986-1993)					
	1986	1987	1989	1991	1993
Presidente	AL	PE	PI	PI	SC
1 Vice-Presidente	MG	MG	MG	PE	PE
2 Vice-Presidente	BA	BA	AL	MT	RO
3 Vice-Presidente	CE	CE	CE	MG	MG
Secretário Geral	MS	MS	BA	BA	BA
Primeiro Secretário	PE	PE	PE	RJ	GO
Segundo Secretário	PR	PR	PR	SE	SE
Primeiro Tesoureiro	RJ	RJ	DF	MA	MA
Segundo Tesoureiro	GO	GO	MA	AM	AM
Líder da Câmara	-	BA	BA	BA	BA
Líder do Senado	-	RS	PB	PE	PE

Fonte: O autor a partir de Tarouco (1999)

Somado a estabilidade das dirigências partidárias, o processo de centralização e hierarquização ratificado pelo estatuto de 1993 no PFL institucionaliza as linhas de autoridade da coalizão dominante do partido a partir das Executivas Nacionais.

d) As trajetórias organizacionais

O foco a partir desta seção é a comparação das trajetórias organizacionais – as competições pelo controle, domínio e uso das máquinas partidárias em estudo – e trajetórias eleitorais – as estratégias de sobrevivência e domínio e os resultados eleitorais dessas – nas gestões partidárias do conflito no governo representativo brasileiro. O objetivo é explorar os possíveis reflexos entre ambas as dimensões nas trajetórias dos partidos e a forma das relações representativas advindas desse conflito – a quem tende a favorecer e desfavorecer. Nesta perspectiva, os instrumentos de análise

passam a ser direcionados a um quadro mais descritivo do conflito representativo, tentando entender comparativamente como a competição política foi intermediada nas trajetórias de partidos tão diferentes com caminhos tão opostos.

Tendo em mente os processos de gêneses e os primeiros passos de institucionalização do PT e do PFL/DEM, passemos a observar o desenvolvimento organizacional comparado de ambos os partidos – que setores controlaram a organização e como a usaram/direcionaram no controle/domínio da competição intrapartidária.

i. Dirigências das Executivas Nacionais

Como podemos observar a partir das divergentes gêneses do PT e PFL/DEM, os dois partidos passaram por processos de centralização das principais prerrogativas de organização da máquina partidária nas Comissões Executivas Nacionais. Tanto no Partido dos Trabalhadores como no Partido da Frente Liberal/Democratas o acesso, controle e direcionamento/uso da organização partidária envolveu cada vez mais a disputa pela ocupação e domínio dos órgãos das Executivas Nacionais. As tabelas 1-3 mostram os resultados dessas disputas entre as elites estaduais nas composições das Comissões Executivas Nacionais do PFL/DEM e do PT.

A refundação do PFL em DEM não apenas alterou a configuração organizacional do partido, como modificou os alinhamentos nas disposições das forças estaduais. O Partido da Frente Liberal entre 1996 e 2003 apresentou uma sólida estabilidade e baixíssima variação nas composições das elites estaduais nas Executivas Nacionais. Alegar que houve um processo de cristalização das dirigências políticas na organização não seria nenhum exagero – entre 1999 e 2001 a disposição de forças foi a mesma e nos demais anos as mudanças são pontuais e em cargos mais secundários. Com o processo de refundação em 2006 e primeira eleição do Democratas em 2008, a tendência de cristalização em um número restrito de elites estaduais do PFL deu lugar a fragmentação das forças e maior rotatividade dos cargos.

O primeiro ponto que chama atenção ao observar o novo órgão democrata é a expansão e reconfiguração organizacional da executiva. O partido passa a se compor por um conjunto bastante variado e especializado de “Vice-presidências” e as lideranças do Congresso deixam de fazer parte da primeira linha do órgão. No que diz respeito à

disposição das forças, um maior número de elites estaduais passam a compor o partido e a rotatividade mencionada dos cargos entre 2008 e 2015 seria mais uma indicação de reacomodação de forças do que renovação sucessiva de elites. Se olharmos com cuidado a variação dos cargos é possível perceber que ela é fruto, majoritariamente, de permutas entre elites estaduais e não novos ingressos de dirigentes de outros⁹⁶.

No Partido dos Trabalhadores é inegável a contundência da elite de São Paulo na maioria dos assentos e nos cargos de primeira linha da Comissão Executiva Nacional durante 1995 e 2014. O processo de oligarquização cirúrgica apontado por Ribeiro (2008) aparenta persistir com força em grande parte do período analisado – a Presidência, Vices-Presidência, Secretaria Geral e Secretaria de Organização são praticamente monopolizadas pela elite paulista. Por outro lado, apesar de ser prematura qualquer conclusão mais sólida, chama atenção as disposições de forças a partir de 2010, nas quais a presença paulista parece estar diminuindo – destaque para a CEN de 2014 com apenas duas cadeiras ocupadas pelo PT de SP.

⁹⁶ O ano de 2011 chama atenção por apresentar duas composições da Executiva Nacional. Isso se deu devido ao evento de dissidência no partido para a formação do PSD – liderado pelo ex-democrata então prefeito de São Paulo Gilberto Kassab.

Tabela 1: PFL - Composições das Elites Estaduais nas Comissões Executivas Nacionais, por cargo e ano

	1996	1999	2001	2003
Presidente	SC	SC	SC	SC
1 Vice-Presidente	RN	PE	PE	PE
2 Vice-Presidente	MG	RN	RN	RN
3 Vice-Presidente	-	MG	MG	RJ
4 Vice-Presidente	-	RJ	RJ	MA
Secretário Geral	BA	BA	BA	BA
Primeiro Secretário	GO	SP	SP	SP
Segundo Secretário	AM	AM	AM	AM
Primeiro Tesoureiro	MA	MA	MA	MS
Segundo Tesoureiro	PR	PR	PR	SE
Líder da Câmara	PE	PE	PE	NI
Líder do Senado	PI	PI	PI	NI
*NI = NÃO INFORMADO				

Tabela 2: DEM - Composições das Elites Estaduais nas Comissões Executivas Nacionais, por cargo e ano

	2008	mar/2011 [¶]	dez/2011 [§]	2015
Presidente	RJ	RN	RN	RN
Vice ass. Econômicos	PR	PR	PE	SE
Vice ass. Des. Social	PA	PB	SP	SP
Vice ass. Institucionais	PE	PE	PE	PE
Vice ass Trab. e Habitação	DF	SE	AL	AL
Vice ass educ., cult. e esporte	RS	RS	MG	MG
Vice ass saúde	GO	GO	GO	MS
Vice ass direitos humanos	MG	AM	AM	AM
Vice ass infra-estrutura e cidades	MG	RJ	PB	PB
Vice ass meio-ambiente	BA	BA	BA	BA
Vice ass. Relações exteriores	PI	PI	PI	AP
Vice ass. Segurança pública	CE	MT	MT	MT
Vice ass. Comunic. e tec. Inform.	SC	SC	MS	CE
Vice ass ciencia e tecnologia	BA	BA	BA	BA
Vice ass. Dir Estaduais	TO	TO	PA	PA
Secretário-Geral	MT	MG	RS	RS
Tesoureiro	MS	MS	SH*	SH*

¶Antes da dissidência PSD

§Depois da dissidência PSD

* SH: Não possui histórico de atividade política identificada

Fonte: o autor a partir das atas de relações de membros dos órgãos executivos nacionais dos partidos disponível no TSE

Tabela 3: PT - Composições das Elites Estaduais nas Comissões Executivas Nacionais, por cargo e ano									
	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2008	2010	2014
Presidente	SP	SP	SP	SP	SP	SP	SP	SP	SP
1 Vice-Presidente	MG	SP	SP	SP	SP	SP	SP	CE	CE
2 Vice-Presidente	SP		SP	MG	MG	RS	ES	-	-
3 Vice-Presidente	SP	SP	SP	SP	SP	SP	SP	RN	RJ
Secretário Geral	SP	SP	SP	MG	SP	RS	SP	SP	MG
Tesouraria geral/Secretário de Finanças	-	SP	GO	GO	GO	SH [¶]	SH [¶]	SP	SE
1 Tesoureiro	BA	BA	SP	-	-	-	-	-	-
2 Tesoureiro	SP	SP	SP	-	-	-	-	-	-
1 Secretário	SP	-	SP	-	-	-	-	-	-
2 Secretário	PE	-	SP	-	-	-	-	-	-
Secretaria Organização	-	SP	-	SP	SP	MG	SP	SP	PR
Secretaria Comunicação	-	-	SP	SP	-	SP	MG	PR	RJ
Secretaria Formação Política	-	-	-	SP	SP	SP	SP	SP	SP
Secretário Sindical	-	-	RJ	RJ	-	-	-	-	-
Secretário Movimentos Populares	-	SP	-	BA	BA	PE	SP	SP	DF
Líder da Câmara	NI*	SP	SP	SP	BA	RS	PE	AC	AC
Líder do Senado	NI*	SE	AL	SP	AC	MS	SC	PE	PE
*NI: Não Informado									
¶SH: Não possui histórico de atividade política identificada									
Fonte: o autor a partir das atas de relações de membros dos órgãos executivos nacionais dos partidos disponível no TSE									

Tabela 4: Participação na Executiva Nacional do PFL por UF (1996-2003)														
	SC	BA	RN	MG	GO	AM	MA	PR	PE	PI	RJ	SP	MS	SE
Presidente	4													
1 Vice-Presidente			1						3					
2 Vice-Presidente			3	1										
3 Vice-Presidente				2							1			
4 Vice-Presidente							1				2			
Secretário Geral		4												
Primeiro Secretário					1							3		
Segundo Secretário						4								
Primeiro Tesoureiro							3						1	
Segundo Tesoureiro								3						1
Líder da Câmara									3					
Líder do Senado										3				
Total	4	4	4	3	1	4	4	3	6	3	3	3	1	1

Fonte: o autor a partir das atas de relações de membros dos órgãos executivos nacionais dos partidos disponível no TSE

Tabela 5: Participação dos estados na Executiva Nacional do DEM por UF (2008-2015)

	RN	RJ	PR	PE	PA	PB	SP	PE	DF	SE	AL	RS	MG	GO	AM	BA	PI	CE	MT	SC	MS	TO	AP
Presidente	3	1																					
Vice ass. Econômicos			2	1						1													
Vice ass. Des. Social					1	1	2																
Vice ass. Institucionais				1				3															
Vice ass Trab. E Habitação									1	1	2												
Vice ass educ., cult. E esporte												2	2										
Vice ass saude														3							1		
Vice ass direitos humanos													1		3								
Vice ass infra-estrutura e cidades		1				2							1										
Vice ass meio-ambiente																4							
Vice ass. Relações exteriores																	3						1
Vice ass. Segurança pública																		1	3				
Vice ass. Comunic. E tec. Inform																		1		2	1		
Vice ass ciencia e tecnologia																4							
Vice ass. Dir Estaduais					2																	2	
Secretário-Geral												2	1						1				
Tesoureiro																					2		
Total	3	2	2	2	3	3	2	3	1	2	2	4	5	3	3	8	3	2	4	2	4	2	1

Tabela 6: Participação na Executiva Nacional do PT por UF (1995-2014)																	
	SP	CE	MG	RS	ES	RJ	RN	SE	GO	BA	PR	AC	PE	MS	DF	AL	SC
Presidente	8																
1 Vice-Presidente	6	2	1														
2 Vice-Presidente	2		2	1	1												
3 Vice-Presidente	7					1	1										
Secretário Geral	6		2	1													
Tesouraria geral/Secretário de Finanças	2							1	3								
1 Tesoureiro	1									2							
2 Tesoureiro	3																
1 Secretário	2																
2 Secretário	1												1				
Secretaria Organização	5		1								1						
Secretaria Comunicação	3		1			1					1						
Secretaria Formação Política	5																
Secretário Sindical						2											
Secretário Movimentos Populares	3									2			1		1		
Líder da Câmara	3			1						1		2	1				
Líder do Senado	1							1				1	2	1		1	1
Total	58	2	7	3	1	4	1	2	3	5	2	3	5	1	1	1	1

As tabelas 4-6 contabilizam as participações das elites estaduais nas Executivas Nacionais entre 1996- 2015 no PFL/DEM e entre 1995-2014 no PT. Ainda como PFL, a CEN entre 1996 e 2003 chegou a ser composta por dirigentes de 14 unidades da federação com presença média de 3,14 cargos por estado componente. Por outro lado, como já observamos, na maioria dos casos as mesmas elites estaduais ocupam os mesmos cargos. Com o processo de refundação e reconfiguração do órgão, o Democratas, entre 2008 e 2015, ampliou o acesso a Executiva Nacional do partido a 23 estados e a presença média de cargos por estado passou a 2,72. Apesar dessa “fragmentação” da Executiva Nacional, as elites estaduais se apresentam de forma estável no partido – por permuta de cargos, em um primeiro momento, seguido de uma constância nas duas últimas composições.

A elite paulistana na Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2014 ocupou 58% dos cargos analisados. As segundas forças que mais ocuparam cargos foram da BA, MG e PE com taxas entre 7-5%. A supremacia paulista se mostra, como já mencionado, nos principais cargos do órgão.

ii. Evolução do Eleitorado

A melhor forma de começar a entender e descrever a competição pelas e atuação das executivas nas trajetórias eleitoral e organizacional talvez seja pela evolução das bases dos partidos – os eleitores filiados. Já que a recondução da cúpula ao órgão executivo, nas Convenções pefelistas/democratas e nos Encontros⁹⁷ petistas, e a reserva de um eleitorado estável estão vinculados a dinâmicas que cercam os filiados. Nessa medida, as tabelas 7-8 mostram, entre 2002 e 2014, a quantidade de filiados e as porcentagens do peso desses na base do partido e no número de eleitores por estado e ano.

O desenvolvimento das bases estaduais de ambos os partidos sofreram variações diferentes no período pesquisado. Enquanto PFL/DEM passou por uma breve variação negativa seguida de rápida recuperação do montante de sua base, o PT quase dobra número de filiados da organização entre 2002 e 2014.

⁹⁷ Em 2001, há uma mudança no estatuto do Partido dos Trabalhadores que institui o Programa de Eleições Diretas como método para a seleção de dirigências em todos os níveis do partido. Dessa forma, os Encontros partidários perdem sua centralidade no partido a partir de tal ano.

Já em relação à distribuição das bases pelo território, ambos os partidos se aproximam bastante. Os dois partidos mantiveram concentradas suas bases em um pequeno número de estados com baixa variação entre as UF's em quem possuíam maior peso. O PFL, em 2002, continha cerca de 70% de sua base concentrada em 9 estados e o PT 68% dos filiados em 8 estados. Já em 2014 a organização democrata passa por um pequeno declínio com 64% em 8 UF's, enquanto a petista mantinha os mesmos 68% em 8 estados. Essa pequena variação negativa do PFL/DEM se dá devido ao enfraquecimento da base do partido no RJ e PE em detrimento do crescimento do MT, mas BA, GO, MG, PR, RS, SC e SP mantêm seus números. As variações de peso das bases estaduais no PFL/DEM não correspondem de maneira clara as variações das elites estaduais nas composições das Executivas Nacionais do partido, reforçando, em alguma medida, o diagnóstico de Tarouco (1999) sobre a independência progressiva da cúpula do partido dos filiados.

No caso do PT, embora a base tenha praticamente dobrado em tamanho, as grandes forças se mantêm do início para o final do período analisado (BA, CE⁹⁸, MG, PR, RJ, RS e SP). Mostrando a estratégia acertada da elite petista na manutenção de sua hegemonia interna mesmo com a abertura das bases da organização. Com a flexibilização dos critérios de filiação partidária a partir do estatuto 1995 e a mudança do método eleitoral interno em 2001, substituição dos Encontros pelo Programa de Eleições Diretas, houve forte estímulo à ampliação dos filiados petistas (RIBEIRO, 2008) o que acabou por não comprometer em demasia a distribuição de forças internas das bases, possivelmente contribuindo, ao contrário, com o reforço da estabilidade da cúpula petista.

⁹⁸ Das bases petistas, apenas a do CE demonstra certa irregularidade no caminho, mesmo se mantendo como protagonista.

Tabela 7.1: Eleitores Filiados - PFL/DEM

UF	2002			2004			2006			2008		
	Filiados	Partido %	Eleitorado %	Filiados	Partido %	Eleitorado %	Filiados	Partido %	Eleitorado %	Filiados	Partido %	Eleitorado %
AC	2.591	0,253	0,701	1.765	0,167	0,456	2.163	0,211	0,525	2.020	0,202	0,456
AL	10.459	1,023	0,654	9.099	0,86	0,516	8.705	0,847	0,469	8.514	0,851	0,432
AM	9.175	0,898	0,602	10.468	0,99	0,631	10.208	0,994	0,573	10.386	1,039	0,545
AP	8.840	0,865	3,032	7.846	0,742	2,389	7.022	0,684	1,948	6.645	0,665	1,733
BA	99.015	9,686	1,157	95.054	8,987	1,062	89.738	8,736	0,987	78.368	7,837	0,857
CE	27.172	2,658	0,565	27.663	2,615	0,539	26.041	2,535	0,486	27.104	2,71	0,482
DF	6.359	0,622	0,417	12.670	1,198	0,835	18.744	1,825	1,133	18.239	1,824	1,091
ES	18.146	1,775	0,845	16.173	1,529	0,722	14.907	1,451	0,639	15.738	1,574	0,645
GO	41.850	4,094	1,243	44.776	4,233	1,240	43.640	4,248	1,169	40.623	4,062	1,050
MA	38.641	3,78	1,139	40.698	3,848	1,087	39.496	3,845	1,007	36.762	3,676	0,885
MG	136.650	13,367	1,078	138.942	13,137	1,047	134.733	13,116	0,987	138.489	13,849	0,986
MS	14.170	1,386	1,003	14.432	1,365	0,969	14.292	1,391	0,918	14.778	1,478	0,915
MT	15.526	1,519	0,895	37.589	3,554	2,045	37.257	3,627	1,920	44.704	4,471	2,245
PA	20.392	1,995	0,571	20.193	1,909	0,507	19.325	1,881	0,464	20.144	2,014	0,446
PB	35.140	3,437	1,514	37.058	3,504	1,504	35.345	3,441	1,376	35.637	3,564	1,345
PE	42.047	4,113	0,779	41.650	3,938	0,737	39.358	3,831	0,676	36.466	3,647	0,602
PI	32.034	3,134	1,732	31.928	3,019	1,607	29.625	2,884	1,429	27.042	2,704	1,239
PR	71.248	6,97	1,069	67.313	6,364	0,974	63.219	6,154	0,889	67.613	6,762	0,927
RJ	48.500	4,744	0,475	39.671	3,751	0,376	35.561	3,462	0,327	34.412	3,441	0,306
RN	21.406	2,094	1,117	22.469	2,124	1,114	23.083	2,247	1,101	23.112	2,311	1,067
RO	9.039	0,884	1,022	9.197	0,87	0,967	9.091	0,885	0,920	8.664	0,866	0,843
RR	837	0,082	0,401	3.701	0,35	1,725	3.684	0,359	1,582	3.589	0,359	1,449
RS	52.690	5,154	0,716	55.751	5,271	0,739	53.821	5,239	0,696	55.206	5,521	0,698
SC	110.073	10,767	2,844	109.273	10,331	2,736	109.588	10,668	2,633	115.510	11,551	2,657
SE	12.976	1,269	1,132	12.695	1,2	1,022	12.857	1,252	0,991	12.034	1,203	0,880
SP	115.619	11,31	0,450	129.279	12,223	0,478	126.033	12,269	0,450	98.770	9,877	0,339
TO	21.549	2,108	2,740	20.319	1,921	2,416	19.691	1,917	2,233	19.299	1,93	2,087
TOTAL	1.022.275			1.057.672			1.027.268			999.968		

Tabela 7.2: Eleitores Filiados - PFL/DEM									
	2010			2012			2014		
UF	Filiados	% Partido	% Eleitorado	Filiados	% Partido	% Eleitorado	Filiados	% Partido	% Eleitorado
AC	2.278	0,207	0,506	2.634	0,241	0,528	2.673	0,246	0,527
AL	10.222	0,927	0,514	10.243	0,935	0,550	10.417	0,957	0,522
AM	10.402	0,944	0,534	11.211	1,024	0,518	11.346	1,042	0,509
AP	6.687	0,607	1,705	6.669	0,609	1,490	6.591	0,606	1,445
BA	91.820	8,329	0,991	86.967	7,942	0,861	86.692	7,965	0,851
CE	28.276	2,565	0,495	28.324	2,587	0,458	28.243	2,595	0,451
DF	18.695	1,696	1,068	18.687	1,706	1,008	18.673	1,716	0,981
ES	16.647	1,51	0,675	16.741	1,529	0,638	16.777	1,541	0,631
GO	43.629	3,957	1,110	45.797	4,182	1,086	45.539	4,184	1,050
MA	40.570	3,68	0,970	40.942	3,739	0,899	40.734	3,743	0,906
MG	148.394	13,46	1,048	145.957	13,329	0,974	144.771	13,301	0,950
MS	16.860	1,529	1,027	16.852	1,539	0,951	16.789	1,543	0,924
MT	53.033	4,81	2,617	56.085	5,122	2,585	56.111	5,155	2,559
PA	20.795	1,886	0,452	23.678	2,162	0,464	23.830	2,189	0,459
PB	37.700	3,42	1,414	37.409	3,416	1,309	36.860	3,387	1,301
PE	38.821	3,521	0,636	38.196	3,488	0,589	38.046	3,496	0,598
PI	28.370	2,573	1,291	26.810	2,448	1,136	26.572	2,441	1,133
PR	72.120	6,542	0,977	73.326	6,696	0,950	72.810	6,69	0,926
RJ	40.348	3,66	0,355	37.523	3,427	0,316	37.489	3,444	0,309
RN	24.634	2,234	1,130	26.643	2,433	1,135	26.477	2,433	1,138
RO	8.961	0,813	0,861	9.160	0,836	0,829	9.206	0,846	0,815
RR	2.994	0,272	1,190	3.440	0,314	1,177	3.434	0,316	1,145
RS	57.808	5,244	0,726	59.101	5,397	0,711	58.744	5,397	0,701
SC	122.481	11,11	2,784	114.180	10,427	2,413	113.540	10,432	2,338
SE	12.683	1,15	0,920	12.638	1,154	0,913	12.610	1,159	0,867
SP	126.885	11,509	0,430	126.300	11,534	0,404	124.004	11,393	0,387
TO	20.253	1,837	2,206	19.457	1,777	1,964	19.347	1,778	1,940
TOTAL	1.102.460			1.095.060			1.088.415		

Tabela 8.1: Eleitores Filiados – PT

UF	2002			2004			2006			2008		
	Filiados	Partido %	Eleitorado %	Filiados	Partido %	Eleitorado %	Filiados	Partido %	Eleitorado %	Filiados	Partido %	Eleitorado %
AC	3.809	0,46	1,031	3.809	0,46	0,983	5.145	0,491	1,248	7.038	0,604	1,590
AL	5.565	0,671	0,348	5.565	0,671	0,316	5.388	0,514	0,291	6.602	0,567	0,335
AM	5.484	0,662	0,360	5.484	0,662	0,330	8.431	0,805	0,473	10.468	0,899	0,549
AP	2.784	0,336	0,955	2.784	0,336	0,848	5.005	0,478	1,389	6.014	0,516	1,569
BA	40.124	4,841	0,469	40.124	4,841	0,448	44.489	4,246	0,490	55.491	4,765	0,607
CE	27.927	3,37	0,581	27.927	3,37	0,544	36.115	3,447	0,674	44.841	3,85	0,797
DF	9.925	1,198	0,651	9.925	1,198	0,654	8.990	0,858	0,543	8.308	0,713	0,497
ES	16.006	1,931	0,745	16.006	1,931	0,715	17.149	1,637	0,735	19.508	1,675	0,800
GO	30.776	3,713	0,914	30.776	3,713	0,852	35.818	3,418	0,960	37.186	3,193	0,961
MA	10.420	1,257	0,307	10.420	1,257	0,278	12.756	1,217	0,325	18.062	1,551	0,435
MG	114.011	13,756	0,899	114.011	13,756	0,859	127.726	12,189	0,935	138.474	11,89	0,985
MS	20.625	2,489	1,460	20.625	2,489	1,384	33.775	3,223	2,169	31.601	2,713	1,956
MT	3.421	0,413	0,197	3.421	0,413	0,186	12.897	1,231	0,665	15.264	1,311	0,767
PA	25.330	3,056	0,709	25.330	3,056	0,636	25.878	2,47	0,622	37.325	3,205	0,826
PB	14.855	1,792	0,640	14.855	1,792	0,603	21.135	2,017	0,823	23.359	2,006	0,882
PE	27.507	3,319	0,510	27.507	3,319	0,487	32.762	3,127	0,562	41.074	3,527	0,678
PI	10.800	1,303	0,584	10.800	1,303	0,544	14.304	1,365	0,690	19.176	1,647	0,879
PR	46.742	5,64	0,701	46.742	5,64	0,676	60.072	5,733	0,845	65.659	5,638	0,900
RJ	48.748	5,882	0,477	48.748	5,882	0,462	75.200	7,177	0,692	87.903	7,548	0,783
RN	7.956	0,96	0,415	7.956	0,96	0,394	9.484	0,905	0,452	10.050	0,863	0,464
RO	10.046	1,212	1,136	10.046	1,212	1,056	10.886	1,039	1,102	11.571	0,994	1,126
RR	240	0,029	0,115	240	0,029	0,112	747	0,071	0,321	982	0,084	0,396
RS	98.657	11,904	1,341	98.657	11,904	1,308	108.734	10,377	1,406	114.852	9,861	1,452
SC	33.262	4,013	0,859	33.262	4,013	0,833	40.738	3,888	0,979	44.715	3,839	1,028
SE	7.378	0,89	0,643	7.378	0,89	0,594	12.165	1,161	0,938	14.420	1,238	1,054
SP	202.401	24,422	0,788	202.401	24,422	0,748	274.842	26,229	0,980	284.206	24,403	0,976
TO	3.724	0,449	0,474	3.724	0,449	0,443	7.117	0,679	0,807	10.334	0,887	1,118
TOTAL	828.523			828.781			1.047.851			1.164.651		

Tabela 8.2: Eleitores Filiados – PT

UF	2010			2012			2014		
	Filiados	% Partido	% Eleitorado	Filiados	% Partido	% Eleitorado	Filiados	% Partido	% Eleitorado
AC	6.230	0,522	1,383	7.818	0,513	1,568	9.082	0,572	1,790
AL	6.189	0,518	0,311	9.519	0,625	0,511	9.765	0,615	0,489
AM	6.063	0,508	0,311	15.950	1,046	0,737	16.335	1,029	0,733
AP	5.545	0,464	1,414	7.649	0,502	1,709	7.438	0,469	1,631
BA	59.496	4,984	0,642	80.955	5,311	0,802	84.237	5,309	0,827
CE	52.194	4,372	0,914	70.757	4,642	1,144	76.490	4,821	1,221
DF	7.475	0,626	0,427	8.442	0,554	0,456	14.307	0,902	0,752
ES	20.748	1,738	0,841	24.383	1,6	0,930	25.313	1,595	0,952
GO	32.484	2,721	0,827	47.649	3,126	1,130	48.281	3,043	1,113
MA	18.451	1,546	0,441	25.366	1,664	0,557	27.392	1,726	0,609
MG	137.831	11,546	0,973	174.634	11,457	1,165	178.937	11,277	1,174
MS	31.813	2,665	1,937	37.047	2,431	2,091	38.629	2,435	2,126
MT	14.121	1,183	0,697	20.525	1,347	0,946	21.047	1,326	0,960
PA	42.927	3,596	0,933	55.165	3,619	1,082	59.079	3,723	1,137
PB	23.286	1,951	0,873	28.809	1,89	1,008	29.031	1,83	1,025
PE	43.585	3,651	0,714	59.395	3,897	0,915	60.207	3,794	0,946
PI	21.712	1,819	0,988	26.444	1,735	1,120	27.104	1,708	1,155
PR	63.855	5,349	0,865	79.747	5,232	1,033	81.048	5,108	1,031
RJ	94.480	7,914	0,832	119.421	7,835	1,006	122.377	7,713	1,008
RN	8.559	0,717	0,393	12.661	0,831	0,539	12.714	0,801	0,547
RO	11.562	0,969	1,111	13.739	0,901	1,243	14.096	0,888	1,249
RR	1.048	0,088	0,417	1.316	0,086	0,450	1.302	0,082	0,434
RS	113.762	9,529	1,428	143.357	9,405	1,725	146.401	9,227	1,747
SC	44.087	3,693	1,002	55.744	3,657	1,178	58.244	3,671	1,200
SE	13.952	1,169	1,012	16.012	1,051	1,156	16.228	1,023	1,116
SP	302.412	25,332	1,024	368.875	24,201	1,181	389.076	24,521	1,215
TO	9.794	0,82	1,067	12.663	0,831	1,279	12.381	0,78	1,241
TOTAL	1.193.792			1.524.201			1.586.699		

Quanto à variação do peso das bases nos eleitorados estaduais, o PFL/DEM estabelece seus filiados pelo território nacional com uma presença média de 1% por UF nos anos analisados, apesar de passar por uma leve variação negativa. Por outro lado, o Partido dos Trabalhadores prolifera suas bases acentuadamente no país, saindo de médias estaduais de 0,678 para 1,090 por estado entre 2002 e 2014.

O número de estados com uma presença eleitoral mais efetiva da organização pefelista/democrata se mantém o mesmo, em dez UF's, entretanto, houve alterações entre os estados – BA, MA e SE dão lugar ao DF, MT e RR e no AP, GO PB, PI, RN, SC e TO as bases do partido permanecem fortes. Se compararmos as composições históricas da CEN no partido com as trajetórias da evolução das bases estaduais em seus pesos na filiação e nos eleitorados encontraremos uma correspondência maior com a segunda trajetória, principalmente após a refundação do partido em Democratas. Isto é, no que tange as bases estaduais do PFL/DEM, aparentemente, os caminhos da evolução do peso eleitoral corresponderam com mais precisão a variação das elites estaduais da cúpula do partido do que os caminhos da disposição estadual dos filiados.

A expansão do peso médio das bases petista é acompanhada da disseminação nos estados – os filiados da organização passam a ocupar, no período analisado, um peso eleitoral mais relevante em GO, MG, PI e SE e consolidam o protagonismo no AC, AP, CE, MS, RO, RS, SC, SP e TO. Entretanto, em contrapartida ao caso do PFL/DEM, essa variação do peso eleitoral das bases estaduais, durante o período estudado, não correspondeu com tanta fidedignidade a ampliação estável do peso estadual dos filiados e a estabilidade das composições da cúpula executiva petista.

iii. Fontes de captação e Distribuição do Fundo Partidário

As tabelas 9-10 dispõem dos dados referentes ao peso (em porcentagem) dos recursos próprios do partido (contribuições de filiados, doações, aplicações e receitas de eventos e etc) e públicos (fundo partidário e contribuições estatutárias) na receita dos Diretórios Nacionais do PFL/DEM⁹⁹ e PT entre 1995 e 2014.

⁹⁹ O PFL/DEM não possui contribuições dos filiados discriminados nas contas partidárias no período investigado.

Tabela 9: PFL/DEM - Peso das fontes de captação de recursos do DN 1995-2014

Ano	Recursos Públicos		Recursos Próprios
	Fundo Partidário	Contribuições Estatutárias	(Filiação+Doações+Eventos +Aplicações e etc)
1995	0,59		0,41*
1996	0,96		0,04*
1997	0,96	0,04	0
1998	0,96	0,04	0
1999	0,97	0,01	0,02
2000	0,97	0	0,03
2001	0,97	0	0,03
2002	0,99	0	0
2003	0,99	0	0,01
2004	0,95	0	0,04
2005	0,99	0	0,01
2007	0,98	0,01	0,01
2008	0,37	0	0,63
2009	0,95	0,01	0,05
2010	0,82	0,01	0,17
2011	0,99	0	0,01
2012	0,98	0	0,02
2013	0,99	0	0,01
2014	0,91	0	0,09

Fonte: o autor a partir das prestações de contas partidárias entregue ao TSE

*As contas partidárias do PFL em 1995 e 1996 não diferenciam as contribuições estatutárias de receitas próprias dos partidos

Tabela 10: PT- Peso das fontes de captação de recursos do DN 1995-2014

Ano	Recursos Públicos		Recursos Próprios	
	Fundo Partidário	Contribuições Estatutárias	Filiados	(Doações+Eventos+ Aplicações e etc)
1995	0,12	0,61	-	0,27
1996	0,72	0,20	0,02	0,06
1997	0,71	0,25	0,02	0,01
1998	0,71	0,21	0,04	0,04
1999	0,67	0,25	0,06	0,02
2000	0,71	0,14	0,00	0,14
2001	0,78	0,15	0,01	0,06
2002	0,70	0,07	0,00	0,22
2003	0,74	0,16	0,01	0,09
2004	0,52	0,15	0,00	0,32
2005	-	-	-	-
2006	-	-	-	-
2007	0,61	0,07	0,09	0,23
2008	0,28	0,04	0,02	0,67
2009	0,63	0,08	0,04	0,26
2010	0,37	0,05	0,02	0,57
2011	0,55	0,06	0,01	0,38
2012	0,52	0,08	0,02	0,38
2013	0,34	0,09	0,09	0,47
2014	0,41	0,15	0,05	0,38

Fonte: o autor a partir de RIBEIRO, 2008, p.102 e prestação de contas entregue ao TSE

Como as tabelas demonstram, os recursos públicos são, majoritariamente, as principais rendas do DN do Partido da Frente Liberal/Democratas nas últimas duas décadas – com destaque ao fundo partidário, que corresponde em média 91% dos recursos do órgão. As receitas nos anos de 1995 e 2008 do PFL/DEM chamam a atenção por desviarem da tendência dos demais anos¹⁰⁰. Os recursos públicos também compõem de forma decisiva as receitas do DN petista, entretanto na última década seu peso diminuiu consideravelmente em contrapartida ao aumento das doações, principalmente.

Contribuições estatutárias, em ambos os casos, e de filiados, pelo lado do PT, não pesaram decisivamente sobre as rendas dos partidos, o que somado aos demais achados aponta para um mesmo processo de sustentação financeira dos dois partidos: a dependência estatal para o financiamento da organização, contudo em graus distintos. Sendo que do lado do PFL/DEM temos um cenário majoritariamente estável dessa dependência ao Estado desde a segunda metade da década de 90. Promovendo, conjuntamente, uma forte autonomia financeira da cúpula do partido frente às oposições intrapartidárias e ao ambiente social e também uma forte sujeição da segurança/estabilidade das finanças do partido as formas tomadas pela Lei n° 9.096/1995, no que tange ao Fundo Partidário¹⁰¹. Do lado do PT a dependência estatal é contundente, mas decrescente, o que gera uma gradativa diversificação das fontes de receitas da organização e diminuição do grau de autonomia financeira da cúpula – principalmente, em relação aos grupos de interesse/doadores.

Olhando para as tabelas 11-12 que apresentam as porcentagens do Fundo Partidário distribuídos aos Diretórios Estaduais e aos institutos de fomento ideológico do PT e PFL/DEM, podemos observar tendências estáveis nas alocações de recursos em ambas as organizações, porém em patamares de concentração diferentes.

¹⁰⁰ As causas desses pontos fora da curva seriam porque em 1995 os valores do fundo partidário eram irrisórios perto dos demais anos e o ano 2008 foi a primeira eleição do partido após o período de transição/refundação em Democratas, o que atraiu bastantes doações.

¹⁰¹ Por exemplo, modificações nos critérios ou montantes alocados ou um acentuado declínio/crescimento no desempenho eleitoral do partido na Câmara dos Deputados teriam forte impacto na sustentação financeira do partido.

Tabela 11: PFL/DEM - Distribuição interna dos recursos do fundo partidário

Ano	Fundo Partidário	Percentual de Repasses para os DE's	Percentual de Repasses ao Instituto
1995	375859	0,21	0,14
1996	6939321	-	0,18
1997	6833143	0,52	0,23
1998	7040935	0,61	0,21
1999	9913150	0,34	0,2
2000	13723282	0,3	0,24
2001	17091395	0,26	0,26
2002	17741712	0,28	0,21
2003	18498069	0,26	0,21
2004	18087848	0,3	0,21
2005	17641778	0,28	0,2
2006	-	-	-
2007	15800832	0,33	0,2
2008	18578898	0,29	0,2
2009	20093810	0,27	0,2
2010	20699896	0,28	0,2
2011	23057747	0,31	0,2
2012	22301674	0,33	0,2
2013	18116832	0,24	0,2
2014	17946099	0,24	0,2

Fonte: o autor a partir das prestações de contas partidárias entregue ao TSE

Tabela 12: PT - Distribuição interna dos recursos do fundo partidário

Ano	Fundo Partidário	Percentual de Repasses para os DE's	Percentual de Repasses ao Instituto
1995	544448	-	-
1996	10676522	0,16	0,15
1997	10094377	0,2	0,2
1998	10133532	0,2	0,2
1999	11393344	0,22	0,2
2000	15889278	0,15	0,2
2001	17700577	0,21	0,2
2002	16281428	0,17	0,2
2003	25806565	0,31	0,2
2004	24966462	-	0,2
2005	-	-	-
2006	-	-	-
2007	23995607	0,13	0,2
2008	25383914	0,19	0,2
2009	27439497	0,15	0,2
2010	28301394	0,17	0,2
2011	51165935	0,21	0,2
2012	52824169	0,21	0,2
2013	58313464	0,23	0,21
2014	60679998	0,23	0,21

Fonte: o autor a partir das prestações de contas partidárias entregue ao TSE

Os dois partidos políticos cumprem o mínimo de repasse das verbas do fundo partidário aos institutos determinado por lei (20%). Entretanto, no que tange as porcentagens repassadas aos Diretórios Estaduais as médias entre as organizações são bem distintas no período: enquanto PFL/DEM reserva perto de um terço (31%) as instâncias estaduais, o PT distribui um quinto do fundo (20%). Tanto PFL/DEM como o PT¹⁰² concentram a maior parte da receita partidária nos Diretórios Nacionais tendo amplas margens de barganha sobre os entes subnacionais ao concentrarem a maior parte da receita de todo o partido.

O histórico das fontes de captação de recursos materiais no PT e no PFL/DEM, junto à alocação do fundo partidário entre os níveis organizativos, sugere uma autonomia financeira das cúpulas partidárias e uma hierarquização entre os órgãos nacionais e subnacionais, contudo em graus diferentes nos partidos em análise. O PFL/DEM como organização é altamente independente financeiramente frente outros atores intrapartidários (grupos de interesse, bases sociais, parlamentares e etc.) – e, por isso, muito suscetível as regulações do FP pelo Estado – e divide considerável parte de seu fundo com as instâncias estaduais, apesar de concentrar a maior parte dos recursos. Já o PT, principalmente nos últimos anos, passou a dividir o financiamento de sua organização entre recursos estatais e doações privadas – dando margem potencial de influência a grupos de interesse para intervir/influenciar a gestão da cúpula executiva – e aloca tais recursos de forma bastante desigual entre os níveis, concentrando como o PFL a maior parte dos meios materiais do partido.

i.v Repasses do Fundo Partidário aos Diretórios Estaduais

Dessas pequenas taxas do Fundo Partidário repassadas em média as organizações estaduais pelo PFL/DEM (31%) e PT (20%) também podemos encontrar padrões de concentração da renda interestaduais. As tabelas 13-14 apresentam, nesse intuito, os repasses dos Fundos Partidários feito pelos Diretórios Nacionais aos Estaduais entre 1997 e 2014.

¹⁰² Os estatutos do PT regulavam a porcentagem do fundo partidário em cada nível e, apesar da regra ter mudado por diversas vezes, o DN nunca deixou de obter no mínimo 48%.

O caso do Partido da Frente Liberal/Democratas apresenta duas tendências de concentrações separadas pelo momento de refundação do partido em 2006. Isto é, ainda como PFL o partido apresenta, em linhas gerais, seus repasses razoavelmente bem distribuídos – o caso que desvia com frequência desse padrão foi o Diretório da Bahia que foi bastante privilegiado no período. Já como Democratas, os repasses tomaram um formato mais estavelmente seletivo: entre 2007 e 2014, os Diretórios Estaduais do RN, PE, SE e PB passaram a ser privilegiados pelo DN democrata – forças, em sua maioria, com projeções na Executiva Nacional do partido. A divisão interna de recursos do PFL/DEM, em ambos os momentos, não se associou, aparentemente, a algum critério de proporcionalidade na evolução de suas bases filiadas – SC, SP e MG, por exemplo, possuem um repasse de verbas altamente desproporcionais ao seu peso nas bases do partido.

De forma contrária, os repasses aos Diretórios Estaduais no Partido dos Trabalhadores sempre foram regulados (RIBEIRO, 2008). As diversas formas estatutárias que a regra de divisão interna dos recursos tomou teve sempre como critério norteador o peso das bases estaduais do partido. Assim, entre 1997 e 2014, no Partido dos Trabalhadores a evolução da variação crescente da base repercutiu nos repasses do Fundo Partidário nos mesmos estados (com destaques SP, MG, RS e RJ que durante o período dominavam ao menos um terço dos repasses estaduais).

Outro ponto que chama a atenção é a diferença do montante de recursos repassados. Apesar do PFL/DEM reservar em média uma parcela maior do seu Fundo Partidário para os Diretórios Estaduais em relação ao PT, os montantes de recursos repassados pela organização petista começaram a superar a democrata a partir de 2011 em grandes volumes.

Tabela 13.1: PFL/DEM - Repasses Diretórios Estaduais

	1997		1998		1999		2000		2001	
	Repasses	Percentual dos Repasses	Repasses	Percentual dos Repasses	Repasses	Percentual dos Repasses	Repasses	Percentual dos Repasses	Repasses	% dos Repasses
AC	-	-	230000	0,05	105350	0,03	135000	0,03	163300	0,04
AL	131000	0,04	145000	0,03	90950	0,03	126000	0,03	152000	0,03
AP	52000	0,01	135000	0,03	122950	0,04	88000	0,02	187157	0,04
AM	129000	0,04	220000	0,05	127050	0,04	162500	0,04	192000	0,04
BA	368000	0,10	368000	0,09	240800	0,07	302500	0,07	338000	0,07
CE	109000	0,03	104000	0,02	114400	0,03	159500	0,04	144000	0,03
DF	69000	0,02	85000	0,02	107450	0,03	131000	0,03	204000	0,05
ES	107000	0,03	121000	0,03	86000	0,03	20000	0,00	-	-
GO	101000	0,03	92000	0,02	98900	0,03	133500	0,03	120000	0,03
MA	203000	0,06	191000	0,04	156650	0,05	202500	0,05	232000	0,05
MT	140000	0,04	150000	0,03	100700	0,03	128000	0,03	192000	0,04
MS	121000	0,03	109000	0,03	103200	0,03	140000	0,03	150000	0,03
MG	212000	0,06	170000	0,04	204800	0,06	200000	0,05	218000	0,05
PA	78000	0,02	52000	0,01	107500	0,03	-	-	60000	0,01
PB	87000	0,02	121000	0,03	140800	0,04	150500	0,04	176000	0,04
PR	167000	0,05	132000	0,03	179650	0,05	164500	0,04	190000	0,04
PE	200000	0,06	210000	0,05	148350	0,04	196100	0,05	210000	0,05
PI	198000	0,06	203000	0,05	134800	0,04	188000	0,05	204000	0,05
RJ	129000	0,04	198000	0,05	180700	0,05	157500	0,04	206000	0,05
RN	114000	0,03	185000	0,04	81000	0,02	46000	0,01	-	-
RS	83000	0,02	80000	0,02	90500	0,03	123500	0,03	144000	0,03
RO	99000	0,03	160000	0,04	68150	0,02	221000	0,05	130000	0,03
RR	140000	0,04	92000	0,02	50000	0,01	228550	0,06	119000	0,03
SC	152000	0,04	162000	0,04	139750	0,04	179500	0,04	208000	0,05
SP	129000	0,04	193000	0,04	196400	0,06	189000	0,05	216000	0,05
SE	115000	0,03	175000	0,04	96750	0,03	172500	0,04	160000	0,04
TO	121000	0,03	220000	0,05	124900	0,04	114000	0,03	191316	0,04
Total	3.554.000		4.303.000		3.398.450		4.059.150		4506773	

Tabela 13.2: PFL/DEM - Repasses Diretórios Estaduais

	2002		2003		2004		2005		2007	
	Repasses	Percentual dos Repasses	Repasses	Percentual dos Repasses	Repasses	Percentual dos Repasses	Repasses	Percentual dos Repasses	Repasses	Percentual dos Repasses
AC	146000	0,03	76000	0,02	-	-	96000	0,02	-	-
AL	152000	0,03	158000	0,03	160000	0,03	160000	0,03	160000	0,03
AP	152000	0,03	112923	0,02	190000	0,04	114000	0,02	154000	0,03
AM	194000	0,04	192000	0,04	192000	0,04	192000	0,04	192000	0,04
BA	336000	0,07	346000	0,07	352000	0,06	205000	0,04	-	-
CE	160000	0,03	185000	0,04	280000	0,05	160000	0,03	180000	0,04
DF	170000	0,03	176000	0,04	176000	0,03	176000	0,04	176000	0,03
ES	227113	0,05	150300	0,03	38000	0,01	166000	0,03	152000	0,03
GO	176000	0,04	187000	0,04	176000	0,03	176000	0,04	176000	0,03
MA	154000	0,03	35000	0,01	334200	0,06	267000	0,05	260000	0,05
MT	160000	0,03	203000	0,04	183000	0,03	198000	0,04	216000	0,04
MS	144000	0,03	160000	0,03	157000	0,03	152000	0,03	152000	0,03
MG	220000	0,04	244000	0,05	264000	0,05	234000	0,05	224000	0,04
PA	-	-	53000	0,01	190000	0,04	160000	0,03	195000	0,04
PB	176000	0,04	176000	0,04	176000	0,03	176000	0,04	176000	0,03
PR	184000	0,04	184000	0,04	198172	0,04	184000	0,04	184000	0,04
PE	204000	0,04	214000	0,04	236000	0,04	244000	0,05	298000	0,06
PI	176000	0,04	241000	0,05	222000	0,04	232000	0,05	276500	0,05
RJ	224000	0,04	216000	0,04	216000	0,04	126000	0,03	241000	0,05
RN	318000	0,06	196000	0,04	176000	0,03	186000	0,04	176000	0,03
RS	159000	0,03	246000	0,05	202000	0,04	210300	0,04	367000	0,07
RO	160000	0,03	160000	0,03	200000	0,04	160000	0,03	160000	0,03
RR	238000	0,05	144000	0,03	288000	0,05	182000	0,04	154000	0,03
SC	199276	0,04	222000	0,05	250000	0,05	207000	0,04	235000	0,05
SP	216000	0,04	216000	0,04	192230	0,04	216000	0,04	216000	0,04
SE	160000	0,03	170000	0,04	176000	0,03	176000	0,04	182000	0,04
TO	218000	0,04	188000	0,04	192000	0,04	230800	0,05	235000	0,05
Total	5023389		4851223		5416602		4986100		5137500	

Tabela 13.3: PFL/DEM - Repasses Diretórios Estaduais

	2008		2009		2010		2011	
	Repasses	Percentual dos Repasses	Repasses	Percentual dos Repasses	Repasses	Percentual dos Repasses	Repasses	Percentual dos Repasses
AC	-	-	26000	0,00	91000	0,02	152000	0,02
AL	160000	0,03	162000	0,03	170000	0,03	160000	0,02
AP	240000	0,04	121000	0,02	152000	0,03	428000	0,06
AM	192000	0,04	217000	0,04	192000	0,03	272000	0,04
BA	-	-	-	-	-	-	344000	0,05
CE	235000	0,04	241500	0,04	190000	0,03	160000	0,02
DF	176000	0,03	146000	0,03	116000	0,02	236000	0,03
ES	152000	0,03	76000	0,01	-	-	52000	0,01
GO	190000	0,03	286000	0,05	296000	0,05	296000	0,04
MA	250000	0,05	240000	0,04	240000	0,04	220000	0,03
MT	187000	0,03	188000	0,03	205000	0,04	154000	0,02
MS	152000	0,03	140000	0,03	114000	0,02	178000	0,03
MG	230000	0,04	234800	0,04	262000	0,04	286000	0,04
PA	266500	0,05	299000	0,05	290000	0,05	267356	0,04
PB	44000	0,01	296000	0,05	382000	0,07	356000	0,05
PR	183000	0,03	209000	0,04	191000	0,03	184000	0,03
PE	222000	0,04	363000	0,07	454000	0,08	675800	0,10
PI	317000	0,06	242000	0,04	217000	0,04	160000	0,02
RJ	256000	0,05	108000	0,02	144000	0,02	357000	0,05
RN	213500	0,04	269000	0,05	376000	0,06	381000	0,05
RS	368000	0,07	119000	0,02	88000	0,02	399000	0,06
RO	40000	0,01	-	-	-	-	-	-
RR	222000	0,04	212000	0,04	144000	0,02	-	-
SC	320000	0,06	455000	0,08	630000	0,11	192000	0,03
SP	296000	0,05	198000	0,04	216000	0,04	434000	0,06
SE	341000	0,06	326000	0,06	416620	0,07	496000	0,07
TO	212000	0,04	298500	0,05	251500	0,04	201000	0,03
Total	5465000		5472800		5828120		7041156	

Tabela 13.4: PFL/DEM - Repasses Diretórios Estaduais						
	2012		2013		2014	
	Repasses	Percentual dos Repasses	Repasses	Percentual dos Repasses	Repasses	Percentual dos Repasses
AC	76000	0,01	114000	0,03	255000	0,06
AL	133000	0,02	166500	0,04	180000	0,04
AP	46000	0,01	141000	0,03	70000	0,02
AM	258000	0,03	96000	0,02	40000	0,01
BA	643000	0,09	137500	0,03	375000	0,09
CE	149500	0,02	-	-	-	-
DF	180000	0,02	123000	0,03	161000	0,04
ES	120000	0,02	109000	0,02	70000	0,02
GO	336000	0,04	274000	0,06	203000	0,05
MA	180000	0,02	110000	0,02	117000	0,03
MT	206000	0,03	28000	0,01	155146	0,04
MS	126000	0,02	76000	0,02	106000	0,02
MG	298000	0,04	316000	0,07	275000	0,06
PA	321535	0,04	-	-	618000	0,14
PB	288000	0,04	345000	0,08	396000	0,09
PR	169156	0,02	176078	0,04	192000	0,04
PE	1319000	0,18	1237000	0,28	315000	0,07
PI	-	-	114000	0,03	-	-
RJ	192000	0,03	-	-	-	-
RN	424000	0,06	291000	0,07	301700	0,07
RS	369000	0,05	-	-	-	-
RO	-	-	-	-	-	-
RR	232000	0,03	96000	0,02	96000	0,02
SC	166000	0,02	89000	0,02	96000	0,02
SP	518000	0,07	108000	0,02	108000	0,02
SE	596530	0,08	214051	0,05	22000	0,01
TO	178000	0,02	64000	0,01	209000	0,05
Total	7524721		4425129		4360846	

Tabela 14.1: PT - Repasses Diretórios Estaduais

	1996		1997		1998		1999		2000	
	Repasses	Percentual dos Repasses	Repasses	Percentual dos Repasses	Repasses	Percentual dos Repasses	Repasses	Percentual dos Repasses	Repasses	Percentual dos Repasses
AC	18251	0,01	18996	0,01	11718	0,01	21343	0,01	10482	0,00
AL	20058	0,01	22192	0,01	17627	0,01	33633	0,01	52497	0,02
AM	19154	0,01	21097	0,01	20240	0,01	25487	0,01	-	-
AP	12528	0,01	10774	0,01	15159	0,01	15773	0,01	27731	0,01
BA	82407	0,05	96697	0,05	111910	0,06	134270	0,05	126968	0,06
CE	84817	0,05	98177	0,05	108044	0,05	133527	0,05	160290	0,07
DF	35945	0,02	44059	0,02	79498	0,04	87133	0,04	105126	0,05
ES	68853	0,04	81345	0,04	95687	0,05	95983	0,04	19289	0,01
GO	67045	0,04	76379	0,04	79797	0,04	106130	0,04	90338	0,04
MA	40238	0,02	43460	0,02	37500	0,02	50205	0,02	52497	0,02
MG	195058	0,11	226192	0,11	250869	0,12	302426	0,12	228574	0,10
MS	37648	0,02	45542	0,02	37971	0,02	46216	0,02	120605	0,05
MT	27142	0,02	34518	0,02	35336	0,02	9948	0,00	9797	0,00
PA	39636	0,02	47655	0,02	59686	0,03	72075	0,03	13044	0,01
PB	50479	0,03	54110	0,03	45118	0,02	56766	0,02	63947	0,03
PE	61021	0,04	77553	0,04	109895	0,05	28791	0,01	-	-
PI	50479	0,03	53696	0,03	42919	0,02	57299	0,02	67976	0,03
PR	64937	0,04	71442	0,04	66282	0,03	83055	0,03	121100	0,05
RJ	61500	0,04	87738	0,04	121761	0,06	149711	0,06	224126	0,10
RN	20660	0,01	17560	0,01	17986	0,01	25916	0,01	9951	0,00
RO	30901	0,02	33610	0,02	29910	0,01	37841	0,02	45210	0,02
RR	232	0,00	23239	0,01	12110	0,01	3539	0,00	11313	0,00
RS	118101	0,07	181861	0,09	189559	0,09	241497	0,10	132607	0,06
SC	52697	0,03	65534	0,03	61060	0,03	60480	0,02	14542	0,01
SE	24214	0,01	37067	0,02	43697	0,02	59756	0,02	58689	0,03
SP	435901	0,25	434935	0,21	301990	0,15	492275	0,20	504487	0,22
TO	20057	0,01	21009	0,01	16111	0,01	22091	0,01	37018	0,02
Total	1739959		2026437		2019440		2453166		2308204	

Tabela 14.2: PT - Repasses Diretórios Estaduais

	2001		2002		2003		2007		2008	
	Repasses	Percentual dos Repasses	Repasses	Percentual dos Repasses	Repasses	Percentual dos Repasses	Repasses	Percentual dos Repasses	Repasses	Percentual dos Repasses
AC	58381	0,02	-	-	8270	0,00	32273	0,01	85445	0,02
AL	72162	0,02	46132	0,02	98551	0,01	44917	0,01	55121	0,01
AM	7961	0,00	12749	0,00	43143	0,01	65531	0,02	118266	0,02
AP	27286	0,01	42214	0,01	103203	0,01	80320	0,03	69034	0,01
BA	160930	0,04	188736	0,07	356812	0,04	159086	0,05	298780	0,06
CE	192038	0,05	156710	0,06	290033	0,04	161589	0,05	320660	0,07
DF	130987	0,04	92756	0,03	256539	0,03	147421	0,05	145616	0,03
ES	28615	0,01	-	-	217016	0,03	75946	0,03	90915	0,02
GO	116226	0,03	18843	0,01	150144	0,02	24271	0,01	18192	0,00
MA	66754	0,02	49304	0,02	52900	0,01	105383	0,03	7880	0,00
MG	456719	0,12	277956	0,10	766373	0,10	221283	0,07	446473	0,09
MS	25044	0,01	83158	0,03	409819	0,05	231208	0,08	96385	0,02
MT	104841	0,03	62963	0,02	112570	0,01	82984	0,03	90915	0,02
PA	97640	0,03	148766	0,05	247742	0,03	9901	0,00	-	-
PB	26876	0,01	127269	0,05	233229	0,03	-	-	178917	0,04
PE	-	-	-	-	181560	0,02	45944	0,02	227668	0,05
PI	71447	0,02	14916	0,01	169264	0,02	71187	0,02	90915	0,02
PR	146137	0,04	133205	0,05	416377	0,05	174452	0,06	380832	0,08
RJ	251951	0,07	120034	0,04	438892	0,06	84010	0,03	331601	0,07
RN	74728	0,02	57193	0,02	118661	0,01	40483	0,01	6091	0,00
RO	59850	0,02	47980	0,02	94988	0,01	36271	0,01	30025	0,01
RR	40597	0,01	27006	0,01	68558	0,01	46489	0,02	58094	0,01
RS	605995	0,16	322963	0,11	994706	0,12	306110	0,10	397242	0,08
SC	104474	0,03	124168	0,04	169560	0,02	41570	0,01	42680	0,01
SE	74173	0,02	50635	0,02	135374	0,02	45532	0,02	48446	0,01
SP	619279	0,17	541163	0,19	1738693	0,22	681680	0,23	1238254	0,25
TO	51260	0,01	80835	0,03	96610	0,01	0	0,00	0	0,00
Total	3672351		2827654		7969587		3015841		4874447	

Tabela 14.3: PT - Repasses Diretórios Estaduais						
	2009		2010		2011	
	Repasses	Percentual dos Repasses	Repasses	Percentual dos Repasses	Repasses	Percentual dos Repasses
AC	98800	0,02	88935	0,02	166471	0,02
AL	9174	0,00	102820	0,02	176221	0,02
AM	136750	0,03	147672	0,03	281212	0,03
AP	79824	0,02	124936	0,02	245907	0,02
BA	231561	0,06	94079	0,02	641222	0,06
CE	370778	0,09	402418	0,08	506712	0,05
DF	168375	0,04	163608	0,03	404779	0,04
ES	105125	0,03	162066	0,03	316517	0,03
GO	126612	0,03	221398	0,04	413605	0,04
MA	18898	0,00	-	-	-	-
MG	516254	0,13	670992	0,13	1296225	0,12
MS	111450	0,03	209577	0,04	413605	0,04
MT	105125	0,03	190996	0,04	215032	0,02
PA	-	-	67503	0,01	-	-
PB	225301	0,05	227789	0,04	431257	0,04
PE	263251	0,06	423175	0,08	828436	0,08
PI	105125	0,03	157796	0,03	307691	0,03
PR	440353	0,11	305842	0,06	554824	0,05
RJ	225359	0,05	-	-	289866	0,03
RN	78981	0,02	113482	0,02	219429	0,02
RO	-	-	123973	0,02	184124	0,02
RR	67174	0,02	69167	0,01	131167	0,01
RS	459329	0,11	499616	0,10	-	-
SC	49785	0,01	201034	0,04	-	-
SE	111450	0,03	106816	0,02	181356	0,02
SP	-	-	375111	0,07	2302411	0,22
TO	-	-	-	-	165586	0,02
Total	4104834		5250801		10673655	

Tabela 14.4: PT - Repasses Diretórios Estaduais						
	2012		2013		2014	
	Repasses	Percentual dos Repasses	Repasses	Percentual dos Repasses	Repasses	Percentual dos Repasses
AC	173472	0,02	178421	0,01	189651	0,01
AL	-	-	120495	0,01	219816	0,02
AM	27693	0,00	276286	0,02	320368	0,02
AP	45631	0,00	457688	0,03	280147	0,02
BA	637707	0,06	755468	0,05	600405	0,04
CE	206558	0,02	386729	0,03	1097465	0,08
DF	215696	0,02	433836	0,03	461140	0,03
ES	264493	0,02	169334	0,01	210806	0,02
GO	412554	0,04	443295	0,03	471195	0,03
MA	288239	0,03	348698	0,03	370643	0,03
MG	1320041	0,12	1389274	0,10	1526903	0,11
MS	286746	0,03	147308	0,01	313162	0,02
MT	168951	0,02	348698	0,03	384851	0,03
PA	-	-	744290	0,05	662243	0,05
PB	293982	0,03	153526	0,01	409673	0,03
PE	845515	0,08	887905	0,06	943787	0,07
PI	316237	0,03	329778	0,02	350533	0,03
PR	568786	0,05	594652	0,04	632077	0,05
RJ	864027	0,08	916285	0,07	960874	0,07
RN	225485	0,02	235180	0,02	104608	0,01
RO	179521	0,02	197341	0,01	219761	0,02
RR	128722	0,01	140582	0,01	149430	0,01
RS	994921	0,09	899684	0,06	883562	0,06
SC	139716	0,01	398352	0,03	188204	0,01
SE	268715	0,02	280444	0,02	267137	0,02
SP	1842557	0,17	2497689	0,18	1232308	0,09
TO	243444	0,02	197535	0,01	280147	0,02
Total	10959409		13928773		13730896	

v. Estratégias Organizacionais

Essa rápida descrição das trajetórias organizacionais do PFL/DEM e do PT possibilitam algumas reflexões preliminares sobre possíveis padrões do conflito intrapartidário em ambos os casos estudados.

Partindo das composições das Comissões Executivas Nacionais, podemos observar que o caso do PFL/DEM apresenta duas trajetórias similares separadas pela reconfiguração do órgão no episódio de refundação do partido. Ambas as tendências apresentam disposição de arranjo forças semelhantes, mas em escalas diferentes. Ainda como PFL, entre 1993-2003, a CEN apresentava um formato restrito com um pequeno número de forças altamente cristalizadas. E após a refundação como DEM, a configuração do órgão foi modificada, mas volta a apresentar, após um primeiro momento de instabilidade, indícios de uma cristalização das forças só que em um grau mais fragmentado de elites estaduais. Por outro lado, o Partido dos Trabalhadores, entre 1995 e 2014, apresentou uma estabilidade do órgão e de sua disposição de forças. A supremacia paulista atravessou os quase vinte anos do período estudado ocupando os principais cargos do partido, apesar de nas últimas duas composições apresentarem traços de uma maior fragmentação/reorganização.

A descrição da evolução das bases estaduais dos partidos sinaliza padrões coniventes com as disposições das forças das Executivas, só que por aspectos diferentes. A ampliação estável das bases estaduais petistas – que apesar de dobrar em quantidade, mantêm suas proporções estáveis nas mesmas UF's –, associada a alteração do método eleitoral na seleção de dirigências, encaminha a manutenção das forças da cúpula petista (RIBEIRO, 2008). Já no caso do PFL/DEM as alterações as variações do peso eleitoral das bases acompanha a emergência das elites estaduais, principalmente após a refundação da organização.

A preponderância dos recursos estatais como principais fontes de captação de recursos dos casos em estudo garantem forte autonomia financeira das cúpulas partidárias frente aos demais atores intrapartidários. O PFL/DEM com quase toda sua receita oriunda do Fundo Partidário, tem nas figuras de seus dirigentes forte liberdade na gestão do partido, apesar do ponto de vista extrapartidário depender dos critérios de divisão das reservas estatais – como o desempenho nos pleitos da Câmara dos Deputados, por exemplo. O PT também tem no Fundo Partidário sua maior fonte de

renda, entretanto na última década começou a ter nas doações privadas uma crescente diversificação de suas receitas. Tal dinâmica diminui a dependência financeira do partido em relação as reservas estatais e aumenta em relação aos grupos de interesse prestadores.

A pequena parte das receitas partidárias direcionada aos Diretórios Estaduais de ambos os partidos – além de indicar a forte hierarquização entre os níveis partidários – concentram-se de forma a beneficiar, em grande parte, elites estaduais com projeções nas executivas nacionais. No caso do PT, a divisão desses recursos é ponderada pelo peso das bases estaduais de filiados – o que convenientemente garante a concentração dos repasses nas UF's das grandes elites petistas como os dados mostram. O Partido da Frente Liberal apresentava equilíbrio considerável na distribuição dos recursos aos Diretórios Estaduais – a exceção da Bahia. Entretanto com a refundação como Democratas, o padrão de alocação de recursos do partido passou a ser bem mais seletivo – privilegiando, principalmente, forças com projeções fortes na Executiva Nacional Partidária.

As divergentes trajetórias organizacionais do PT e PFL/DEM sugerem em seus diferentes caminhos movimentos de especialização da competição intrapartidária em determinadas elites estaduais. No caso do PT, a concentração da base de filiados em UF's específicas, blinda elites estaduais, componentes da cúpula do partido, a supostas ameaças/oposições intrapartidárias e, ao mesmo tempo, confere acesso a recursos organizacionais centrais a sua perpetuação no controle da máquina partidária em uma forte e estável estratégia de domínio. Do lado do PFL/DEM, os esforços bem sucedidos em centralizar e hierarquizar os órgãos executivos nacionais de forma a projetar cúpulas com alto potencial de cristalização nos momentos anterior e posterior a refundação indicam a estratégia de sobrevivência da organização – que projetou a autonomia da sua cúpula, em ambos os momentos do partido, nas reservas/recursos estatais.

e) As trajetórias eleitorais

Agora que observamos as trajetórias organizacionais nos casos do PT e do PFL/DEM – as dinâmicas do conflito pelo controle do partido –, passemos ao emprego/uso da máquina partidária nas competições pelo acesso as esferas de decisões – as trajetórias eleitorais.

i. Candidaturas

As tabelas 15-20 mostram o percentual de candidaturas distribuídas pelos partidos estudados por estado nos pleitos entre 1998 e 2014 para as eleições de Vereador, Deputado Estadual e Deputado Federal. No que tange a apresentação de candidaturas legislativas proporcionais nos níveis municipal, estadual e nacional, o PFL/DEM e o PT desenvolveram trajetórias com perfis próprios. Tanto em aspectos ligados ao montante de candidaturas e ao crescimento/declínio das frentes de disputa eleitoral como nos posicionamentos/reposicionamento dos partidos no território brasileiro e entre os três níveis de competição da federação, a caça eleitoral de ambas as organizações tomou rumos altamente diferentes no período pesquisado.

O Partido da Frente Liberal/Democratas apresentou, em termos gerais, uma tendência de diminuição gradativa dos números totais de candidaturas em todos os níveis da competição eleitoral, reduzindo entre 45-50% a presença de seus quadros nas disputas eleitorais. Já o Partido dos Trabalhadores demonstrou uma tendência de crescimento no total de candidaturas lançadas e em todos os níveis de disputa, entretanto, de forma diversa – mais acentuada a nível municipal (56%) e estadual (21%) do que a nível nacional (11%).

Em relação aos posicionamentos dos partidos no território brasileiro e nos três escrutínios legislativo proporcionais, as candidaturas tanto do PFL/DEM e como PT se distribuíram de forma dispersa nas circunscrições eleitorais, contudo, com focos diferentes. As trajetórias de alocação das candidaturas para vereador foi o ponto de maior aproximação entre ambos os partidos – a presença nos embates em todas as unidades da federação junto a uma concentração de potenciais quadros em grandes colégios eleitorais brasileiros (SP, MG, SC, RS, PR e BA). Por outro lado, os demais níveis eleitorais de pefelistas/democratas e petista mostraram com mais clareza os focos da caça eleitoral de cada partido. As concentrações de candidaturas do PT para os legislativos estaduais e nacionais visaram o território mais ao sul do país (MG, PR, RJ, RS, SC e SP) e o estado da Bahia, ao passo que as do PFL/DEM o território mais ao norte (AM, AC, BA, CE, PE e PA) e os grandes eleitorados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Tabela 15: Percentual de candidaturas dos Vereadores - PFL/DEM

	2000	2004	2008	2012
AC	0,00	0,00	0,00	0,00
AL	0,01	0,01	0,01	0,02
AM	0,01	0,01	0,01	0,01
AP	0,00	0,00	0,00	0,00
BA	0,09	0,10	0,07	0,05
CE	0,02	0,01	0,01	0,01
ES	0,02	0,01	0,01	0,02
GO	0,04	0,04	0,03	0,05
MA	0,04	0,04	0,03	0,03
MG	0,17	0,17	0,19	0,20
MS	0,01	0,01	0,02	0,02
MT	0,03	0,03	0,03	0,04
PA	0,02	0,03	0,03	0,03
PB	0,04	0,04	0,04	0,04
PE	0,04	0,04	0,03	0,02
PI	0,03	0,03	0,02	0,01
PR	0,07	0,06	0,07	0,08
RJ	0,02	0,03	0,02	0,03
RN	0,02	0,03	0,02	0,03
RO	0,01	0,01	0,01	0,01
RR	0,00	0,00	0,00	0,00
RS	0,04	0,04	0,04	0,04
SC	0,05	0,06	0,07	0,03
SE	0,02	0,02	0,01	0,01
SP	0,15	0,17	0,20	0,19
TO	0,03	0,03	0,03	0,02
Total	41.867	27.687	23.810	20.717

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Tabela 16: Percentual de candidaturas dos Vereadores - PT

	2000	2004	2008	2012
AC	0,01	0,01	0,01	0,01
AL	0,01	0,01	0,01	0,01
AM	0,01	0,01	0,01	0,01
AP	0,00	0,00	0,00	0,00
BA	0,05	0,07	0,09	0,09
CE	0,03	0,03	0,03	0,03
ES	0,01	0,02	0,02	0,02
GO	0,02	0,04	0,03	0,03
MA	0,02	0,03	0,03	0,03
MG	0,17	0,16	0,16	0,17
MS	0,03	0,02	0,02	0,02
MT	0,02	0,03	0,03	0,02
PA	0,04	0,04	0,05	0,04
PB	0,02	0,02	0,02	0,02
PE	0,02	0,03	0,03	0,03
PI	0,01	0,02	0,02	0,02
PR	0,07	0,08	0,07	0,07
RJ	0,04	0,03	0,03	0,03
RN	0,01	0,02	0,01	0,01
RO	0,02	0,02	0,02	0,01
RR	0,00	0,00	0,00	0,00
RS	0,14	0,08	0,08	0,09
SC	0,06	0,05	0,05	0,05
SE	0,01	0,01	0,01	0,01
SP	0,17	0,16	0,16	0,17
TO	0,01	0,02	0,02	0,02
Total	24.879	30.138	29.814	38.784

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Tabela 17: Percentual das candidaturas dos Deputados Estaduais - PFL/DEM

	1998	2002	2006	2010	2014
AC	0,03	0,03	0,01	0,02	0,08
AL	0,01	0,01	0,01	0,04	0,02
AM	0,05	0,03	0,05	0,05	0,10
AP	0,03	0,01	0,03	0,04	0,02
BA	0,05	0,05	0,06	0,05	0,08
CE	0,03	0,02	0,06	0,06	0,04
DF	0,05	0,08	0,12	0,06	0,14
ES	0,03	0,03	0,03	0,02	0,04
GO	0,03	0,06	0,05	0,02	0,04
MA	0,03	0,08	0,02	0,01	0,01
MG	0,05	0,06	0,03	0,03	0,04
MS	0,01	0,01	0,00	0,02	0,01
MT	0,03	0,03	0,03	0,02	0,04
PA	0,05	0,02	0,02	0,02	0,08
PB	0,03	0,03	0,03	0,02	0,03
PE	0,05	0,03	0,05	0,06	0,01
PI	0,04	0,04	0,03	0,02	0,01
PR	0,05	0,05	0,04	0,03	0,03
RJ	0,12	0,09	0,12	0,11	0,21
RN	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02
RO	0,04	0,03	0,02	0,02	0,04
RR	0,03	0,03	0,03	0,02	0,01
RS	0,02	0,06	0,05	0,07	0,04
SC	0,04	0,06	0,03	0,04	0,02
SE	0,02	0,04	0,02	0,03	0,03
SP	0,06	0,05	0,10	0,07	0,07
TO	0,04	0,04	0,05	0,04	0,01
Total	663	501	533	495	332

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Tabela 18: Percentual das candidaturas dos Deputados Estaduais - PT

	1998	2002	2006	2010	2014
AC	0,02	0,03	0,03	0,02	0,03
AL	0,01	0,01	0,01	0,02	0,02
AM	0,01	0,01	0,01	0,02	0,01
AP	0,02	0,02	0,02	0,02	0,01
BA	0,04	0,05	0,06	0,04	0,06
CE	0,01	0,02	0,03	0,02	0,02
DF	0,05	0,04	0,04	0,04	0,04
ES	0,03	0,03	0,03	0,02	0,02
GO	0,05	0,07	0,06	0,05	0,06
MA	0,04	0,03	0,03	0,04	0,03
MG	0,10	0,06	0,08	0,09	0,08
MS	0,03	0,02	0,03	0,02	0,03
MT	0,02	0,03	0,02	0,01	0,01
PA	0,04	0,03	0,03	0,04	0,05
PB	0,02	0,03	0,02	0,03	0,02
PE	0,02	0,03	0,04	0,02	0,02
PI	0,02	0,02	0,01	0,02	0,02
PR	0,07	0,06	0,06	0,03	0,04
RJ	0,07	0,07	0,07	0,08	0,08
RN	0,02	0,03	0,01	0,02	0,03
RO	0,03	0,03	0,05	0,03	0,03
RR	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
RS	0,08	0,07	0,05	0,09	0,07
SC	0,05	0,04	0,05	0,05	0,03
SE	0,02	0,02	0,01	0,01	0,01
SP	0,14	0,13	0,15	0,11	0,12
TO	0,02	0,03	0,04	0,03	0,03
Total	683	982	738	871	829

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Tabela 19: Percentual das candidaturas dos Deputados Federais - PFL/ DEM

	1998	2002	2006	2010	2014
AC	0,05	0,01	0,02	0,01	0,05
AL	0,01	0,01	0,02	0,02	0,03
AM	0,03	0,04	0,04	0,02	0,01
AP	0,02	0,00	0,01	0,03	0,02
BA	0,10	0,11	0,09	0,08	0,13
CE	0,01	0,05	0,02	0,04	0,04
DF	0,01	0,03	0,06	0,01	0,01
ES	0,03	0,03	0,02	0,01	0,08
GO	0,01	0,01	0,02	0,04	0,03
MA	0,03	0,06	0,02	0,02	0,01
MG	0,07	0,11	0,06	0,07	0,09
MS	0,02	0,01	0,00	0,02	0,03
MT	0,02	0,02	0,03	0,02	0,01
PA	0,03	0,01	0,02	0,03	0,06
PB	0,03	0,02	0,02	0,02	0,01
PE	0,05	0,03	0,05	0,04	0,01
PI	0,03	0,04	0,04	0,03	0,02
PR	0,05	0,04	0,05	0,04	0,03
RJ	0,15	0,09	0,10	0,16	0,18
RN	0,01	0,02	0,01	0,00	0,01
RO	0,03	0,05	0,00	0,01	0,01
RR	0,01	0,03	0,02	0,03	0,01
RS	0,02	0,03	0,03	0,07	0,02
SC	0,03	0,04	0,04	0,04	0,02
SE	0,02	0,03	0,02	0,04	0,01
SP	0,09	0,08	0,16	0,13	0,08
TO	0,03	0,02	0,03	0,02	0,01
Total	273	226	227	191	154

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Tabela 20: Percentual das candidaturas dos Deputados Federais - PT

	1998	2002	2006	2010	2014
AC	0,02	0,02	0,01	0,02	0,03
AL	0,01	0,01	0,01	0,01	0,00
AM	0,01	0,01	0,01	0,01	0,02
AP	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01
BA	0,03	0,04	0,06	0,06	0,06
CE	0,02	0,02	0,03	0,02	0,03
DF	0,03	0,02	0,03	0,02	0,03
ES	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02
GO	0,03	0,05	0,03	0,03	0,02
MA	0,03	0,01	0,02	0,02	0,06
MG	0,11	0,11	0,11	0,11	0,10
MS	0,03	0,02	0,03	0,02	0,02
MT	0,03	0,02	0,03	0,02	0,01
PA	0,03	0,02	0,03	0,03	0,02
PB	0,03	0,03	0,01	0,03	0,02
PE	0,01	0,03	0,03	0,02	0,02
PI	0,03	0,02	0,01	0,02	0,02
PR	0,06	0,07	0,07	0,03	0,05
RJ	0,07	0,07	0,07	0,13	0,10
RN	0,04	0,03	0,01	0,01	0,02
RO	0,02	0,04	0,03	0,04	0,03
RR	0,01	0,00	0,01	0,01	0,01
RS	0,10	0,07	0,08	0,06	0,05
SC	0,04	0,05	0,05	0,05	0,05
SE	0,01	0,03	0,02	0,01	0,01
SP	0,14	0,14	0,16	0,17	0,19
TO	0,02	0,03	0,02	0,01	0,00
Total	327	419	349	340	364

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

É possível observar na trajetória das candidaturas pefelistas/democratas uma tendência de especificação na estratégia de posicionamento na arena eleitoral: um movimento de redução das frentes de embate eleitoral associado à concentração dos candidatos em pontos estratégicos. Observando as tabelas de candidaturas para Deputados Estaduais e Federais esse movimento fica mais evidente, é perceptível o aumento da proporção de candidaturas apresentadas pelo partido em determinados estados, com destaque ao Rio de Janeiro e à Bahia, em detrimento ao volume minimizado nos demais. No conflito eleitoral entre 1998-2014, PFL/DEM sinaliza uma alteração do comportamento eleitoral pelo rearranjo dos quadros em um menor número de estados. Em contrapartida, a organização petista, apesar de passar por um notório crescimento de suas capacidades potenciais de caça, pelo vertiginoso aumento dos candidatos apresentados, manteve o posicionamento de suas forças proporcionalmente estáveis nas unidades da federação – com as exceções mais evidentes nos casos de declínio no estado do Maranhão e crescimento em São Paulo no nível nacional. Os aumentos das frentes de embate eleitoral petista pelo país cresceram, em termos gerais, de forma um tanto quanto homogênea, mantendo uma variação pequena na disposição de forças entre os estados no período estudado. Nos escrutínios legislativos proporcionais, por todo território e nos três níveis de disputa, o Partido dos Trabalhadores cresce em quantidade de candidaturas lançadas, mas mantém estáveis seus posicionamentos.

As disposições das candidaturas às eleições majoritárias, para os Executivos municipais e estaduais e para o Senado, ratificam e salientam, em grande medida, as tendências eleitorais descritas.

Entre 1998 e 2014, PFL/DEM tem uma queda acelerada do número de candidaturas para Prefeito, Governador e Senador. Nas eleições para os Executivos municipais, a partir de 2000, o número de candidaturas entra em queda livre, variando entre diferenças entorno de 44% e 67% em relação ao ano destacado. Nas outras duas disputas as trajetórias de declínio se mantêm acentuadas: nas eleições para Governadores o partido saiu de doze candidaturas em 1998 para duas em 2014; e nos embates eleitorais para Senadores o declínio é mais suave, entretanto mantendo altas taxas de decréscimo (50%).

Tabela 21: Candidaturas dos Senadores - PFL/DEM

	1998	2002*	2006	2010*	2014
AC			1		
AL	1	1	1		1
AM		1	1		
AP					1
BA	1	2	1	2	
CE			1		
DF		1	1	1	
ES	1	1			
GO		1	1	1	1
MA		2			
MG		1	1		
MS	1			1	
MT		1	1	1	
PA	1				
PB		2		1	
PE	1	1		1	
PI	1	1	1	1	
PR		1			
RJ				1	1
RN		2	1	1	
RO	1	1			
RR		1			
RS					
SC	1	1	1		
SE	1		1	1	1
SP		1	1		
TO	1	2	1		
Total	11	24	15	12	5

* Anos em que o Senado renovou 2/3

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Tabela 22: Candidaturas dos Senadores - PT

	1998	2002*	2006	2010*	2014
AC	1	1	1	1	
AL	1				
AM	1			1	1
AP		1		1	1
BA		1		1	
CE		1		1	
DF	1	1			1
ES		1			1
GO		1		1	1
MA	1	1	1		
MG		1		1	
MS		1	1	1	1
MT	1	1		1	
PA	1	1	1		1
PB	1				1
PE	1	1		1	1
PI	1	1		2	
PR	1	1	1	1	
RJ		1		1	
RN	1	1		1	1
RO	1	1		1	
RR		1		1	
RS		1	1	1	1
SC		1	1	1	1
SE			1		1
SP	1	1	1	1	1
TO	1	1	1	1	
Total	15	23	10	21	14

* Anos em que o Senado renovou 2/3

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Tabela 23: Percentual das candidaturas dos Prefeitos PFL/ DEM

	2000	2004	2008	2012
AC	0,00	0,00	0,00	0,00
AL	0,01	0,01	0,01	0,02
AM	0,02	0,01	0,01	0,01
AP	0,00	-	0,00	0,01
BA	0,12	0,13	0,09	0,04
CE	0,02	0,01	0,01	0,01
ES	0,02	0,01	0,01	0,01
GO	0,04	0,04	0,03	0,07
MA	0,07	0,07	0,04	0,03
MG	0,16	0,13	0,19	0,22
MS	0,01	0,01	0,01	0,01
MT	0,03	0,04	0,04	0,04
PA	0,01	0,01	0,02	0,02
PB	0,05	0,06	0,07	0,07
PE	0,05	0,05	0,03	0,02
PI	0,05	0,06	0,02	0,01
PR	0,07	0,05	0,05	0,07
RJ	0,01	0,02	0,01	0,01
RN	0,04	0,04	0,02	0,07
RO	0,02	0,01	0,01	0,00
RR	0,00	0,00	0,00	0,00
RS	0,02	0,03	0,03	0,03
SC	0,06	0,06	0,09	0,01
SE	0,02	0,03	0,02	0,02
SP	0,09	0,12	0,15	0,16
TO	0,04	0,04	0,05	0,03
Total	2.290	1.287	1.235	751

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Tabela 24: Percentual das candidaturas dos Prefeitos PT

	2000	2004	2008	2012
AC	0,01	0,01	0,01	0,01
AL	0,01	0,01	0,01	0,01
AM	0,01	0,00	0,02	0,01
AP	0,00	0,00	0,00	0,00
BA	0,08	0,09	0,12	0,12
CE	0,02	0,03	0,03	0,03
ES	0,01	0,01	0,01	0,01
GO	0,01	0,04	0,03	0,03
MA	0,02	0,02	0,02	0,03
MG	0,14	0,14	0,15	0,17
MS	0,03	0,03	0,02	0,01
MT	0,02	0,03	0,02	0,02
PA	0,05	0,04	0,05	0,03
PB	0,02	0,02	0,02	0,02
PE	0,02	0,03	0,02	0,03
PI	0,02	0,03	0,03	0,03
PR	0,05	0,07	0,07	0,06
RJ	0,02	0,02	0,02	0,02
RN	0,02	0,02	0,02	0,01
RO	0,03	0,02	0,02	0,01
RR	-	0,00	0,00	0,00
RS	0,20	0,09	0,09	0,11
SC	0,09	0,08	0,06	0,05
SE	0,01	0,01	0,01	0,01
SP	0,13	0,13	0,13	0,14
TO	0,01	0,03	0,02	0,02
Total	1.303	1.408	1.647	1.812

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

**Tabela 25: Candidaturas dos Governadores
PFL/ DEM**

	1998	2002	2006	2010	2014
AC	1				1
AL					
AM	1		1		
AP					
BA	1	1	1	1	1
CE					
DF			1		
ES		1			
GO			1		
MA	1	1	1		
MG					
MS					
MT	1				
PA					
PB					
PE			1		
PI	1	1			
PR	1				
RJ	1	1			
RN	1			1	
RO	1	1			
RR					
RS					
SC				1	
SE	1	1	1	1	
SP					
TO	1	1			
Total	12	8	7	4	0

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

**Tabela 26: Candidaturas dos Governadores
PT**

	1998	2002	2006	2010	2014
AC	1	1	1	1	1
AL		1	1		
AM		1			
AP		1	1		
BA	1	1	1	1	1
CE	1	1			1
DF	1	1	1	1	1
ES					1
GO	1	1			1
MA	1	1			
MG	1	1	1		1
MS	1	1	1	1	1
MT	1	1	1		1
PA		1	1	1	
PB		1			
PE		1	1		
PI		1	1		1
PR		1	1		1
RJ		1	1		1
RN	1	1			
RO	1		1	1	1
RR	1				1
RS	1	1	1	1	1
SC	1	1	1	1	1
SE		1	1	1	
SP	1	1	1	1	
TO	1	1			
Total	16	24	18	10	16

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Do outro lado, o Partido dos Trabalhadores apresentou crescimento de candidaturas apenas nas eleições para prefeito, mas manteve seus traços de estabilização na alocação de candidaturas nas eleições majoritárias. O crescimento a em relação ao ano de 2000 nas candidaturas às eleições para prefeito variaram entre 8% a 39% e para as candidaturas para Governadores e Senadores a amplitude da variação foi alta – com destaque a 2006 com dez candidaturas nas eleições para Senadores e 2002 e 2010 com 24 e 10 candidaturas nas eleições para Governadores respectivamente –, entretanto, entre o início e final do período analisado, os montantes dos candidatos se mantiveram com regularidade.

Quanto às estratégias de posicionamento das candidaturas pelos estados nos níveis de disputas majoritários, as organizações partidárias em estudo desempenharam estratégias semelhantes as dos embates proporcionais. O Partido da Frente Liberal/Democratas passou por um processo de diminuição e reposicionamento dos seus candidatos em um menor número de estados em todos os níveis de disputas majoritários – com uma forte frente eleitoral no estado da Bahia e também, mas de forma menos aguda, aos estados do Sergipe, Goiás, Santa Catarina, Distrito Federal e Rio Grande do Norte. O Partido dos Trabalhadores, no nível das prefeituras municipais, manteve a distribuição da proporção de candidaturas dispersa e estável na maioria dos estados – com exceção ao declínio de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e a ascensão da Bahia e Minas Gerais. Para Senadores e Governadores, o posicionamento das candidaturas manteve trajetória dos escrutínios legislativos. O ponto mais fora da trajetória nas eleições majoritárias foi o pleito para Governador no ano de 2002, no qual o PT lança 24 candidaturas, evento que não se repetiu no período analisado.

ii. Apoio Eleitoral

A partir da divisão entre as votações totais (votos nominais + legenda) e de legenda para Vereadores, Deputados Estaduais e Deputados Federais canalizadas pelo PFL/DEM e PT e as votações totais (votos nominais + legenda) e de legenda por estado e ano de cada um desses pleitos, é possível nos aprofundarmos um pouco mais na trajetória eleitoral das organizações estudadas. As tabelas 27-32 mostram a evolução histórica do peso eleitoral do PFL/DEM e do PT por UF nos níveis municipal, estadual e nacional – dispõe a variação das taxas de votações totais (votos nominais + legenda) e

de legenda dos partidos em estudo por estado em cada escrutínio proporcional entre 1998 e 2014.

O caminho traçado pelo PFL/DEM nas eleições proporcionais marca uma forte tendência de declínio do apoio eleitoral em todos os níveis de disputa, tanto nos votos totais como nos de legenda. Já o Partido dos Trabalhadores exibe uma tendência de estabilidade em seu apoio eleitoral nos três níveis de embate eleitoral, com sutil crescimento em sua votação total e sutil declínio nos seus votos de legenda.

O ápice do forte e capilar desempenho eleitoral do então PFL de 1998 – no qual desfrutava de elevados percentuais de apoio eleitoral total e de legenda respectivamente de 12% e 13% para Vereadores, 13% e 8% para Deputados Estaduais e 17% e 7% para Deputados Federais – passa, principalmente após 2006, por um nítido declínio – reduzindo as suas respectivas taxas de apoio eleitoral total e de legenda em todos os níveis de disputas em 2014 para valores entre 3-4%. Já o Partido dos Trabalhadores apresentou um desempenho eleitoral com taxas sólidas¹⁰³ – com amplitudes de variação, majoritariamente, de 3% para mais ou menos na sequência das eleições – obtendo, entre 1998 e 2014, uma variação de apoio eleitoral total e de legenda, respectivamente, para Vereador entre 9-12% e 18-17%; para Deputado Estadual entre 11-12% e 23-20%; e para Deputado Federal entre 13-14% e 25-21%. Entretanto é possível destacar sutis movimentos nas trajetórias de votações obtidas pela organização petista: um leve crescimento das votações totais e tênue declínio dos votos de legenda.

Quanto ao posicionamento de ambos os partidos nos estados e nos três níveis de disputa as trajetórias se distanciam novamente. O progressivo declínio eleitoral do PFL/DEM afeta sua capilaridade e força nos estados brasileiros. A organização que no final da década de 90 possuía ao menos 10% dos votos totais para Vereador em 22 estados, em 2014 não obtivera em nenhuma unidade da federação tal peso – sendo suas maiores expressões taxas de apoio eleitoral entre 5-9% em apenas 11 estados. Nas eleições para Deputados Estaduais e Federais a tendência se manteve, porém de forma mais agressiva. O desempenho eleitoral do Partido da Frente Liberal – que gozava nas

¹⁰³ A exceção das eleições proporcionais de 2014 no nível nacional, em relação ao apoio dos votos de legenda, e 2002, na qual as taxas de apoio eleitoral total e de legenda tiveram forte impulso freado nos escrutínios seguintes.

Tabela 27: Percentual de Votos Totais e de Legenda do PFL/DEM para Vereadores, por estado e ano

Vereador	2000		2004		2008		2012	
	Total	Legenda	Total	Legenda	Total	Legenda	Total	Legenda
AC	0,11	0,09	0,06	0,04	0,01	0,01	0,03	0,02
AL	0,10	0,10	0,05	0,03	0,04	0,03	0,05	0,06
AM	0,10	0,08	0,10	0,24	0,03	0,02	0,04	0,03
AP	0,12	0,10	0,07	0,03	0,06	0,02	0,05	0,06
BA	0,19	0,26	0,17	0,23	0,10	0,13	0,04	0,10
CE	0,07	0,12	0,04	0,09	0,03	0,08	0,03	0,05
ES	0,10	0,08	0,04	0,03	0,05	0,06	0,04	0,05
GO	0,11	0,11	0,07	0,08	0,04	0,04	0,04	0,04
MA	0,16	0,17	0,11	0,14	0,06	0,06	0,05	0,04
MG	0,12	0,13	0,09	0,09	0,08	0,07	0,06	0,06
MS	0,10	0,06	0,06	0,03	0,10	0,05	0,06	0,02
MT	0,16	0,16	0,13	0,13	0,11	0,13	0,07	0,08
PA	0,07	0,07	0,07	0,04	0,06	0,06	0,04	0,03
PB	0,17	0,16	0,13	0,11	0,10	0,08	0,07	0,07
PE	0,15	0,22	0,11	0,12	0,07	0,09	0,03	0,03
PI	0,18	0,18	0,14	0,14	0,06	0,05	0,03	0,02
PR	0,15	0,18	0,08	0,06	0,07	0,03	0,05	0,04
RJ	0,12	0,16	0,14	0,21	0,08	0,04	0,03	0,03
RN	0,17	0,17	0,13	0,13	0,09	0,08	0,09	0,10
RO	0,14	0,13	0,06	0,07	0,05	0,05	0,04	0,02
RR	0,11	0,10	0,06	0,05	0,05	0,04	0,03	0,03
RS	0,06	0,04	0,04	0,04	0,04	0,02	0,03	0,01
SC	0,18	0,17	0,15	0,14	0,14	0,14	0,03	0,02
SE	0,14	0,12	0,15	0,14	0,08	0,11	0,07	0,17
SP	0,09	0,08	0,07	0,04	0,10	0,16	0,05	0,03
TO	0,27	0,30	0,14	0,16	0,13	0,15	0,06	0,05
Votos Totais e de Legenda	0,12	0,13	0,09	0,10	0,08	0,10	0,04	0,04
Nº de Votos Totais e de Legenda	10.390.153	1.416.104	9.202.682	887.458	8.003.697	1.100.763	4.707.159	367.380

Fonte: o autor, a partir dos dados do TSE

Tabela 28: Percentual de Votos Totais e de Legenda do PT para Vereadores, por estado e ano

Vereador	2000		2004		2008		2012	
	Total	Legenda	Total	Legenda	Total	Legenda	Total	Legenda
AC	0,16	0,26	0,20	0,27	0,19	0,29	0,20	0,28
AL	0,04	0,07	0,04	0,03	0,04	0,05	0,04	0,03
AM	0,02	0,02	0,05	0,04	0,06	0,10	0,07	0,05
AP	0,07	0,03	0,10	0,22	0,08	0,09	0,08	0,07
BA	0,06	0,11	0,09	0,12	0,11	0,19	0,13	0,22
CE	0,05	0,04	0,07	0,10	0,09	0,18	0,10	0,14
ES	0,05	0,05	0,08	0,10	0,10	0,20	0,11	0,11
GO	0,05	0,08	0,08	0,09	0,06	0,07	0,06	0,17
MA	0,03	0,03	0,05	0,05	0,05	0,04	0,05	0,07
MG	0,08	0,11	0,11	0,19	0,10	0,15	0,11	0,19
MS	0,12	0,18	0,18	0,25	0,12	0,19	0,13	0,11
MT	0,05	0,08	0,09	0,10	0,09	0,07	0,09	0,12
PA	0,10	0,17	0,11	0,16	0,13	0,16	0,13	0,11
PB	0,05	0,05	0,06	0,05	0,06	0,04	0,06	0,08
PE	0,05	0,08	0,09	0,14	0,08	0,16	0,09	0,09
PI	0,05	0,09	0,07	0,06	0,10	0,13	0,11	0,10
PR	0,07	0,17	0,10	0,17	0,08	0,13	0,09	0,12
RJ	0,08	0,16	0,07	0,12	0,07	0,13	0,09	0,08
RN	0,05	0,08	0,05	0,06	0,05	0,12	0,05	0,07
RO	0,10	0,09	0,11	0,13	0,12	0,23	0,14	0,14
RR	0,01	0,01	0,07	0,04	0,03	0,04	0,03	0,05
RS	0,15	0,26	0,15	0,25	0,15	0,26	0,18	0,22
SC	0,10	0,17	0,13	0,18	0,11	0,18	0,12	0,14
SE	0,06	0,14	0,09	0,18	0,11	0,09	0,11	0,06
SP	0,16	0,33	0,16	0,27	0,14	0,26	0,18	0,25
TO	0,03	0,03	0,11	0,16	0,10	0,12	0,10	0,08
Votos Totais e de Legenda	0,09	0,18	0,11	0,18	0,10	0,19	0,12	0,17
Nº de Votos Totais e de Legenda	8.132.398	2.040.614	10.425.384	1.624.537	10.540.013	2.122.889	12.662.902	1.489.557

Fonte: o autor, a partir dos dados do TSE

Tabela 29: Percentual de Votos Totais e de Legenda do PFL/DEM para Deputados Estaduais, por estado e ano										
	1998		2002		2006		2010		2014	
Deputados Estaduais	Total	Legenda	Total	Legenda	Total	Legenda	Total	Legenda	Total	Legenda
AC	0,12	0,16	0,04	0,02	0,01	0,02	0,04	0,02	0,04	0,05
AL	0,06	0,06	0,03	0,06	0,09	0,09	0,07	0,03	0,06	0,03
AM	0,16	0,25	0,17	0,22	0,07	0,14	0,05	0,04	0,05	0,03
AP	0,15	0,11	0,02	0,02	0,08	0,05	0,07	0,05	0,04	0,03
BA	0,34	0,30	0,24	0,33	0,26	0,24	0,07	0,07	0,10	0,08
CE	0,03	0,02	0,02	0,04	0,02	0,08	0,03	0,01	0,02	0,03
DF	0,06	0,05	0,10	0,20	0,15	0,14	0,07	0,04	0,02	0,03
ES	0,12	0,07	0,11	0,05	0,07	0,03	0,10	0,03	0,07	0,05
GO	0,05	0,02	0,10	0,10	0,05	0,04	0,04	0,06	0,02	0,02
MA	0,18	0,18	0,31	0,33	0,10	0,10	0,10	0,06	0,04	0,02
MG	0,09	0,05	0,09	0,08	0,07	0,12	0,04	0,04	0,02	0,03
MS	0,06	0,06	0,04	0,04	0,03	0,02	0,05	0,04	0,03	0,02
MT	0,18	0,14	0,11	0,15	0,18	0,27	0,07	0,05	0,04	0,02
PA	0,08	0,09	0,01	0,01	0,09	0,04	0,04	0,03	0,05	0,04
PB	0,14	0,05	0,13	0,16	0,16	0,07	0,10	0,05	0,05	0,03
PE	0,19	0,14	0,11	0,16	0,15	0,12	0,04	0,04	0,02	0,01
PI	0,30	0,19	0,27	0,26	0,14	0,13	0,05	0,05	0,00	0,00
PR	0,24	0,17	0,11	0,06	0,07	0,05	0,07	0,04	0,05	0,02
RJ	0,13	0,11	0,07	0,05	0,09	0,05	0,02	0,03	0,01	0,02
RN	0,17	0,16	0,14	0,17	0,11	0,14	0,10	0,12	0,08	0,06
RO	0,12	0,12	0,08	0,09	0,02	0,01	0,03	0,02	0,03	0,02
RR	0,08	0,04	0,09	0,14	0,09	0,09	0,07	0,08	0,01	0,01
RS	0,03	0,01	0,04	0,02	0,05	0,02	0,02	0,02	0,01	0,01
SC	0,22	0,13	0,19	0,12	0,13	0,16	0,15	0,10	0,03	0,02
SE	0,13	0,21	0,19	0,16	0,21	0,20	0,13	0,13	0,08	0,06
SP	0,08	0,03	0,06	0,05	0,10	0,06	0,07	0,02	0,06	0,02
TO	0,34	0,38	0,29	0,36	0,15	0,18	0,09	0,06	0,04	0,05
Votos Totais e de Legenda	0,13	0,08	0,10	0,11	0,10	0,09	0,06	0,04	0,04	0,03
Nº de Votos Totais e de Legenda	8.860.044	856.322	8.859.984	1.261.290	9.683.348	1.075.948	5.855.630	442.176	4.026.945	282.489

Fonte: o autor, a partir dos dados do TSE

Tabela 30: Percentual de Votos Totais e de Legenda do PT para Deputados Estaduais, por estado e ano

Deputados Estaduais	1998		2002		2006		2010		2014	
	Total	Legenda	Total	Legenda	Total	Legenda	Total	Legenda	Total	Legenda
AC	0,14	0,32	0,24	0,29	0,23	0,30	0,16	0,21	0,16	0,21
AL	0,06	0,10	0,05	0,04	0,03	0,08	0,09	0,11	0,07	0,12
AM	0,03	0,09	0,04	0,04	0,05	0,10	0,06	0,13	0,06	0,13
AP	0,05	0,11	0,10	0,10	0,05	0,08	0,04	0,11	0,04	0,11
BA	0,09	0,21	0,16	0,21	0,17	0,24	0,17	0,26	0,20	0,26
CE	0,07	0,17	0,10	0,14	0,09	0,11	0,09	0,17	0,08	0,21
DF	0,18	0,25	0,20	0,31	0,14	0,15	0,13	0,21	0,12	0,18
ES	0,06	0,10	0,10	0,14	0,09	0,12	0,11	0,14	0,09	0,16
GO	0,06	0,09	0,09	0,13	0,06	0,10	0,08	0,14	0,10	0,14
MA	0,04	0,12	0,05	0,07	0,05	0,10	0,06	0,09	0,05	0,11
MG	0,09	0,19	0,19	0,30	0,14	0,20	0,12	0,22	0,16	0,24
MS	0,13	0,23	0,18	0,32	0,17	0,29	0,14	0,25	0,14	0,26
MT	0,07	0,09	0,09	0,14	0,08	0,11	0,07	0,14	0,06	0,17
PA	0,09	0,17	0,13	0,18	0,13	0,22	0,14	0,21	0,10	0,17
PB	0,09	0,17	0,10	0,08	0,07	0,10	0,06	0,08	0,06	0,10
PE	0,06	0,13	0,11	0,15	0,12	0,19	0,07	0,18	0,08	0,18
PI	0,07	0,13	0,10	0,13	0,13	0,19	0,15	0,17	0,12	0,19
PR	0,08	0,18	0,16	0,28	0,10	0,21	0,10	0,15	0,08	0,16
RJ	0,09	0,20	0,12	0,23	0,08	0,15	0,07	0,18	0,08	0,16
RN	0,06	0,14	0,09	0,12	0,04	0,10	0,04	0,11	0,06	0,13
RO	0,08	0,15	0,13	0,16	0,11	0,12	0,11	0,17	0,09	0,17
RR	0,02	0,04	0,02	0,05	0,03	0,04	0,02	0,05	0,03	0,07
RS	0,20	0,41	0,22	0,32	0,17	0,26	0,21	0,31	0,19	0,30
SC	0,11	0,18	0,21	0,28	0,14	0,21	0,14	0,18	0,12	0,20
SE	0,06	0,10	0,10	0,10	0,12	0,17	0,11	0,17	0,10	0,17
SP	0,17	0,30	0,24	0,36	0,19	0,29	0,17	0,29	0,15	0,22
TO	0,04	0,06	0,06	0,07	0,09	0,10	0,10	0,11	0,11	0,12
Votos Totais e de Legenda	0,11	0,23	0,16	0,24	0,13	0,21	0,13	0,22	0,12	0,20
Nº de Votos Totais e de Legenda	7.606.196	2.311.500	14.395.753	2.802.240	12.229.532	2.545.636	12.459.283	2.559.657	11.985.845	2.098.196

Fonte: o autor, a partir dos dados do TSE

Tabela 31: Percentual de Votos Totais e de Legenda do PFL/DEM para Deputados Federais, por estado e ano

Deputados Federais	1998		2002		2006		2010		2014	
	Total	Legenda	Total	Legenda	Total	Legenda	Total	Legenda	Total	Legenda
AC	0,35	0,13	0,03	0,02	0,00	0,01	0,00	0,01	0,06	0,05
AL	0,10	0,06	0,11	0,05	0,12	0,05	0,01	0,01	0,01	0,04
AM	0,42	0,21	0,32	0,17	0,12	0,12	0,12	0,03	0,06	0,03
AP	0,19	0,12	0,02	0,02	0,07	0,05	0,06	0,03	0,02	0,13
BA	0,47	0,22	0,42	0,19	0,35	0,18	0,14	0,10	0,09	0,07
CE	0,04	0,02	0,12	0,04	0,02	0,04	0,01	0,01	0,07	0,01
DF	0,12	0,04	0,30	0,11	0,23	0,11	0,04	0,09	0,11	0,02
ES	0,12	0,06	0,08	0,05	0,01	0,03	0,00	0,02	0,09	0,02
GO	0,08	0,03	0,13	0,08	0,08	0,04	0,13	0,15	0,01	0,11
MA	0,30	0,21	0,30	0,21	0,08	0,08	0,04	0,04	0,00	0,02
MG	0,15	0,05	0,12	0,05	0,09	0,06	0,07	0,03	0,05	0,01
MS	0,16	0,06	0,09	0,04	0,03	0,02	0,08	0,07	0,05	0,01
MT	0,17	0,14	0,13	0,09	0,09	0,13	0,06	0,04	0,00	0,02
PA	0,17	0,06	0,04	0,01	0,09	0,03	0,04	0,02	0,06	0,02
PB	0,21	0,04	0,11	0,09	0,09	0,07	0,09	0,07	0,06	0,02
PE	0,26	0,09	0,16	0,11	0,16	0,08	0,08	0,05	0,02	0,01
PI	0,38	0,21	0,31	0,20	0,17	0,11	0,20	0,10	0,00	0,00
PR	0,22	0,14	0,07	0,04	0,11	0,05	0,06	0,02	0,02	0,02
RJ	0,18	0,08	0,10	0,05	0,09	0,06	0,05	0,05	0,01	0,05
RN	0,25	0,17	0,20	0,11	0,14	0,09	0,17	0,19	0,08	0,05
RO	0,15	0,12	0,11	0,07	0,00	0,01	0,00	0,01	0,01	0,02
RR	0,04	0,04	0,32	0,10	0,17	0,10	0,12	0,03	0,00	0,01
RS	0,02	0,01	0,03	0,02	0,04	0,03	0,04	0,01	0,03	0,01
SC	0,21	0,13	0,16	0,10	0,15	0,11	0,17	0,08	0,04	0,01
SE	0,08	0,19	0,17	0,15	0,25	0,20	0,12	0,14	0,05	0,14
SP	0,11	0,02	0,07	0,04	0,08	0,03	0,07	0,01	0,04	0,01
TO	0,45	0,35	0,30	0,24	0,20	0,13	0,11	0,05	0,11	0,04
Votos Totais e de Legenda	0,17	0,07	0,13	0,08	0,11	0,06	0,07	0,04	0,04	0,03
Nº de Votos Totais e de Legenda	11.525.100	654.771	11.705.288	667.146	10.181.878	573.877	7.301.171	368.751	4.085.487	217.287

Fonte: o autor, a partir dos dados do TSE

Tabela 32: Percentual de Votos Totais e de Legenda do PT para Deputados Federais, por estado e ano

Deputados Federais	1998		2002		2006		2010		2014	
	Total	Legenda	Total	Legenda	Total	Legenda	Total	Legenda	Total	Legenda
AC	0,23	0,33	0,27	0,18	0,22	0,30	0,24	0,30	0,24	0,17
AL	0,06	0,10	0,04	0,06	0,04	0,10	0,06	0,09	0,05	0,11
AM	0,02	0,09	0,02	0,07	0,11	0,15	0,12	0,09	0,05	0,18
AP	0,07	0,07	0,12	0,14	0,12	0,11	0,18	0,08	0,11	0,10
BA	0,14	0,25	0,19	0,23	0,20	0,26	0,25	0,33	0,21	0,23
CE	0,08	0,21	0,09	0,14	0,10	0,15	0,16	0,22	0,16	0,19
DF	0,23	0,27	0,27	0,36	0,17	0,19	0,27	0,13	0,14	0,20
ES	0,07	0,12	0,11	0,17	0,08	0,18	0,09	0,09	0,12	0,16
GO	0,06	0,11	0,10	0,16	0,08	0,14	0,10	0,14	0,09	0,14
MA	0,05	0,12	0,07	0,08	0,08	0,11	0,07	0,08	0,06	0,09
MG	0,11	0,20	0,23	0,35	0,17	0,25	0,17	0,23	0,18	0,22
MS	0,18	0,24	0,26	0,34	0,25	0,28	0,23	0,34	0,25	0,29
MT	0,05	0,11	0,12	0,15	0,12	0,18	0,13	0,14	0,09	0,14
PA	0,12	0,20	0,15	0,17	0,13	0,21	0,21	0,28	0,16	0,26
PB	0,08	0,20	0,10	0,10	0,07	0,11	0,10	0,08	0,07	0,15
PE	0,06	0,15	0,13	0,18	0,16	0,26	0,15	0,25	0,09	0,22
PI	0,11	0,11	0,17	0,12	0,18	0,20	0,18	0,25	0,19	0,20
PR	0,09	0,21	0,18	0,35	0,14	0,24	0,12	0,20	0,12	0,15
RJ	0,09	0,23	0,13	0,29	0,10	0,22	0,10	0,26	0,08	0,14
RN	0,09	0,17	0,17	0,14	0,09	0,13	0,15	0,10	0,09	0,23
RO	0,08	0,19	0,16	0,17	0,20	0,16	0,15	0,16	0,11	0,12
RR	0,02	0,04	0,02	0,06	0,03	0,05	0,04	0,13	0,04	0,06
RS	0,25	0,43	0,25	0,35	0,19	0,27	0,25	0,37	0,23	0,36
SC	0,12	0,21	0,24	0,28	0,18	0,19	0,18	0,22	0,14	0,18
SE	0,16	0,13	0,14	0,13	0,11	0,18	0,23	0,15	0,15	0,22
SP	0,19	0,31	0,25	0,38	0,19	0,33	0,19	0,34	0,14	0,26
TO	0,02	0,08	0,08	0,10	0,10	0,13	0,08	0,15	0,02	0,08
Votos Totais e de Legenda	0,13	0,25	0,18	0,27	0,15	0,24	0,17	0,26	0,14	0,21
Nº de Votos Totais e de Legenda	8.786.528	2.313.388	16.093.971	2.353.518	13.989.853	2.216.710	16.584.282	2.332.484	13.554.166	1.750.181

Fonte: o autor, a partir dos dados do TSE

eleições de 1998 e 2002, respectivamente, de média de peso eleitoral total e de legenda por estado de 20% e 16% para Deputado Federal e de 14% e 12% para Deputados Estaduais – torna-se passado no atual Democratas – com médias de 8% e 4% para Deputado Federal e de 7% e 4% para Deputado Estadual, nessa ordem, nos anos de 2010 e 2014. Contudo, este declínio não homogeneizou a distribuição da votação do partido pelo país. As tabelas de apoio eleitoral do PFL/DEM evidenciam que mesmo com a queda das votações, certas forças protagonizaram a canalização de votos no partido – no nível municipal (MT, PB, RN, SE); no nível estadual (BA, ES, RN e SE); e no nacional (TO, RN, ES, DF, CE e BA). Chama a atenção na nova disposição das forças entre esses três níveis eleitorais dos Democratas os estados Bahia, Espírito Santo, Sergipe, que se destacam em dois níveis de disputa, e, especialmente, o Rio Grande do Norte, que mantém posição relevância no partido em todas as disputas legislativas proporcionais.

Em referência ao posicionamento do Partido dos Trabalhadores no território eleitoral brasileiro, as tabelas revelam uma consolidação da capilaridade do partido nos três níveis de disputa associado a um movimento alteração dos pesos das principais bases eleitorais do partido. A estabilidade das heterogêneas votações totais do PT, em sutis movimentos de crescimento, aponta para um quadro de consolidação de heterogêneas bases estaduais de apoio eleitoral. O que implica em duas constatações: primeiro, em uma reserva de eleitores estável nas disputas e, segundo, na dificuldade do partido avançar sobre setores mais amplos do eleitorado. Isso incidiria em uma espécie de congelamento da capacidade competitiva eleitoral do partido nos níveis proporcionais – a organização teria certa facilidade em manter determinados níveis de apoio eleitoral, mas fortes dificuldades em ampliar a canalização eleitoral.

Apesar da estabilidade geral das taxas de apoio eleitoral do PT nos níveis municipal, estadual e nacional, as disputas eleitorais no período analisado não são nada estáticas. Ao contrário, os dados revelam que o congelamento da capacidade competitiva eleitoral do Partido dos Trabalhadores se apoia em um dinâmico jogo de soma zero de suas bases estaduais, isto é, no crescimento da canalização de eleitores em determinadas unidades da federação junto ao decréscimo de outras. Isso pode ser observado, principalmente, na trajetória do apoio eleitoral para Deputados Estaduais e Federais. No nível estadual o apoio eleitoral do DF, PB e SP decrescem em contrapartida da ampliação do eleitorado em TO, SE, PI, MG, GO e BA, já no embate

proporcional nacional as taxas de proporção da votação do DF, SP e RS perdem força em compensação a ascensão relativa de diversas unidades da federação (AP, BA, CE, ES, MG, MS, MT, PA e PI). Destaque-se, nesse jogo de soma zero, o declínio de São Paulo e Distrito Federal e o aumento das taxas de Bahia, Minas Gerais e Piauí nos dois níveis proporcionais apontados.

As votações das eleições majoritárias somam aos diagnósticos das trajetórias de apoio eleitoral das organizações partidárias estudadas, porém de forma mais drástica em certos aspectos. As tabelas 33-38 mostram as evoluções destes apoios eleitorais.

O apoio eleitoral do PFL/DEM caiu nos três níveis majoritários de disputa. Em 2010 e 2014, as votações totais para Senador reduzem-se para, aproximadamente, 30% dos valores de 1998 e 2002, respectivamente. Nos pleitos para Governador o fluxo de votos de 2014 mantém apenas 25% da taxa de apoio eleitoral do final da década de 90. E nas eleições de 2014 para Prefeito a queda do apoio eleitoral, em referência aos valores de 2002, aproximou-se de 75%.

O ponto agravante das trajetórias majoritárias, em relação à evolução histórica do apoio eleitoral dos pefelistas/democratas nas disputas proporcionais, foi o grau de concentração da votação no processo de declínio das bases eleitorais da organização. Nas eleições para o Executivo municipal e estadual, assim como para o Legislativo majoritário, a queda das taxas de votações do PFL/DEM associa-se a um movimento de alta concentração do apoio eleitoral em poucos estados. Nas disputas para Prefeito, no ano de 1998, o Partido da Frente Liberal possuía ao menos 7% do apoio eleitoral estadual em 25 unidades da federação, enquanto em 2012 o Democratas teria essas taxas em apenas em 6 estados (AP, BA, MT, PB, RN e SE). Nos pleitos para Governador nas eleições de 1998 e 2002, os candidatos pefelistas que atingiram ao menos 30% das votações foram dos estados do AM, PR, RJ, RN e RO, ao menos uma vez, e da BA, RN, SC e SE, em ambas as disputas, ao passo que nos pleitos de 2012 e 2014 apenas BA, RN, SC e SE atingiram, apenas uma vez, a mesma taxa de votos. Já nas eleições para Senador o partido apresentou 21 episódios em que chegaram à taxa de 20% de apoio eleitoral nos anos de 1998 e 2002 e apenas 9 ocorrências em 2010 e 2014 nas unidades da federação (AP, DF, GO, MS, PB, RJ, RN e SE).

Tabela 33: Percentual de Votos Totais do PFL/DEM para Senadores, por estado e ano

	1998	2002*	2006	2010*	2014
Senador	Total	Total	Total	Total	Total
AC	-	-	0,10	-	-
AL	0,37	0,04	0,10	-	0,11
AM	-	0,23	0,22	-	-
AP	-	-	-	-	0,36
BA	0,73	0,58	0,34	0,17	-
CE	-	-	-	-	-
DF	-	0,24	0,01	0,23	-
ES	0,21	-	-	-	-
GO	-	0,27	0,01	0,43	0,48
MA	-	0,60	-	-	-
MG	-	0,18	0,61	-	-
MS	0,14	-	-	0,22	-
MT	-	0,28	0,61	0,04	-
PA	0,27	-	-	-	-
PB	-	0,41	-	0,20	-
PE	0,58	0,29	-	0,12	-
PI	0,27	0,27	0,23	0,14	-
PR	-	0,10	-	-	-
RJ	-	-	-	0,11	0,21
RN	-	0,34	0,44	0,32	-
RO	0,02	0,15	-	-	-
RR	-	0,11	-	-	-
RS	-	-	-	-	-
SC	0,48	0,16	0,59	-	-
SE	0,52	-	0,50	0,14	0,49
SP	-	0,21	0,44	-	-
TO	0,75	0,60	0,51	-	-
Votos Totais	0,11	0,18	0,24	0,06	0,04

Fonte: o autor, a partir dos dados do TSE

* Anos em que a casa renovou 2/3.

Tabela 34: Percentual de Votos Totais do PT para Senadores, por estado e ano

	1998	2002*	2006	2010*	2014
Senador	Total	Total	Total	Total	Total
AC	0,53	0,32	0,89	0,32	-
AL	0,56	-	-	-	-
AM	0,47	-	-	0,05	0,34
AP	-	0,07	-	0,07	0,11
BA	-	0,18	-	0,31	-
CE	-	0,15	-	0,32	-
DF	0,36	0,30	-	-	0,19
ES	-	0,20	-	-	0,20
GO	-	0,07	-	0,18	0,11
MA	0,30	0,12	0,22	-	-
MG	-	0,21	-	0,24	-
MS	-	0,26	0,40	0,35	0,23
MT	0,08	0,26	-	0,18	-
PA	0,34	0,23	0,31	-	0,46
PB	0,20	-	-	-	0,30
PE	0,36	0,18	-	0,39	0,35
PI	0,17	0,17	-	0,46	-
PR	0,25	0,32	0,45	0,30	-
RJ	-	0,12	-	0,29	-
RN	0,12	0,14	-	0,08	0,55
RO	0,08	0,20	-	0,16	-
RR	-	0,10	-	0,26	-
RS	-	0,37	0,28	0,34	0,35
SC	-	0,35	0,28	0,19	0,14
SE	-	-	0,47	-	0,46
SP	0,43	0,30	0,48	0,23	0,32
TO	0,05	0,01	0,04	0,29	-
Votos Totais	0,18	0,22	0,19	0,23	0,17

Fonte: o autor, a partir dos dados do TSE

* Anos em que a casa renovou 2/3.

Tabela 35: Percentual de Votos Totais do PFL/DEM para Prefeitos, por estado e ano

	2000	2004	2008	2012
Prefeito	1º Turno	1º Turno	1º Turno	1º Turno
AC	0,09	0,02	0	0,01
AL	0,1	0,02	0,02	0,06
AM	0,11	0,3	0,02	0,03
AP	0,1	0	0,01	0,07
BA	0,33	0,3	0,15	0,12
CE	0,13	0,1	0,07	0,05
ES	0,09	0,03	0,07	0,06
GO	0,12	0,09	0,04	0,04
MA	0,25	0,19	0,08	0,04
MG	0,16	0,1	0,08	0,06
MS	0,07	0,02	0,06	0,02
MT	0,17	0,13	0,12	0,09
PA	0,06	0,03	0,08	0,03
PB	0,17	0,11	0,09	0,07
PE	0,28	0,15	0,11	0,03
PI	0,23	0,17	0,04	0,01
PR	0,21	0,06	0,03	0,04
RJ	0,16	0,27	0,02	0,02
RN	0,21	0,15	0,09	0,12
RO	0,16	0,05	0,06	0,01
RR	0,11	0,04	0,02	0,01
RS	0,04	0,04	0,03	0,01
SC	0,18	0,16	0,17	0,01
SE	0,14	0,16	0,12	0,18
SP	0,09	0,06	0,16	0,03
TO	0,37	0,17	0,19	0,04
Votos Totais	0,15	0,12	0,09	0,04

Fonte: o autor, a partir dos dados do TSE

Tabela 36: Percentual de Votos Totais do PT para Prefeitos, por estado e ano

	2000	2004	2008	2012
Prefeito	1º Turno	1º Turno	1º Turno	1º Turno
AC	0,33	0,39	0,36	0,36
AL	0,06	0,02	0,06	0,02
AM	0,01	0,02	0,11	0,03
AP	0,02	0,34	0,12	0,09
BA	0,12	0,14	0,21	0,25
CE	0,02	0,1	0,2	0,18
ES	0,04	0,11	0,22	0,11
GO	0,1	0,11	0,05	0,21
MA	0,03	0,04	0,03	0,08
MG	0,09	0,22	0,14	0,21
MS	0,19	0,28	0,18	0,1
MT	0,08	0,13	0,06	0,13
PA	0,18	0,18	0,2	0,13
PB	0,05	0,04	0,02	0,09
PE	0,09	0,17	0,15	0,1
PI	0,1	0,06	0,14	0,12
PR	0,13	0,15	0,11	0,13
RJ	0,12	0,11	0,13	0,06
RN	0,07	0,04	0,1	0,07
RO	0,1	0,16	0,27	0,15
RR	0	0,03	0,02	0,05
RS	0,23	0,21	0,24	0,23
SC	0,17	0,19	0,17	0,13
SE	0,15	0,23	0,07	0,07
SP	0,25	0,25	0,23	0,24
TO	0,02	0,22	0,15	0,08
Votos Totais	0,14	0,17	0,17	0,17

Fonte: o autor, a partir dos dados do TSE

Tabela 37: Percentual de Votos Totais do PFL/DEM para Governadores, por estado e ano					
	1998	2002	2006	2010	2014
Governador	1º Turno	1º Turno	1º Turno	1º Turno	1º Turno
AC	0,26	-	-	-	0,2
AL	-	-	-	-	-
AM	0,51	-	0,4	-	-
AP	-	-	-	-	-
BA	0,7	0,54	0,43	0,16	0,37
CE	-	-	-	-	-
DF	-	-	0,5	-	-
ES	-	0,02	-	-	-
GO	-	-	0,04	-	-
MA	0,66	0,51	0,47	-	-
MG	-	-	-	-	-
MS	-	-	-	-	-
MT	0,38	-	-	-	-
PA	-	-	-	-	-
PB	-	-	-	-	-
PE	-	-	0,39	-	-
PI	0,44	0,44	-	-	-
PR	0,52	-	-	-	-
RJ	0,34	0,09	-	-	-
RN	0,41	-	-	0,53	-
RO	0,35	0,2	-	-	-
RR	-	-	-	-	-
RS	-	-	-	-	-
SC	-	-	-	0,53	-
SE	0,39	0,44	0,45	0,45	-
SP	-	-	-	-	-
TO	0,62	0,61	-	-	-
Votos Totais	0,15	0,07	0,08	0,04	0,03

Fonte: o autor, a partir dos dados do TSE

Tabela 38: Percentual de Votos Totais do PT para Governadores, por estado e ano					
	1998	2002	2006	2010	2014
Governador	1º Turno	1º Turno	1º Turno	1º Turno	1º Turno
AC	0,58	0,64	0,53	0,51	0,5
AL	-	0,05	0,08	-	-
AM	-	0,06	-	-	-
AP	-	0,25	0,02	-	-
BA	0,15	0,38	0,53	0,64	0,55
CE	0,14	0,28	-	-	0,48
DF	0,43	0,41	0,21	0,37	0,2
ES	-	-	-	-	0,06
GO	0,03	0,15	-	-	0,1
MA	0,06	0,06	-	-	-
MG	0,16	0,31	0,22	-	0,53
MS	0,33	0,48	0,38	0,42	0,43
MT	0,07	0,19	0,11	-	0,32
PA	-	0,29	0,38	0,36	-
PB	-	0,13	-	-	-
PE	-	0,34	0,25	-	-
PI	-	0,51	0,62	-	0,63
PR	-	0,16	0,09	-	0,15
RJ	-	0,24	0,08	-	0,1
RN	0,07	0,11	-	-	-
RO	0,08	-	0,26	0,18	0,13
RR	0,01	-	-	-	0,18
RS	0,46	0,37	0,27	0,54	0,33
SC	0,16	0,27	0,14	0,22	0,16
SE	-	0,28	0,52	0,52	-
SP	0,23	0,32	0,32	0,35	0,18
TO	0,04	0,03	-	-	-
Votos Totais	0,14	0,28	0,22	0,2	0,23

Fonte: o autor, a partir dos dados do TSE

Para o Partido dos Trabalhadores não foi diferente. A mesma tendência de estabilidade nas votações proporcionais também pode ser observada nas majoritárias. Os escrutínios para Prefeito e Senador foram marcados por uma alta rigidez nas taxas – com baixas amplitudes de variação (até 3%) – e as eleições para Governador seguiram o mesmo caminho de baixa flexibilidade após o crescimento do apoio em 2002 – dispondo dos mesmos 3% de oscilação a partir de 2006.

Também foi no posicionamento da organização no território e entre os três níveis de disputas majoritárias que pode ser evidenciado o ponto de distanciamento entre as trajetórias eleitorais proporcionais e majoritárias do PT. O jogo de soma zero nas trajetórias de apoios eleitorais para os pleitos de Prefeitos, de Governadores e de Senadores entre os estados, apesar de redistribuir parte da votação entre as então forças fracas e médias, também privilegiou com ênfase tradicionais bases eleitorais do partido, ampliando ou mantendo o seu protagonismo. Nas disputas para o cargo de Prefeito, entre 2002 e 2012, houve a ascensão das unidades federativas do CE, ES, MT, PE e MG, o declínio de RJ e SE e a manutenção/ampliação das forças eleitorais do AC, BA, GO, RO e PI. Nos embates para Governador, a partir do ano de 2006, CE, MG, MT e RS ampliaram suas bases em oposição ao declínio do PA, SE e SP e a manutenção do protagonismo do AC, BA, MS e PI. Por último, nas eleições para o Senado a trajetória entre os anos de 1998 e 2002 e 2010 e 2014 mostra o aumento da votação da BA, CE, MS, PB, RN, SE e PI e a sustentação do apoio ao AM, PA, PE, PR e RS, assim como o declínio do DF, MA e SC.

iii. Concentração de Votos Nominais

Tendo em mente o posicionamento das candidaturas e a distribuição do apoio eleitoral para o PFL/DEM e o PT, observemos a seguir as características dos quadros eleitorais de ambos os partidos a partir do Gini dos votos nominais. Nas tabelas 39-42 são exploradas informações relativas à concentração de votos nominais nas eleições proporcionais entre 1998 e 2014. Utilizando a relação dos candidatos e suas respectivas votações, por estado e ano, foi desenvolvido um Índice de Gini a partir dos resultados eleitorais para Deputados Estaduais e Deputados Federais para o PFL/DEM e o PT no período estudado. Por meio do índice, verificaremos o grau de competitividade entre os quadros intrapartidários – em termos de tendências de crescimento/declínio nas

sucessivas eleições, grau de centralização do apoio entre os pleitos em disputa e níveis de concorrência entre as UF's.

Tabela 39: PFL/DEM - Gini dos votos nominais e candidaturas dos Deputados Estaduais, por ano e UF

UF	1998		2002		2006		2010		2014	
	Gini	Candidatura	Gini	Candidatura	Gini	Candidatura	Gini	Candidatura	Gini	Candidatura
AC	0,953	20	0,939	16	0,957	7	0,917	12	0,968	28
AL	0,878	7	0,897	6	0,912	7	0,959	18	0,939	6
AM	0,969	31	0,933	13	0,963	27	0,962	25	0,969	32
AP	0,958	23	0,844	4	0,935	15	0,948	19	0,877	8
BA	0,972	35	0,960	25	0,968	30	0,963	27	0,962	26
CE	0,948	18	0,917	12	0,969	32	0,968	31	0,971	14
DF	0,968	30	0,979	40	0,985	65	0,979	30	0,979	46
ES	0,948	18	0,938	16	0,944	15	0,886	8	0,929	13
GO	0,953	20	0,967	30	0,964	26	0,926	9	0,919	12
MA	0,955	21	0,975	40	0,928	13	0,874	7	0,835	2
MG	0,972	35	0,970	32	0,947	18	0,924	13	0,923	13
MS	0,891	8	0,941	7	0,956	2	0,879	8	0,993	3
MT	0,948	18	0,938	13	0,939	15	0,917	12	0,938	13
PA	0,971	34	0,890	9	0,925	13	0,895	9	0,963	27
PB	0,953	20	0,942	16	0,947	17	0,925	11	0,943	9
PE	0,972	35	0,929	14	0,959	24	0,964	28	0,751	4
PI	0,966	28	0,952	19	0,949	18	0,924	10	0,963	3
PR	0,973	36	0,962	26	0,953	21	0,943	17	0,924	10
RJ	0,988	80	0,978	44	0,985	63	0,983	52	0,986	69
RN	0,929	13	0,897	8	0,900	10	0,909	8	0,847	6
RO	0,967	29	0,923	13	0,915	10	0,906	8	0,921	12
RR	0,950	19	0,925	13	0,942	17	0,909	11	0,957	3
RS	0,917	11	0,968	30	0,974	24	0,981	35	0,941	14
SC	0,963	26	0,968	30	0,951	18	0,957	21	0,834	6
SE	0,924	12	0,949	18	0,934	13	0,938	13	0,900	10
SP	0,976	41	0,964	27	0,983	54	0,971	33	0,962	24
TO	0,962	25	0,952	20	0,959	24	0,953	20	0,886	2
Tot	0,953	663	0,941	501	0,950	533	0,936	495	0,925	332

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Tabela 40: PT - Gini dos votos nominais e candidaturas dos Deputados Estaduais, por ano e UF

UF	1998		2002		2006		2010		2014	
	Gini	Candidatura	Gini	Candidatura	Gini	Candidatura	Gini	Candidatura	Gini	Candidatura
AC	0,941	16	0,970	33	0,959	23	0,960	21	0,968	28
AL	0,901	9	0,875	8	0,870	4	0,963	20	0,959	19
AM	0,878	7	0,933	14	0,896	9	0,960	21	0,917	10
AP	0,917	11	0,942	17	0,922	12	0,959	14	0,927	11
BA	0,960	24	0,980	50	0,979	47	0,982	38	0,981	53
CE	0,910	10	0,950	20	0,955	22	0,981	20	0,929	14
DF	0,972	35	0,976	41	0,966	29	0,987	38	0,975	34
ES	0,953	20	0,960	25	0,955	22	0,970	21	0,931	14
GO	0,969	31	0,986	69	0,977	42	0,982	44	0,980	51
MA	0,966	28	0,971	33	0,961	25	0,979	32	0,962	23
MG	0,986	68	0,984	62	0,982	56	0,993	79	0,986	69
MS	0,955	21	0,943	17	0,949	19	0,967	18	0,968	28
MT	0,945	17	0,962	26	0,939	13	0,959	13	0,937	12
PA	0,968	30	0,972	34	0,957	23	0,976	35	0,974	39
PB	0,938	15	0,961	25	0,917	12	0,974	22	0,944	13
PE	0,917	11	0,972	34	0,964	28	0,951	14	0,948	17
PI	0,945	17	0,955	22	0,896	9	0,972	19	0,948	19
PR	0,979	47	0,984	62	0,977	41	0,965	23	0,969	30
RJ	0,980	50	0,985	68	0,980	50	0,993	71	0,986	65
RN	0,929	13	0,962	26	0,910	11	0,947	16	0,954	21
RO	0,950	19	0,971	34	0,972	35	0,974	30	0,966	28
RR	0,813	4	0,897	9	0,860	7	0,907	10	0,863	7
RS	0,982	54	0,986	69	0,976	40	0,989	78	0,984	60
SC	0,973	36	0,976	41	0,973	35	0,979	43	0,967	29
SE	0,917	11	0,961	24	0,909	11	0,964	6	0,863	7
SP	0,990	97	0,992	127	0,991	109	0,992	96	0,990	103
TO	0,945	17	0,971	33	0,970	33	0,972	29	0,961	25
Tot	0,944	683	0,962	982	0,947	738	0,970	871	0,953	829

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Tabela 41: PFL/DEM - Gini dos votos nominais e candidaturas dos Deputados Federais, por ano e UF

UF	1998		2002		2006		2010		2014	
	Gini	Candidatura	Gini	Candidatura	Gini	Candidatura	Gini	Candidatura	Gini	Candidatura
AC	0,929	13	0,808	3	0,855	5	1,000	1	0,880	8
AL	0,750	2	0,667	3	0,803	5	0,836	4	0,839	4
AM	0,901	9	0,883	8	0,889	9	0,813	3	1,000	1
AP	0,861	6	1,000	1	0,670	2	0,810	5	0,698	3
BA	0,963	26	0,959	24	0,950	20	0,938	16	0,950	20
CE	0,813	4	0,910	11	0,882	5	0,927	7	0,836	6
DF	0,778	3	0,836	6	0,941	13	0,935	2	1,000	1
ES	0,878	7	0,878	7	0,906	4	0,637	2	0,955	13
GO	0,813	4	0,814	3	0,801	5	0,857	7	0,797	4
MA	0,891	8	0,928	13	0,858	4	0,975	3	0,500	2
MG	0,950	19	0,958	24	0,931	14	0,923	13	0,929	14
MS	0,840	5	0,673	3	1,000	1	0,725	3	0,777	4
MT	0,840	5	0,844	4	0,838	6	0,935	3	1,000	1
PA	0,878	7	0,571	2	0,800	5	0,835	6	0,896	9
PB	0,891	8	0,807	4	0,800	5	0,667	3	1,000	2
PE	0,934	14	0,865	6	0,912	11	0,886	7	1,000	1
PI	0,891	8	0,893	9	0,912	8	0,800	5	0,671	3
PR	0,938	15	0,919	8	0,935	12	0,892	7	0,957	4
RJ	0,976	40	0,955	21	0,955	22	0,967	30	0,966	28
RN	0,813	4	0,825	4	0,797	3	-	-	1,000	1
RO	0,891	8	0,926	11	1,000	1	0,722	2	0,546	2
RR	0,778	3	0,871	7	0,897	5	0,854	5	1,000	1
RS	0,861	6	0,871	6	0,869	7	0,929	13	0,996	3
SC	0,901	9	0,902	10	0,877	8	0,881	8	0,794	3
SE	0,861	6	0,931	7	0,860	5	0,883	8	0,506	2
SP	0,962	25	0,943	17	0,975	36	0,964	25	0,934	12
TO	0,901	9	0,801	4	0,840	6	0,833	3	0,736	2
Tot	0,877	273	0,861	226	0,880	227	0,862	191	0,858	154

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Tabela 42: PT - Gini dos votos nominais e candidaturas dos Deputados Federais, por ano e UF

UF	1998		2002		2006		2010		2014	
	Gini	Candidatura	Gini	Candidatura	Gini	Candidatura	Gini	Candidatura	Gini	Candidatura
AC	0,840	5	0,916	10	0,804	4	0,873	6	0,901	10
AL	0,813	4	0,850	6	0,851	5	0,830	4	1,000	1
AM	0,750	2	0,772	3	0,972	4	0,859	2	0,861	7
AP	0,891	8	0,811	5	0,854	5	0,831	4	0,882	5
BA	0,901	9	0,935	15	0,955	21	0,967	21	0,957	21
CE	0,840	5	0,879	8	0,889	9	0,860	6	0,901	10
DF	0,910	10	0,889	9	0,909	11	0,923	7	0,914	10
ES	0,840	5	0,902	10	0,840	6	0,857	7	0,897	9
GO	0,917	11	0,949	19	0,914	9	0,910	11	0,877	8
MA	0,910	10	0,897	6	0,878	8	0,931	8	0,981	23
MG	0,974	37	0,980	46	0,975	38	0,987	39	0,97	36
MS	0,910	10	0,888	7	0,891	9	0,931	8	0,936	7
MT	0,917	11	0,864	7	0,893	9	0,877	7	0,673	3
PA	0,901	9	0,875	8	0,900	10	0,932	11	0,885	8
PB	0,917	11	0,929	14	0,817	5	0,900	9	0,873	7
PE	0,813	4	0,943	13	0,889	9	0,913	8	0,877	8
PI	0,901	9	0,900	10	0,811	5	0,901	6	0,839	6
PR	0,950	19	0,967	30	0,960	25	0,946	11	0,941	17
RJ	0,960	24	0,968	31	0,959	24	0,988	43	0,974	38
RN	0,924	12	0,912	11	0,960	3	0,985	4	0,873	7
RO	0,878	7	0,946	17	0,911	11	0,949	12	0,908	10
RR	0,750	2	0,680	2	0,864	3	0,670	3	0,801	5
RS	0,971	34	0,969	30	0,969	29	0,956	20	0,946	17
SC	0,934	14	0,949	19	0,938	16	0,945	18	0,944	17
SE	0,750	2	0,911	11	0,893	6	0,904	3	0,875	5
SP	0,978	45	0,984	59	0,983	57	0,984	58	0,99	68
TO	0,891	8	0,927	13	0,901	8	0,874	4	1,000	1
Tot	0,886	327	0,903	419	0,903	349	0,907	340	0,906	364

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

As votações nominais para Deputados Estaduais e Federais do PT e PFL/DEM são altamente concentradas, apesar de deterem nuances particulares que caracterizam as trajetórias eleitorais das organizações. O Partido dos Trabalhadores caminhou no nível estadual, a partir de 1998 (0,944), em uma baixa variação média da concentração dos votos, de amplitude próxima de 0,025 até 2014 (0,953). Já no pleito nacional a tendência foi uma estabilidade (0,903-0,907), antecedida de um curto crescimento da concentração de votos (0,886-0,903). Em relação ao PFL/DEM, nas eleições proporcionais estaduais e nacionais a tendência foi o declínio do Índice de Gini dos votos nominais, respectivamente 0,941-0,925 e 0,877-0,858 – com exceção, em ambos os escrutínios, para o ano de 2006, no qual as concentrações de votos tiveram picos de 0,950 nas eleições para Deputado Estadual e 0,880 nas eleições para Deputado Federal.

Possíveis explicações para esses movimentos na concentração de votos dos partidos entre 1998 e 2014 podem ser encontradas nas evoluções históricas das alocações das candidaturas e distribuições dos apoios eleitorais. A queda do Gini na maioria das UF's nos níveis estadual e nacional de disputa para o PFL poderia indicar um aumento do nível de competitividade intrapartidário. Entretanto, se considerarmos os históricos partidários de diminuição do número de candidaturas e de declínio do apoio eleitoral, é possível entender a queda da concentração nominal de votos mais como o enfraquecimento das hegemonias dos tradicionais quadros partidários do que o simples aumento do grau de competitividade pelo fortalecimento de seus quadros fracos e médios. Nessa linha, se nos determos aos poucos casos onde houve concentração do apoio eleitoral após a queda da votação total e de legenda para Deputados Estaduais (BA, ES, RN e SE) e Deputados Federais (TO, RN, ES, DF, CE e BA) podemos observar a maioria dos cenários onde houve um leve aumento ou estabilidade da concentração nominal de votos no PFL/DEM. Ou seja, provavelmente os raros estados onde houve a manutenção do protagonismo de tradicionais quadros no PFL/DEM.

A condição de estabilidade do Gini petista em ambos os pleitos também pode ter motivação nas trajetórias das candidaturas e do apoio eleitoral petista. Os rígidos níveis da concentração das votações nominais para Deputados Estaduais e Federais não encontram, em uma análise superficial, reforço no aumento proporcional das candidaturas junto à estabilidade das votações totais. Ao contrário, o aumento das candidaturas e a estabilidade do apoio eleitoral sugeriria variação no Gini de votos nominais, pelo aumento da concentração de votos ou pelo aumento do grau de competição entre os candidatos do partido.

Contudo, como já trabalhamos, a estabilidade nacional da votação total do PT é fundada em um jogo de soma zero do apoio eleitoral estadual. A dinâmica alternância das votações entre os estados pode explicar, ao mesmo tempo, a estabilidade nacional da concentração votos no partido e as variações interestaduais do Gini petista. Se compararmos as tabelas de apoio eleitoral e a de concentração dos votos nominais para os níveis estadual e nacional no Partido dos Trabalhadores encontraremos, na maioria dos casos, variações mútuas entre as trajetórias do Gini e as trajetórias do apoio eleitoral nos pleitos em questão. Isto é, se analisarmos, por exemplo, os destaques petistas na variação do apoio eleitoral entre 1998 e 2014 para Deputados Estaduais (DF, PB, SP, TO, SE, PI, MG, GO e BA) e para Deputados Federais (DF, SP, RS, AP, BA, CE, ES, MG, MS, MT, PA e PI) poderemos observar, em boa parte dos casos, variações respectivas nos índices de concentração da votação nominal. Essas variações mútuas entre a trajetória de apoio eleitoral e a trajetória de concentração da votação nominal, provavelmente, corresponde a alterações interestaduais dos quadros hegemônicos do PT.

iv. Eleitos

As tabelas 43-54 exibem o total de cadeiras em disputa e as porcentagens ocupadas pelo Partido dos Trabalhadores e o Partido da Frente Liberal entre 1998 e 2014 por pleito e unidade da federação. Por meio destes dados podemos observar as trajetórias de acesso de PT e PFL nas esferas de decisão Executivas e Legislativas municipal, estadual e nacional – verificando as variações históricas de seus pesos e posicionamentos no regime representativo brasileiro.

O Partido da Frente Liberal/Democratas em todos os escrutínios proporcionais apresentou trajetórias de forte declínio em seus resultados eleitorais. Durante o período analisado, nas Câmaras Municipais a porcentagem média de cadeiras ocupadas caiu 10%, nas Câmaras Estaduais 12% e na Câmara dos Deputados Federais 16%. Do outro lado, o Partido dos Trabalhadores apresentou resultados eleitorais moderadamente crescentes para os Legislativos proporcionais – a exceção do declínio das taxas no ano de 2014 para os níveis estadual e nacional. A porcentagem dos assentos municipais ocupados pelo partido passou de 4% em 2000 para 9% em 2012. Já para os outros níveis, o crescimento ocorreu entre os anos de 1998 e 2010 – nas Câmaras Estaduais uma variação positiva de 6% e na Câmara dos Deputados Federais de 5%. Na eleição de

2014, os 14% das cadeiras Legislativas estaduais do PT diminuem para 10% e no nível nacional decrescem de 17% para 13%.

A variação histórica da grandeza dos quadros estaduais para Câmara de Vereadores, em ambas as organizações, segue a tendência nacional do partido – o crescimento do lado do PFL/DEM e o decréscimo do lado do PT. Entretanto, fator comum entre os partidos são as alterações/mudanças das composições das hegemonias parlamentares municipais.

O PFL/DEM que no final da década de 90 possuía em 17 estados ao menos 15% das cadeiras, passa a apresentar como maiores expressões em 2014 8 estados com 6% a 10% das cadeiras. Esse movimento de declínio no acesso a esfera de decisão legislativa municipal é acompanhado do rearranjo das forças municipais no partido. Protagonistas em 1998, os estados do AC, AM, BA, GO, MA, PE, PI, RO, RR, SC e SE desempenham papéis secundários nos quadros de vereadores do atual Democratas. Apesar de sofrerem forte declínio no tamanho de suas legendas, os estados de MG, MT, PB, PR, RN e TO se mantêm, comparativamente no partido, como grandes forças municipais do DEM. Nesse movimento de subtração dos assentos do PFL/DEM na Câmara de Vereadores, a manutenção do desempenho anteriormente mediano do MS e SP os tornam, relativamente, grandes quadros no Democratas de 2014.

Tabela 43: Percentual de Vereadores eleitos - PFL/DEM

	2000		2004		2008		2012	
		Total de Cadeiras		Total de Cadeiras		Total de Cadeiras		Total de Cadeiras
AC	0,15	209	0,09	209	0,02	204	0,03	225
AL	0,12	1.016	0,05	1.016	0,05	945	0,05	1.049
AM	0,17	630	0,10	630	0,06	593	0,06	708
AP	0,10	166	0,04	166	0,07	152	0,05	166
BA	0,23	4.707	0,15	4.707	0,11	3.899	0,03	4.540
CE	0,07	2.506	0,03	2.506	0,03	1.737	0,02	2.147
ES	0,13	994	0,04	994	0,07	745	0,04	844
GO	0,15	2.468	0,08	2.468	0,06	2.278	0,06	2.493
MA	0,21	2.349	0,12	2.349	0,08	1.995	0,06	2.373
MG	0,17	9.095	0,09	9.095	0,11	7.861	0,09	8.438
MS	0,13	787	0,07	787	0,12	721	0,08	833
MT	0,19	1.414	0,13	1.414	0,13	1.293	0,09	1.390
PA	0,07	1.547	0,06	1.547	0,06	1.368	0,04	1.699
PB	0,25	2.497	0,15	2.497	0,16	2.035	0,10	2.185
PE	0,21	1.978	0,14	1.978	0,08	1.752	0,03	2.062
PI	0,24	2.118	0,16	2.118	0,07	2.033	0,03	2.136
PR	0,17	4.009	0,07	4.009	0,08	3.698	0,07	3.866
RJ	0,09	1.290	0,06	1.290	0,05	1.007	0,02	1.188
RN	0,18	1.648	0,13	1.648	0,11	1.527	0,10	1.618
RO	0,16	527	0,07	527	0,08	482	0,04	533
RR	0,16	158	0,11	158	0,04	140	0,03	151
RS	0,04	5.123	0,03	5.123	0,03	4.583	0,02	4.904
SC	0,20	2.995	0,13	2.995	0,15	2.697	0,02	2.864
SE	0,19	806	0,19	806	0,11	692	0,06	788
SP	0,13	8.011	0,08	8.011	0,11	6.287	0,08	6.943
TO	0,32	1.269	0,17	1.269	0,15	1.257	0,07	1.291
Total	0,16	60.317	0,10	60.317	0,09	51.981	0,06	57.434

Fonte: o autor, a partir dos dados do TSE

Tabela 44: Percentual de Vereadores eleitos – PT

	2000		2004		2008		2012	
		Total de Cadeiras		Total de Cadeiras		Total de Cadeiras		Total de Cadeiras
AC	0,22	209	0,27	209	0,25	204	0,22	225
AL	0,01	1.016	0,02	1.016	0,02	945	0,04	1.049
AM	0,02	630	0,04	630	0,07	593	0,08	708
AP	0,05	166	0,08	166	0,09	152	0,06	166
BA	0,02	4.707	0,03	4.707	0,09	3.899	0,12	4.540
CE	0,02	2.506	0,03	2.506	0,07	1.737	0,09	2.147
ES	0,04	994	0,03	994	0,07	745	0,09	844
GO	0,02	2.468	0,04	2.468	0,05	2.278	0,06	2.493
MA	0,01	2.349	0,03	2.349	0,05	1.995	0,06	2.373
MG	0,05	9.095	0,06	9.095	0,08	7.861	0,10	8.438
MS	0,11	787	0,14	787	0,11	721	0,12	833
MT	0,03	1.414	0,07	1.414	0,08	1.293	0,08	1.390
PA	0,06	1.547	0,08	1.547	0,13	1.368	0,11	1.699
PB	0,02	2.497	0,03	2.497	0,04	2.035	0,05	2.185
PE	0,02	1.978	0,04	1.978	0,06	1.752	0,07	2.062
PI	0,01	2.118	0,04	2.118	0,08	2.033	0,08	2.136
PR	0,04	4.009	0,05	4.009	0,08	3.698	0,09	3.866
RJ	0,03	1.290	0,03	1.290	0,06	1.007	0,07	1.188
RN	0,01	1.648	0,02	1.648	0,03	1.527	0,04	1.618
RO	0,10	527	0,11	527	0,13	482	0,11	533
RR	0,01	158	0,04	158	0,04	140	0,05	151
RS	0,09	5.123	0,08	5.123	0,11	4.583	0,13	4.904
SC	0,05	2.995	0,06	2.995	0,09	2.697	0,11	2.864
SE	0,02	806	0,04	806	0,10	692	0,07	788
SP	0,05	8.011	0,05	8.011	0,08	6.287	0,10	6.943
TO	0,02	1.269	0,08	1.269	0,08	1.257	0,07	1.291
Total	0,04	60.317	0,05	60.317	0,08	51.981	0,09	57.434

Fonte: o autor, a partir dos dados do TSE

Tabela 45: Percentual de Deputados Estaduais Eleitos – PFL/DEM

	1998	2002	2006	2010	2014
AC (24)	0,13	0,04	0,00	0,04	0,04
AL(27)	0,07	0,04	0,04	0,07	0,07
AM(24)	0,17	0,21	0,08	0,04	0,04
AP(24)	0,13	0,00	0,08	0,08	0,04
BA(63)	0,37	0,25	0,25	0,08	0,10
CE(46)	0,04	0,02	0,02	0,02	0,02
DF(24)	0,08	0,08	0,17	0,08	0,00
ES(30)	0,20	0,13	0,10	0,17	0,07
GO(41)	0,05	0,07	0,05	0,05	0,02
MA(42)	0,21	0,33	0,14	0,10	0,05
MG(77)	0,09	0,06	0,09	0,04	0,03
MS(24)	0,08	0,04	0,04	0,04	0,04
MT(24)	0,21	0,13	0,21	0,08	0,04
PA(41)	0,07	0,00	0,10	0,02	0,05
PB(36)	0,14	0,11	0,17	0,14	0,06
PE(49)	0,24	0,14	0,16	0,04	0,02
PI(30)	0,33	0,30	0,13	0,07	0,00
PR(54)	0,22	0,13	0,11	0,11	0,07
RJ(70)	0,16	0,06	0,09	0,01	0,00
RN(24)	0,21	0,17	0,13	0,08	0,08
RO(24)	0,13	0,08	0,04	0,04	0,04
RR(24)	0,17	0,08	0,13	0,13	0,00
RS(55)	0,04	0,02	0,05	0,02	0,00
SC(40)	0,23	0,20	0,15	0,18	0,03
SE(24)	0,13	0,13	0,21	0,13	0,08
SP(94)	0,12	0,06	0,12	0,09	0,09
TO(20)	0,42	0,29	0,17	0,08	0,04
Total(1059)	0,16	0,11	0,11	0,07	0,04

Fonte: o autor, a partir dos dados do TSE

Tabela 46: Percentual de Deputados Estaduais Eleitos - PT

	1998	2002	2006	2010	2014
AC (24)	0,13	0,21	0,29	0,17	0,21
AL(27)	0,07	0,04	0,07	0,11	0,07
AM(24)	0,04	0,04	0,04	0,08	0,08
AP(24)	0,08	0,08	0,04	0,00	0,00
BA(63)	0,10	0,16	0,16	0,22	0,17
CE(46)	0,07	0,11	0,07	0,11	0,04
DF(24)	0,21	0,21	0,17	0,21	0,17
ES(30)	0,03	0,13	0,07	0,13	0,10
GO(41)	0,02	0,10	0,07	0,10	0,10
MA(42)	0,02	0,05	0,05	0,07	0,05
MG(77)	0,06	0,19	0,12	0,14	0,13
MS(24)	0,04	0,13	0,17	0,17	0,17
MT(24)	0,08	0,08	0,08	0,04	0,00
PA(41)	0,10	0,12	0,15	0,20	0,07
PB(36)	0,08	0,11	0,06	0,08	0,06
PE(49)	0,06	0,10	0,10	0,10	0,06
PI(30)	0,03	0,10	0,17	0,17	0,10
PR(54)	0,07	0,17	0,11	0,11	0,06
RJ(70)	0,10	0,11	0,09	0,09	0,09
RN(24)	0,04	0,08	0,04	0,04	0,04
RO(24)	0,08	0,17	0,13	0,13	0,08
RR(24)	0,00	0,04	0,00	0,00	0,04
RS(55)	0,22	0,24	0,18	0,25	0,20
SC(40)	0,13	0,23	0,15	0,18	0,13
SE(24)	0,04	0,04	0,17	0,17	0,08
SP(94)	0,15	0,24	0,21	0,26	0,16
TO(20)	0,00	0,04	0,08	0,13	0,13
Total(1059)	0,08	0,13	0,12	0,14	0,10

Fonte: o autor, a partir dos dados do TSE

Tabela 47: Percentual de Deputados Federais Eleitos - PFL/DEM

	1998	2002	2006	2010	2014
AC(8)	0,38	0,00	0,00	0,00	0,00
AL(9)	0,11	0,22	0,22	0,00	0,00
AM(8)	0,50	0,38	0,13	0,13	0,13
AP(8)	0,25	0,00	0,13	0,13	0,00
BA(39)	0,51	0,49	0,33	0,15	0,10
CE(22)	0,05	0,09	0,00	0,00	0,05
DF(8)	0,13	0,13	0,25	0,00	0,13
ES(10)	0,10	0,00	0,00	0,00	0,00
GO(17)	0,12	0,18	0,06	0,18	0,00
MA(18)	0,33	0,39	0,11	0,06	0,00
MG(53)	0,15	0,13	0,11	0,06	0,04
MS(8)	0,13	0,13	0,00	0,13	0,13
MT(8)	0,13	0,13	0,00	0,13	0,00
PA(17)	0,18	0,06	0,12	0,06	0,06
PB(12)	0,25	0,08	0,08	0,08	0,08
PE(25)	0,32	0,20	0,12	0,08	0,04
PI(10)	0,50	0,40	0,20	0,20	0,00
PR(30)	0,20	0,07	0,17	0,07	0,00
RJ(46)	0,20	0,09	0,11	0,04	0,02
RN(8)	0,38	0,25	0,13	0,00	0,13
RO(8)	0,25	0,13	0,00	0,25	0,00
RR(8)	0,00	0,38	0,25	0,13	0,00
RS(31)	0,03	0,03	0,06	0,03	0,03
SC(16)	0,19	0,13	0,19	0,19	0,00
SE(8)	0,00	0,25	0,38	0,13	0,00
SP(70)	0,11	0,10	0,07	0,09	0,06
TO(8)	0,38	0,38	0,38	0,25	0,13
Total	0,20	0,16	0,13	0,08	0,04

Fonte: o autor, a partir dos dados do TSE

Tabela 48: Percentual de Deputados Federais Eleitos - PT

	1998	2002	2006	2010	2014
AC(8)	0,25	0,38	0,38	0,25	0,38
AL(9)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11
AM(8)	0,00	0,00	0,13	0,13	0,00
AP(8)	0,00	0,25	0,13	0,13	0,13
BA(39)	0,13	0,18	0,21	0,26	0,21
CE(22)	0,05	0,09	0,18	0,18	0,18
DF(8)	0,25	0,25	0,13	0,38	0,13
ES(10)	0,10	0,10	0,10	0,10	0,20
GO(17)	0,06	0,12	0,12	0,06	0,06
MA(18)	0,00	0,06	0,06	0,06	0,06
MG(53)	0,13	0,21	0,17	0,15	0,17
MS(8)	0,25	0,38	0,25	0,25	0,25
MT(8)	0,00	0,13	0,13	0,00	0,13
PA(17)	0,18	0,18	0,18	0,24	0,12
PB(12)	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08
PE(25)	0,04	0,12	0,20	0,16	0,00
PI(10)	0,10	0,10	0,20	0,20	0,20
PR(30)	0,10	0,20	0,13	0,17	0,13
RJ(46)	0,09	0,15	0,13	0,11	0,11
RN(8)	0,00	0,13	0,13	0,13	0,00
RO(8)	0,00	0,25	0,25	0,13	0,00
RR(8)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RS(31)	0,26	0,26	0,23	0,26	0,23
SC(16)	0,13	0,31	0,19	0,25	0,13
SE(8)	0,13	0,13	0,13	0,25	0,13
SP(70)	0,20	0,26	0,20	0,21	0,14
TO(8)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,12	0,18	0,16	0,17	0,13

Fonte: o autor, a partir dos dados do TSE

O Partido dos Trabalhadores, como já mencionado, avança sobre as cadeiras nas Câmaras Municipais, mas esse progresso não é uniforme. O aumento dos vereadores petistas altera, em parte, as forças estaduais dos quadros do partido no nível municipal. Os estados do MS, RO e AC conservam um aproveitamento estável no número de assentos conquistados, preservando suas condições primárias no desempenho eleitoral do partido. Potências petistas da década de 90, SP, SC, RS, RO, PA e MG acompanham o crescimento do partido no nível municipal continuando a protagonizar seus resultados eleitorais. Os PT's da BA, ES, CE e PR sustentam esse movimento de crescimento, deixando de serem forças secundárias para acompanhar as potências do partido.

No que diz respeito à ocupação das Câmaras Estaduais e a Câmara dos Deputados Federais no período de análise, as tendências de declínio do PFL/DEM também reorganizam os quadros do partido. No nível estadual, AM, MT, PE, PI, RJ, RR, SC e TO deixam de compor as hegemonias eleitorais estaduais do Democratas, em contrapartida houve as ascensões de AL, PA, PB, SE e SP e a manutenção das forças da BA, ES, MA, PR e RN – mesmo com as quedas dos números de eleitos. Em relação às cadeiras do PFL/DEM para Deputados Federais, AC, AP, PI, PR, RJ e RO perdem peso na composição da legenda democrata para CE, DF, MS, MG, PA e SP¹⁰⁴ e AM, BA, PB, PE, RN e TO retêm suas ponderações decisivas nos quadros do partido, mesmo com as perdas de assentos.

O Partido dos Trabalhadores trilha caminhos complexos na construção de suas bancadas Legislativas estaduais e nacional. Duas tendências gerais podem ser identificadas nos resultados eleitorais para as Câmaras Estaduais e a Câmara dos Deputados Federais no período pesquisado: a conquista ascendente de cadeiras entre 1998 e 2010, em ambos os pleitos, seguida de uma brusca queda das taxas entre 2010 e 2014.

No nível estadual, nesse primeiro movimento, os estados do AP, MT, PB e RJ passam para segundo plano nos quadros estaduais do PT, na medida em que tais UF's não conseguem manter suas taxas de eleitos próximas as grandes forças no partido (AC, BA, DF, PA, RS, SC e SP) e, também, não apresentam dinamismo de crescimento no acesso às Câmaras Estaduais como MS, PI e SE. Já na segunda fase, em 2014, as

¹⁰⁴ Sendo que nos casos de MG, PA e SP, apesar da diminuição dos números de cadeiras nos estados, houve crescimento de suas importâncias relativas na bancada do partido em comparação ao período pefelista.

principais bancadas legislativas estaduais são rearranjadas pelo movimento de declínio eleitoral, assim: PA e SE perdem seu pesos centrais; BA, DF, PI, RS, SC e SP sustentam seus pesos nos quadros petistas, mesmo com a queda das porcentagens de eleitos; AC e MS ganham posições relativas de maior relevância no PT, pela manutenção de seus resultados; e forças até então secundárias começam a compor os maiores quadros do partido (ES, GO, MG, RO e TO), pelo enfraquecimento dos maiores quadros.

A primeira tendência dos resultados eleitorais para Deputado Federal entre 1998 e 2010 apresenta taxas de crescimento que projetam PI, PR e CE para acompanharem as já grandes bancadas do partido provenientes do AC, BA, DF, MS, PA, RS, SC, SE e SP – com exceção a MG, que não acompanha esse movimento de crescimento. O segundo momento, assim como no pleito estadual, apresenta uma nova organização dos quadros partidários com as eleições de 2014 – o resultado eleitoral do PA perde destaque no partido; BA, DF, PR, RS, SC, SE e SP conservam suas posições centrais na força Legislativa nacional do PT, mesmo com os abatimentos em seus números; CE, MS e PI passam a se colocar com maior proeminência frente as demais bancadas estaduais, pela sustentação de suas taxas de eleitos; e AP, ES, MG e MT passam a desempenhar papel de destaque na composição da bancada, pelos seus crescimentos relativos com o movimento de declínio eleitoral do partido.

Como pode ser observado, as quedas generalizadas dos resultados eleitorais do PFL/DEM e as tendências de crescimento e declínio do PT nos pleitos proporcionais abrem caminho para uma reconfiguração das ponderações estaduais na composição dos principais quadros legislativos nos partido. Os posicionamentos dos quadros democratas e petistas pelo país se alteram visivelmente de acordo com as trajetórias eleitorais ascendentes e descendentes das organizações.

Tabela 49: Senadores Eleitos - PFL/DEM

	1998	2002*	2006	2010*	2014
AC					
AL					
AM					
AP					1
BA	1	2			
CE					
DF		1			
ES					
GO		1		1	1
MA		2			
MG			1		
MS					
MT		1	1		
PA					
PB		1			
PE	1	1			
PI		1			
PR					
RJ					
RN		1	1	1	
RO					
RR					
RS					
SC	1		1		
SE	1		1		1
SP		1			
TO	1	2	1		
Total	5	14	6	2	3

Fonte: o autor, a partir dos dados do TSE

* Anos em que a casa renovou 2/3.

Tabela 50: Senadores Eleitos - PT

	1998	2002*	2006	2010*	2014
AC	1	1	1	1	
AL	1				
AM					
AP					
BA				1	
CE				1	
DF		1			
ES					
GO					
MA					
MG					
MS		1		1	
MT		1			
PA		1			1
PB					
PE				1	
PI				1	
PR		1		1	
RJ				1	
RN					1
RO		1			
RR				1	
RS		1		1	
SC		1			
SE					
SP	1	1	1	1	
TO					
Total	3	10	2	11	2

Fonte: o autor, a partir dos dados do TSE

* Anos em que a casa renovou 2/3.

Tabela 51: Percentual de Prefeitos Eleitos - PFL/DEM

	2000		2004		2008		2012	
		Total de Cadeiras		Total de Cadeiras		Total de Cadeiras		Total de Cadeiras
AC	0,09	22	0,00	22	0,00	22	0,09	22
AL	0,13	102	0,01	102	0,01	102	0,02	102
AM	0,29	62	0,06	62	0,03	62	0,02	62
AP	0,06	16	-	16	0,06	16	0,00	16
BA	0,30	417	0,23	417	0,11	417	0,02	417
CE	0,06	184	0,02	184	0,01	184	0,01	184
ES	0,18	78	0,05	78	0,08	78	0,06	78
GO	0,15	246	0,04	246	0,06	246	0,07	246
MA	0,33	217	0,18	217	0,10	217	0,05	217
MG	0,18	853	0,09	853	0,12	853	0,08	853
MS	0,06	77	0,03	78	0,06	78	0,08	79
MT	0,19	139	0,13	141	0,18	141	0,08	141
PA	0,03	143	0,03	143	0,04	143	0,03	144
PB	0,26	223	0,17	223	0,17	223	0,10	223
PE	0,25	184	0,18	184	0,10	184	0,01	184
PI	0,29	222	0,19	223	0,05	224	0,02	224
PR	0,21	399	0,05	399	0,05	399	0,06	399
RJ	0,04	92	0,08	92	0,05	92	0,02	92
RN	0,21	167	0,14	167	0,10	167	0,15	167
RO	0,21	52	0,08	52	0,08	52	0,00	52
RR	0,33	15	0,07	15	0,00	15	0,00	15
RS	0,03	497	0,03	496	0,03	496	0,02	497
SC	0,20	293	0,12	293	0,15	293	0,02	295
SE	0,25	75	0,27	75	0,08	75	0,08	75
SP	0,14	645	0,08	645	0,12	645	0,07	645
TO	0,40	139	0,14	139	0,19	139	0,04	139
Total	0,18	5.559	0,10	5.562	0,09	5.563	0,05	5.568

Fonte: o autor, a partir dos dados do TSE

Tabela 52: Percentual de Prefeitos Eleitos – PT

	2000		2004		2008		2012	
		Total de Cadeiras		Total de Cadeiras		Total de Cadeiras		Total de Cadeiras
AC	0,32	22	0,45	22	0,55	22	0,27	22
AL	0,00	102	0,02	102	0,01	102	0,03	102
AM	0,00	62	0,05	62	0,10	62	0,06	62
AP	0,00	16	0,19	16	0,19	16	0,19	16
BA	0,02	417	0,03	417	0,16	417	0,22	417
CE	0,01	184	0,06	184	0,09	184	0,16	184
ES	0,00	78	0,05	78	0,08	78	0,08	78
GO	0,00	246	0,03	246	0,05	246	0,07	246
MA	0,01	217	0,03	217	0,04	217	0,05	217
MG	0,04	853	0,06	853	0,13	853	0,13	853
MS	0,14	77	0,19	78	0,13	78	0,16	79
MT	0,01	139	0,05	141	0,13	141	0,07	141
PA	0,04	143	0,09	143	0,20	143	0,17	144
PB	0,01	223	0,02	223	0,03	223	0,03	223
PE	0,02	184	0,04	184	0,04	184	0,07	184
PI	0,00	222	0,03	223	0,09	224	0,09	224
PR	0,03	399	0,05	399	0,08	399	0,10	399
RJ	0,01	92	0,09	92	0,11	92	0,13	92
RN	0,01	167	0,01	167	0,02	167	0,04	167
RO	0,12	52	0,13	52	0,08	52	0,12	52
RR	0,00	15	0,13	15	0,07	15	0,13	15
RS	0,07	497	0,05	496	0,12	496	0,15	497
SC	0,04	293	0,05	293	0,12	293	0,16	295
SE	0,03	75	0,05	75	0,09	75	0,11	75
SP	0,06	645	0,06	645	0,10	645	0,12	645
TO	0,01	139	0,10	139	0,09	139	0,07	139
Total	0,02	5.559	0,05	5.562	0,10	5.563	0,12	5.568

Fonte: o autor, a partir dos dados do TSE

Tabela 53: Governadores Eleitos - PFL/DEM

	1998	2002	2006	2010	2014
AC					
AL					
AM	1				
AP					
BA	1	1			
CE					
DF			1		
ES					
GO					
MA	1	1			
MG					
MS					
MT					
PA					
PB					
PE					
PI	1				
PR	1				
RJ					
RN				1	
RO	1				
RR					
RS					
SC				1	
SE		1			
SP					
TO	1	1			
Total	7	4	1	2	0

Fonte: o autor, a partir dos dados do TSE

Tabela 54: Governadores Eleitos - PT

	1998	2002	2006	2010	2014
AC	1	1	1	1	1
AL					
AM					
AP					
BA			1	1	1
CE					1
DF				1	
ES					
GO					
MA					
MG					1
MS	1	1			
MT					
PA			1		
PB					
PE					
PI		1	1		1
PR					
RJ					
RN					
RO					
RR					
RS	1			1	
SC					
SE			1	1	
SP					
TO					
Total	3	3	5	5	5

Fonte: o autor, a partir dos dados do TSE

Nos pleitos majoritários, as tendências dos resultados eleitorais se aproximam das disputas proporcionais, contudo com certas particularidades. O Partido da Frente Liberal/Democratas exhibe tendências de resultados decrescentes em todas as eleições majoritárias, entretanto com suas taxas de declínio são variáveis. O Partido dos Trabalhadores marcou sua trajetória de resultados no Executivo com tendências estáveis e diferentemente crescentes. Por outro lado, em ambos os partidos nas três eleições majoritárias, os movimentos de estabilidade ou variação, positiva ou negativa, no tamanho das bancadas implicou em uma nova composição dos pesos estaduais nos quadros partidários.

O progressivo declive da trajetória pefelista/democrata nos executivos municipais – queda da taxa média de Prefeitos por estado de 18% para 5% – implicou na perda de centralidade no partido nos estados do AM, PE, PI, RO, RR, SC e TO e ganho relativo de espaços nos quadros municipais por parte de SP, MS, GO e AC. Os estados do ES, MA, MG, MT, PB, PR, RN e SE resistem ao decaimento das prefeituras, guardando posições de destaque no nível municipal. No Partido dos Trabalhadores o acentuado crescimento da taxa média de Prefeitos eleitos por estado (de 2% para 12%) envolveu um processo de enfraquecimento dos números de PE e PR, fortalecimento dos estados do AP, CE, RJ e RR, e de reforço/manutenção das forças do AC, BA, MG, MS, PA, RO, RS, SC e SP.

Nas eleições majoritárias Legislativas, o histórico de Senadores eleitos entre 1998 e 2014 pelo PFL/DEM tem um declínio abrupto e é estável no PT. No caso do Partido da Frente Liberal/Democratas os 19 Senadores eleitos nos anos de 1998 e 2002 dão lugar a 5 em 2010 e 2014 – com SE, GO e RN mantendo suas presenças nos dois períodos. Na experiência do Partido dos Trabalhadores tanto em 1998 e 2002 como em 2010 e 2014 a organização elegeu 13 Senadores, entretanto apenas 5 estados elegeram esses quadros em ambos os períodos – MS, PR e RS garantiram suas presenças na bancada petista, mas foi o AC e SP que marcaram posições fortes e estáveis na legenda durante o período estudado.

Já nos pleitos para Governador os resultados do PFL/DEM são devastadores – o partido sai de 11 governadores eleitos em 1998 e 2002 para duas cadeiras entre 2010 e 2014 sem nenhuma UF repetir governos em ambos os períodos. Em relação ao PT, houve nos dois períodos estabilidade intercalados por um crescimento do quadro de

governadores – enquanto em 1998 e 2002 a organização petista elegeu 3 governadores em cada ano, em 2010 e 2014 elegeu 5, sendo que apenas RS, PI e AC estiveram presentes entre essas forças.

v. *Estratégias Eleitorais*

Ao observarmos a movimentação das máquinas eleitorais do Partido da Frente Liberal/Democratas e do Partido dos Trabalhadores entre 1998 e 2014 por unidade da federação e em seis níveis de disputa – Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador, Prefeito e Governador –, ensaiamos a descrição das trajetórias dos partidos na disposição de suas candidaturas, na evolução dos seus apoios eleitorais, nos graus de concentração de suas votações nominais e nos seus resultados eleitorais.

A partir da distribuição das candidaturas, do desenvolvimento histórico do apoio eleitoral e das variações das concentrações de votos nominais podemos observar aspectos marcantes nas trajetórias eleitorais dos casos no período analisado. A trajetória do Partido da Frente Liberal/Democratas apresenta um forte declínio de sua força eleitoral como um todo, em todos os níveis e pleitos, reagindo em um movimento de diminuição das frentes de embate eleitoral e concentração dos esforços eleitorais em estados chaves de acordo com o nível e pleito em disputa. A trajetória eleitoral do PFL/DEM sugere uma especialização competitiva eleitoral – em um movimento de resistência ao declínio nos acessos às esferas de decisões – uma estratégia de sobrevivência eleitoral. Os resultados eleitorais advindos de tal postura são os mais diversos – variando de acordo com o nível e o pleito, como os resultados demonstram.

A trajetória eleitoral do Partido dos Trabalhadores envolve um complexo jogo de soma zero. Apesar de apresentar uma postura aparentemente de crescimento estável em suas caças eleitorais em termos gerais de apoio eleitoral e variação da concentração de votos nominais na maior parte do período pesquisado, a dinâmica de disputas foi intensa com fortes variações entre os níveis e pleitos em disputa. Indicando uma estratégia, predominantemente, de equilíbrio dinâmico da força eleitoral do partido – uma especialização competitiva eleitoral baseada em um domínio de elites estaduais variantes. Nas últimas eleições, principalmente em 2014, houve uma estremeção desse equilíbrio dinâmico da força eleitoral petista – que tendeu a um moderado declínio dos resultados.

Considerações Finais

O conflito social toma forma nos regimes políticos contemporâneos por meio dos governos representativos. As disseminações em diversas formas que os arranjos representativos tomaram no ocidente guardam um mesmo princípio de institucionalização do conflito: uma dualidade competitiva equitativa e hegemônica. A margem equitativa da competição é reservada a grupos sociais privilegiados pela estrutura social e o arranjo institucional, de forma que suas expressões no campo da política ganham espaço nas deliberações das esferas de decisões representativas. A margem hegemônica do conflito político alcança aqueles que em posição de desigualdade social são colocados pelo arranjo representativo na periferia do campo político, influenciando tangencialmente as esferas de decisões e ocupando, portanto, posições secundárias no jogo político. Em última medida, o arranjo representativo – somado as estruturas sociais desiguais – institucionaliza o nível de desigualdade política aceito na competição política.

Os elementos chaves na operacionalização do regime representativo seriam as intermediações representativas – elos decisivos nas relações entre representante e representados. Os partidos políticos, por deterem o monopólio de organização da via eleitoral, se configuram como umas das principais intermediações entre a sociedade civil e o Estado. Dessa forma, as disputas pelo controle, domínio e uso/direcionamento dessas instituições são centrais no jogo político.

Os conflitos pela centralidade das organizações partidárias envolvem as arenas sociopolíticas. E é nas relações de interdependência entre o conflito intrapartidário e o conflito social que as projeções dos grupos sociais encontram vasão para o campo político – nas dinâmicas de prestações vitais as zonas de incerteza partidárias (PANEBIANCO, 2005) que setores sociais encontram margem de influencia nas organizações partidárias. Os partidos políticos, nesta perspectiva, acabam por sujeitar suas capacidades competitivas por posições de poder nas esferas de decisão a dinâmicas desigualdades entre os grupos sociais – possibilitando a projeção de desigualdades sociais em políticas, viabilizando a formação das margens equitativa e hegemônica do conflito político.

A perspectiva organizacional do conflito político em governos representativos ajuda a entender as formas de conversão de dinâmicas sociais em políticas e dá um enquadramento histórico a questão. Permite contextualizar o conflito político em termos de seus componentes – atores, instituições/regras e estruturas sociais – e de sua dinâmica de funcionamento – pelas variações das condicionantes e dos custos competitivos à organização partidária da competição política.

A investigação do sistema representativo brasileiro a partir desta perspectiva possui grande potencial para tentarmos entender um pouco mais das formas tomadas pelas margens equitativas e hegemônicas no nosso conflito político. Marcas do desenvolvimento do regime no Brasil, as trajetórias intermitentes de nossos regimes representativos tem impacto decisivo na atual fase da competição representativa pelo impacto dos lastros organizacionais advindos – condicionantes construídas nas sucessivas fases históricas dos governos representativos brasileiros. A Reforma Partidária de 79, a Constituição de 88, A Lei das Eleições de 97 e a LOPP de 95 condensam os lastros organizacionais e as novas formas do conflito: ampliação da capilaridade e das funções sociais do Estado; federalização das disputas eleitorais nas fronteiras geográficas do território; abertura do mercado político-partidário brasileiro, regulamentação da autogestão partidária; apoio estatal nas dinâmicas, de financiamento e de exposição eleitoral, principalmente; universalização do sufrágio; e emergência de um conjunto de organizações partidárias com grandes proporções e capilaridade. Nesse novo cenário, o conflito político ganha patamares altamente complexos e competitivos.

Como forma de tentar observar o desenvolvimento da competição política no atual regime representativo sugerimos o acompanhamento das trajetórias organizacionais e eleitorais de dois partidos políticos brasileiros, PFL/DEM e PT, nas dimensões de competição intrapartidária e eleitoral – com foco da análise entre 1995 e 2014.

A descrição histórica das composições das Comissões Executivas Nacionais; das evoluções das bases estaduais; das fontes de captação de recursos e distribuição interna; e dos repasses do fundo partidário aos Diretórios Estaduais tanto no Partido da Frente Liberal/Democratas como no Partido dos Trabalhadores revelou tendências diferentes de especialização competitiva intrapartidária. Em relação ao PT, a concentração histórica dos filiados em estados específicos fortaleceu determinadas elites estaduais, de forma que pudessem gerir a máquina partidária e favorecer a perpetuação do seu

predomínio sobre o controle do partido por meio de uma forte e estável estratégia de domínio – pela blindagem da cúpula as oposições e acesso a recursos organizacionais centrais. No caso do PFL/DEM, os processos bem sucedidos de centralização e hierarquização dos órgãos executivos nacionais, junto às reservas de recursos estatais, garantiram a possibilidade de formação de cúpulas partidárias com alto potencial de cristalização nos momentos anterior e posterior a refundação.

A exposição trajetória eleitoral do PT e do PFL/DEM entre 1998 e 2014 para Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador, Prefeito e Governador foi viabilizada pela respectiva apresentação das candidaturas, dos apoios eleitorais, dos graus de concentração das votações nominais e dos resultados eleitorais para cada pleito e por estado. Os movimentos do PFL/DEM sugerem uma estratégia de sobrevivência frente ao forte declínio eleitoral que o partido passa. A reação consistiu na diminuição das frentes de embate eleitoral e concentração dos esforços de caça em estados chaves de acordo com o nível e pleito em disputa. Já a postura eleitoral do PT indica uma especialização competitiva eleitoral baseada em elites estaduais variantes – em um complexo jogo de soma zero. Apesar da variação intensa das forças eleitorais estaduais, em níveis gerais, houve uma estabilidade da força do partido na maior parte do período. No entanto, chama à atenção os resultados das últimas eleições petistas, principalmente, o ano de 2014, nas quais esse equilíbrio dinâmico da força eleitoral do partido tem moderada queda.

A descrição das trajetórias partidárias de PFL/DEM e PT apresentou um dos diversos caminhos e possibilidades investigativas para podermos entender como o governo representativo de fato opera no contexto brasileiro e a quem é responsivo. As trajetórias podem avançar em outros trechos de análise – padrões de coligações eleitorais, histórico do financiamento eleitoral, desenvolvimento das regulações estatutárias, evolução dos formatos de seleção de candidaturas – e em outras dimensões – composições das coalizões de governo, disciplina partidária, histórico de pastas ministeriais ocupadas, fluxos de migração interpartidária e etc. –, mostrando o forte potencial que o campo de pesquisa das análises organizacionais possui.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 16, p. 121-151, jan./abr. 2015.

DAHL, Robert A. *Poliarquia: participação e oposição*. 1. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. Tradução de Cristiano Monteiro Oiticica. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Universidade de Brasília, 1980.

ELSTER, Jon. *Peças e engrenagens das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Coalizões governamentais na democracia brasileira. *Primeiros Estudos*, São Paulo, n. 3, p. 159-196, 2012.

FLEISCHER, David. Os partidos políticos. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (Org.). *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. 2. ed. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2007. p. 303-347.

HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. *O Federalista*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

KATZ, Richard S.; MAIR, Peter. Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party. *Party Politics*, v. 1, n. 1, p. 5-28, 1995.

KING, Gary; KEOHANE, Robert; VERBA, Sidney. *Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research*. 1. ed. Princeton: Princeton University Press, 1994.

KIRCHHEIMER, Otto. A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 7, p. 349-385, 2012.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. *Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional (1945-1964)*. 1. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Bases Institucionais do Presidencialismo de Coalizão. *Lua Nova*, São Paulo, n. 44, p. 81-106, 1998.

LINBLOM, Charles. *O processo de decisão política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

MACHADO, Carlos; MIGUEL, Luis Felipe. Padrões de coesão e dispersão: uma proposta de tipologia para coligações. *Teoria & Pesquisa*, São Carlos, v. 20, n. 2, p. 37-58, 2011.

MAHONEY, James; RUESCHEMEYER, Dieter. *Comparative Historical Analysis in the Social Sciences*. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

MAIR, Peter. *Party system change: approaches and interpretations*. 1. ed. New York: Oxford University Press, 1997.

MANIN, Bernard. *The principles of representative government*. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MANIN, Bernard. O princípio da distinção. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 4, p. 187-226, jul./dez. 2010.

MARENCO, André; SERNA, Miguel. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 22, n. 64, p. 93-113, 2007.

MARSHALL, Thomas Humphrey. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MELO, Carlos Ranulfo Felix de. Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 4, p. 13-41, jul./dez. 2010.

MENDES RIBEIRO, Ricardo Luiz. Decadência longe do poder: refundação e crise do PFL. *Revista Sociologia e Política*, Curitiba, v. 22, n. 49, p. 5-37, mar. 2014.

MENEGUELLO, Rachel. *PT: a Formação de um partido (1979-1982)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

MIGUEL, Luis Felipe. Impasses da Accountability: dilemas e alternativas da representação política. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 25, p. 165-175, jun. 2005.

MIGUEL, Luis Felipe. *Democracia e representação: territórios em disputa*. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Tradução de Bárbara Freitag. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OKIN, Susan. Gênero, público e privado. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.16, n.2, 2008.

OSTROGORSKI, Moisei. *Democracy and the organization of the political party*. London: The Macmillan Company, 1902. v. 1.

PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partido: organização e o poder nos partidos políticos*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 268-290, 2001.

PITIKIN, Hanna. *The concept of representation*. Berkeley: University of California Press, 1967.

PRZEWORSKI, Adam; TEUNE, Henry. *The Logic of Comparative Social Inquiry*. 1. ed. New York: John Wiley & Sons Inc, 1970.

RIBEIRO, Pedro José Floriano. *Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005*. 2008. 307f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Centro de Educação em Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Mudanças na classe política brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. São Paulo: Vértice, 1986.

SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários: pensamento político*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

SCARROW, Susan. The nineteenth-century origins of political parties: the unwanted emergence of party-based politics. In: KATZ, Richard S.; CROTTY, William J. (Org.). *Handbook of party politics*. 1. ed. London: Sage Publications, 2006.

SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SOUZA, Maria do Carmo Carvalho Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

TAROUCO, Gabriela da Silva. *O partido da frente liberal: trajetória e papel no sistema político*. 1999. 158f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

VITULLO, Gabriel. Representação política e democracia representativa são expressões inseparáveis? Elementos para uma teoria democrática pós-representativa e pós-liberal. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 2. p. 271-302, jul./dez. 2009.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

WEBER, MAX. *Parlamento e governo numa Alemanha reordenada*. In: Weber (coleção Os Pensadores). 3 ed. São Paulo: Abril Cultura, 1985

WOOD, Ellen. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

YOUNG, Iris Marion. *Justice and the Politics of Difference*. 1. ed. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. *Lua Nova*, São Paulo, n. 67, p.139-190, 2006.